

SÉRIE DOCUMENTOS OFICIAIS Nº 102

PLANO DE MÉDIO PRAZO 2018-2022



Que é o IICA?

Há mais de 75 anos, um grupo de visionários identificou a necessidade de o continente americano dispor de um organismo especializado em agricultura, com o propósito que ainda hoje se mantém atual: promover o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural desse continente.

Foi assim que nasceu o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que, ao longo de todo esse tempo, foi capaz de identificar desafios e oportunidades e, mais importante ainda, de evoluir como um organismo de cooperação técnica internacional que responde permanentemente às novas demandas do setor agrícola.

Nossa **missão** é *incentivar, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para conseguirmos o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural por meio de cooperação técnica internacional de excelência.*

Nossa **visão** é *sermos uma instituição moderna e eficiente apoiada em uma plataforma de recursos humanos e processos capazes de mobilizar os conhecimentos disponíveis na região e no mundo para alcançarmos uma agricultura competitiva, inclusiva e sustentável, que aproveite as oportunidades para contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento e promova maior bem-estar rural e a gestão sustentável do seu capital natural.*

Oferecemos cooperação mediante trabalho próximo e permanente com nossos 34 Estados membros, a cujas necessidades atendemos oportunamente. Sem dúvida alguma, o nosso ativo mais valioso é a estreita relação que mantemos com os beneficiários do nosso trabalho.

Temos ampla experiência em temas como tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, agronegócios, comércio agropecuário, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e capacitação.

Estamos comprometidos com a obtenção de resultados. O Plano de Médio Prazo 2018-2022 propicia a evolução do nosso modelo de cooperação técnica, a fim de consolidar-nos como uma organização orientada para realizações concretas e visíveis mediante nossa especialidade: facilitar transformações positivas nos setores agrícola e rural dos nossos Estados membros.



PLANO DE MÉDIO PRAZO 2018-2022

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2018



Plano de Médio Prazo 2018-2022 do IICA está publicado sob licença Creative Commons

Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO)

(<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>)

Baseada numa obra em www.iica.int

O IICA promove o uso adequado deste material. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: <http://www.iica.int>

Coordenação editorial: Manuel Otero e Martín Piñeiro

Tradução: Francisco Azevedo

Diagramação: Carlos Umaña

Leiaute da capa: Carlos Umaña

Impresão: Gráfica do IICA

Plano de Médio Prazo 2018-2022 / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – São José, C.R.: IICA, 2018.

117 p.; 21x16 cm. – (Série Documentos Oficiais / IICA, ISSN 1018-709X; no. 102)

ISBN: 978-92-9248-804-8

Publicado também em espanhol, francês e inglês

1. Cooperação internacional 2. Organização internacional
3. Assistência técnica I. IICA II. Título III. Série

AGRIS

E14

DEWEY

338.181

São José, Costa Rica
2018

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
I. MISSÃO, VISÃO, FUNÇÃO PRINCIPAL E VALORES	15
II. TENDÊNCIAS DA AGRICULTURA MUNDIAL E REGIONAL E DESAFIOS DA AGRICULTURA NA REGIÃO	19
2.1. Cenário global	21
2.1.1. Evolução do ciclo da economia mundial	21
2.1.2. O comércio internacional agroalimentar.....	22
2.1.3. Impactos da digitalização, da robotização no mercado de trabalho e do uso da biotecnologia.....	23
2.1.4. Impactos da mudança do clima.....	25
2.2. Principais tendências da agricultura mundial e regional.....	28
2.2.1. Tendências demográficas e evolução da pobreza e da desigualdade rural	28
2.2.2. Tendências nos hábitos de consumo, má-nutrição e segurança alimentar.....	29
2.2.3. Tendências na disponibilidade dos recursos naturais agrícolas e mudanças nas estruturas agrárias	30
2.2.4. Tendências no desenvolvimento tecnológico e inovações.....	31
2.3. Tendências regionais da institucionalidade e políticas públicas.....	32
2.3.1. Tendências na integração regional.....	32
2.3.2. Dimensões institucionais e o papel do Estado	32
2.3.3. Tendências na sociedade civil	34
2.3.4. O setor privado e o investimento na agricultura	34
2.4. Oportunidades e desafios da agricultura na região	35
2.5. Principais especificidades e desafios em sub-regiões do hemisfério	40
2.5.1. Introdução.....	40
2.5.2. O Caribe	40
2.5.3. América Central.....	42

III. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	45
3.1. Aumentar as contribuições do setor agropecuário ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável.....	46
3.2. Contribuir para o bem-estar de todos os habitantes nos territórios rurais.....	46
3.3. Melhorar o comércio internacional e regional dos países da região	47
3.4. Aumentar a resiliência dos territórios rurais e dos sistemas agroalimentares aos eventos extremos	48
IV. MODELO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO IICA	51
4.1. Introdução: princípios diretores e esquema conceitual	51
4.2. Programas de ação hemisférica em apoio dos quatro objetivos estratégicos	54
4.2.1. Programa 1: Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo	55
4.2.2. Programa 2: Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar	63
4.2.3. Programa 3: Comércio Internacional e Integração Regional	69
4.2.4. Programa 4: Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos	76
4.2.5. Programa 5: Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos	80
4.3. Temas transversais que contribuem para os cinco programas hemisféricos	86
4.3.1. Gênero e juventude	86
4.3.2. Inovação e tecnologia	87
4.3.3. Operacionalização dos temas transversais	88
4.4. Principais modalidades e instrumentos da cooperação técnica.....	88
4.4.1. Principais modalidades da cooperação técnica	89
4.4.2. Principais instrumentos da cooperação técnica.....	92
4.5. Estratégias para o fortalecimento das capacidades institucionais	95
4.5.1. Organização de redes e parcerias estratégicas	95
4.5.2. Identificação e gestão de recursos externos	96
4.6. Gestão da cooperação técnica para alcançar os objetivos estratégicos selecionados.....	98
4.6.1. Cooperação técnica diferenciada em resposta às necessidades e demandas concretas de países e regiões	99
4.6.2. Responsabilidade compartilhada	101
4.6.3. Descentralização operacional	101
4.6.4. Comunicação pública e informações	101

V. PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	103
5.1. Planejamento	104
5.2. Programação e orçamentação	104
5.3. Monitoramento	105
5.4. Avaliação.....	105
5.5. Prestação de contas.....	106
5.6. Aprendizado institucional.....	106
VI. SERVIÇOS CORPORATIVOS	109
6.1. Princípios da gestão administrativa	110
6.2. Arquitetura financeira.....	111
6.3. Talento humano	112
LISTA DE SIGLAS	115

APRESENTAÇÃO

*Nada ocorre sem os seres humanos
e nada perdura sem as instituições.*

Jean Monnet

Desde a sua origem, há mais de sete décadas, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tem se constituído como uma ponte que reúne todos os países que fazem parte dele, apoiando-os em seus esforços para alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural, construindo uma via de entendimento pela cooperação técnica, sempre se adaptando à evolução da agricultura hemisférica e respondendo a seus desafios e oportunidades.

O nosso hemisfério é de grande diversidade política, econômica, social, cultural e ambiental. Embora muitos de nossos povos compartilhem raízes históricas e culturais, a heterogeneidade característica das Américas deve ser vista como o grande capital de início para o trabalho conjunto em melhores esquemas de complementação e cooperação.

Nossa América é um ator relevante do comércio agrícola global, com uma notória dotação de recursos naturais, onde todo o hemisfério se posiciona no presente, e para o futuro, como avalista fundamental, não só da segurança alimentar e nutricional mundial, mas também da sustentabilidade ambiental do planeta. No entanto, devemos reconhecer que ainda persistem importantes hiatos produtivos e atrasos tecnológicos e institucionais que devem ser resolvidos.

Os países que integram o IICA têm a necessidade de gerar um novo paradigma sobre o papel que desempenham os territórios rurais, a fim de substituir a atual visão que os confina como zonas geradoras de pobreza e expulsivas de recursos humanos por um novo enfoque em que sejam apreciados como zonas com um alto potencial de progresso pelo uso de novas tecnologias e o aumento de sua conectividade.

Esse cenário propõe uma estrutura diferente de oportunidades para uma imensa quantidade de pequenos produtores do hemisfério, os quais historicamente têm sido a variável de ajuste na dinâmica dos processos produtivos e cuja viabilidade está ainda mais condicionada ante as consequências da mudança do clima e da variabilidade climática.

Hoje a mudança do clima e a deterioração dos recursos naturais são fatores condicionantes do desenvolvimento; além disso, para produzir mais e melhor, é imperativo modificar estratégias e condutas. Requer-se, portanto, estabelecer novas estruturas institucionais com base em uma agricultura com uma maior produtividade total de seus fatores, amplamente inclusiva e resiliente, mas que também conte com a participação, a liderança e o impulso dos jovens e das mulheres.

Além disso, é necessário superar a antiga visão do setor agropecuário como gerador de bens primários e ver a agricultura como a indústria da biomassa e o ator central dos novos tempos em sociedades que aspiram ser menos dependentes dos recursos fósseis. Para isso, são necessários modelos produtivos climaticamente responsáveis, onde a bioeconomia expressa em boa medida essa visão transformadora para promover o desenvolvimento agrícola sustentável e inteligente, partindo da ampla base de recursos naturais que possuímos.

O crescente reconhecimento do papel central da agricultura na agenda global oferece ao IICA, como organismo especializado do Sistema Interamericano, a grande oportunidade de exercer um renovado protagonismo nos próximos 25 anos, que deve ser assumido em todas as suas dimensões. Isso nos obriga a repensar as visões tradicionais em torno da agricultura de nosso continente, até agora limitada à de um setor fornecedor de matérias-primas para as cadeias globais de valor.

De igual maneira, devemos nos propor o desafio de superar um modelo de cooperação técnica originado na década de 1940 e mudá-lo por um novo paradigma de cooperação orientado para a eficiência, a flexibilidade, a descentralização, o trabalho colaborativo e a inserção em redes; focado em processos e baseado na mobilização de recursos humanos, institucionais e financeiros.

Tudo isso deve ocorrer no âmbito de um esquema em que a construção coletiva de conhecimentos entre os mais diversos atores seja consolidada no IICA como um recurso estratégico das Américas a serviço do desenvolvimento da agricultura e da vida rural de seus países membros.

O novo Plano de Médio Prazo (PMP) que apresento a seguir aos órgãos de governo institucional será a guia e o veículo institucional para implementar essas mudanças.

Este novo roteiro se fundamenta em cinco programas hemisféricos, mediante os quais será dada unicidade à visão do IICA, a ação programática institucional focará na

identificação de ações de cooperação mediante a formulação e implementação de projetos e serão oferecidos assessoria e acompanhamento técnico aos governos e outros atores sociais e econômicos da agricultura e da vida rural do continente americano. Esses programas são os seguintes:

1. Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo
2. Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar
3. Comércio Internacional e Integração Regional
4. Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos
5. Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos

Para a implementação deste PMP 2018-2022 é necessário, hoje mais que nunca, o acompanhamento ativo dos ministérios de agricultura e das chancelarias de nossos países, com o objetivo de nos ajudar a promover a nova condução institucional conforme os princípios básicos da cooperação hemisférica e da corresponsabilidade.

O presente plano deve se constituir no instrumento para assegurar a sustentabilidade do IICA nos próximos 25 anos:

- Um IICA caracterizado por ser mais eficiente para fornecer uma cooperação técnica de excelência entre todos os seus Estados membros.
- Um instituto que conte com órgãos de governo modernos, onde se promova o diálogo sobre os principais desafios e oportunidades da cooperação para o desenvolvimento e se propicie uma ativa participação do setor privado.
- Um IICA onde o trabalho solidário permita superar os obstáculos ao desenvolvimento de nosso continente com estratégias diferenciadas, especialmente na América Central e no Caribe, que capacitem os países na busca de soluções inovadoras.
- Uma instituição consolidada como uma rede de redes, que atua como organizadora, mobilizadora e promotora de todas as instâncias coletivas e plurais em que se tratem temas relativos à agricultura e a seu futuro.
- Um organismo interamericano com capacidade de conectar os interesses, as inovações e as boas práticas na produção de alimentos, principalmente das sub-regiões Norte, Sul e Andina, com aqueles países que requerem novos

conhecimentos, para o qual o papel do setor privado e sua relação com os governos e a sociedade civil são fundamentais.

- Um IICA que abra um espaço de diálogo entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil em benefício do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.
- Um organismo multilateral que avança no desenvolvimento de um novo mapa de parcerias estratégicas, que projeta eficazmente sua imagem e razão de ser e que implementa uma estratégia efetiva de captação de recursos externos, humanos e financeiros, para servir melhor a nossos países.
- Um instituto que reforça o seu compromisso com os órgãos de integração sub-regional e regional, proporcionando uma carteira de projetos supranacionais destinados à solução de problemas compartilhados.
- Em suma, uma instituição que se consolida como uma ponte para unir países, regiões e temas e que estabelece vínculos de trabalho com outros organismos internacionais e a sociedade civil organizada, em um novo esquema de solidariedade que contribui para o cumprimento de nosso mandato histórico.

Manuel Otero
Diretor Geral
2018-2022

INTRODUÇÃO

Seguindo o mandato da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), emitido em agosto de 1981, os diretores gerais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) devem preparar um plano de médio prazo (PMP) em que se definam claramente as funções, os resultados e o uso dos recursos orçamentários do Instituto no período de quatro anos em que exercerão funções, para orientar a cooperação técnica que o IICA oferece em resposta às demandas de seus países membros nos âmbitos nacional, regional e hemisférico.

Para isso, o Diretor Geral do Instituto deve levar em conta a experiência acumulada pelo IICA em seus 76 anos de existência, as condições prevaletentes na agricultura e no meio rural dos países membros, os novos desafios do entorno e o Plano Estratégico (PE) com uma visão para 2020 cuja elaboração foi solicitada pela JIA em sua Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada em Montego Bai, Jamaica, em 2009, e que foi aprovada na Trigésima Reunião Ordinária do Comitê Executivo, realizada em São José, Costa Rica, em outubro de 2010.

O PMP para o período 2018-2022 define as orientações e o curso das ações estratégicas que o IICA deve desenvolver durante esse período. Este documento tem como ponto de partida os avanços contemplados nos últimos PMP e incorpora uma visão renovada da cooperação técnica em resposta às novas oportunidades, desafios e compromissos que enfrentam os países membros individualmente e a região americana em seu conjunto. Alguns deles são os seguintes: a) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram adotados pelos países na Assembleia Geral das Nações Unidas (setembro de 2015) e que marcarão a agenda de desenvolvimento mundial nos próximos 15 anos; b) a constatação do enfraquecimento do multilateralismo, especialmente no âmbito comercial, com o aparecimento de correntes protecionistas em um mundo que se confirma como multipolar; c) a contínua queda nos recursos destinados à assistência oficial ao desenvolvimento; e d) uma economia global que se reativa timidamente depois de um período recessivo marcado pela crise financeira global e fortes oscilações nos preços internacionais dos produtos básicos.

Este PMP está estruturado em seis capítulos, nos quais são abordados sucessivamente os seguintes temas: a missão, a visão, a função principal e os valores do IICA; a análise das principais tendências mundiais e hemisféricas e a identificação dos desafios e das oportunidades da agricultura americana; os objetivos estratégicos

selecionados; o novo modelo de cooperação técnica do IICA; o planejamento, a programação e a orçamentação, o monitoramento e a avaliação; e os serviços corporativos.

No capítulo I se estabelecem as bases sobre as quais o IICA apoiará os Estados membros em sua busca pelo desenvolvimento agrícola sustentável e o bem-estar rural. Para isso, o Instituto estabelece sua missão e visão, dando maior ênfase à cooperação técnica voltada para responder às demandas dos países membros enquadradas nos objetivos estratégicos definidos no capítulo III.

No capítulo II estão definidas as principais características do cenário global que serve de contexto para o desempenho da agricultura, bem como suas principais tendências nos âmbitos mundial e regional. Além disso, é feito um relato das principais oportunidades e desafios que enfrentam os países das Américas na agricultura e no meio rural.

No capítulo III estão determinadas as prioridades estratégicas institucionais que dão resposta às principais oportunidades e desafios da agricultura hemisférica, focando seu trabalho programático nos quatro objetivos estratégicos vinculados aos ODS.

A maneira como o IICA gerirá sua cooperação técnica é descrita no capítulo IV. Nele estão propostos os princípios diretores que guiarão a gestão e o modelo de cooperação com foco em cinco programas técnicos: a) Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo; b) Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar; c) Comércio Internacional e Integração Regional; d) Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos; e e) Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos.

No capítulo IV estão definidas as principais modalidades e instrumentos da cooperação técnica do IICA. As primeiras são as formas em que o Instituto prestará seus serviços de cooperação técnica aos países, enquanto os segundos são os meios pelos quais os serviços de cooperação serão efetivados.

Tal esquema de atuação é complementado por duas estratégias de relacionamento e vinculação, com as quais o IICA busca organizar redes e parcerias estratégicas que reforcem a aplicação de um enfoque de ação colaborativo com as outras agências internacionais e que permitam: a) desenvolver uma base de conhecimentos compartilhados, b) potencializar as ações conjuntas de cooperação técnica entre agências e c) promover a cooperação horizontal. A segunda estratégia consiste no

desenvolvimento de capacidades institucionais que possibilitem o aumento dos recursos externos, adicionais ao Fundo regular, mediante a formulação de propostas de projetos a serem apresentadas a doadores bilaterais e agências internacionais.

O PMP 2018-2022 propõe um modelo de cooperação técnica em que as ações são executadas a partir de agendas de cooperação nos âmbitos nacional, regional e hemisférico. Essas agendas, que serão desenvolvidas por amplas consultas com atores chaves e parceiros estratégicos, abordam principalmente a ação do Instituto frente às demandas dos atores da comunidade agrícola e da vida rural nos países das Américas.

No capítulo V é descrita uma proposta para um sistema de gestão institucional que permita um planejamento, programação e administração orçamentária com base em austeridade e transparência, bem como a consolidação de um sistema de monitoramento e avaliação que possibilite a medição dos impactos das ações de cooperação técnica. Essa proposta busca reforçar a concepção de um IICA orientado à realização de resultados mediante uma maior eficiência e eficácia no uso dos recursos empregados em benefício dos países membros.

Finalmente, no capítulo VI é definido o esquema operacional dos serviços corporativos que facilitarão a provisão da cooperação técnica de forma mais flexível e atenta às demandas e necessidades reais dos países membros, o que permitirá alcançar altos níveis de efetividade. Faz-se referência às diretrizes da estratégia que será aplicada pelo Instituto para melhorar sua estrutura interna, os processos administrativos, a gestão do talento humano, os serviços de suporte tecnológico de informação e comunicação e a forma como se apoiará a execução das ações de cooperação técnica.

I. MISSÃO, VISÃO, FUNÇÃO PRINCIPAL E VALORES

A **missão** do IICA, determinada por seu mandato institucional, está definida no artigo 3 de sua carta de fundação¹ da seguinte forma:

“estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural”, ao que o Instituto acrescenta “por meio da cooperação técnica internacional de excelência”.

Ao longo do tempo, este mandato foi interpretado de diversas formas, segundo os objetivos específicos, os principais instrumentos de ação e os conteúdos temáticos priorizados nos diferentes períodos.

Essas diversas interpretações têm respondido tanto às condições internacionais como às situações econômicas e políticas que os países membros enfrentavam em cada um dos momentos quando foram elaborados os sucessivos planos de médio prazo (PMP).

O Diretor Geral que assumiu em 15 de janeiro de 2018 propôs, tanto durante a campanha como em seu discurso de posse, sua intenção de honrar o mandato inicial da instituição com um posicionamento moderno e integrador que aproveite os conhecimentos disponíveis e as oportunidades existentes nos âmbitos regional e mundial.

As novas orientações definidas por esta administração se resumem na seguinte **visão** para o IICA:

“Ser uma instituição moderna e eficiente apoiada em uma plataforma de recursos humanos e processos capazes de mobilizar os conhecimentos disponíveis na região e no mundo para alcançar uma agricultura competitiva, inclusiva e sustentável, que aproveite as oportunidades para contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento e que promova um maior bem-estar rural e uma gestão sustentável de seu capital natural”.

¹ Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos. 1979. Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Washington, D.C., Estados Unidos da América. (Série sobre Tratados 48, Documentos Oficiais da OEA, OEA/Ser.A/25).

Conseqüentemente, a **função principal** e o eixo central do trabalho que o Instituto desenvolverá no período 2018-2022 continuará sendo a provisão de cooperação técnica aos países membros, mas será uma cooperação técnica fortalecida e apoiada na gestão do conhecimento como instrumento principal, o que fará necessário desenvolver redes profissionais e acordos interinstitucionais com uma ampla gama de outros organismos, instituições, o setor privado e as organizações da sociedade civil.

A missão, a visão e a função principal do IICA se sustentam nos seguintes valores que caracterizam a cultura organizacional, bem como o trabalho e o comportamento de cada um dos integrantes do Instituto.

- 1. Respeito pela diversidade:** A diversidade política, econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza os países e as populações que integram o IICA é valorizada e respeitada; o Instituto está comprometido em respeitar a diversidade de seus recursos humanos e promover seu desenvolvimento.
- 2. Igualdade e equidade de gênero:** Promove-se a perspectiva e a transversalização do enfoque de gênero na gestão institucional interna e na cooperação técnica que se oferece aos países membros para alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.
- 3. Responsabilidade e cuidado ambiental:** Conscientes da deterioração dos recursos naturais e dos impactos negativos da mudança do clima sobre o desenvolvimento, práticas agrícolas sustentáveis são fomentadas e se trabalha de forma sustentável e inteligente para alcançar um uso equilibrado dos recursos naturais em todas as atividades realizadas.
- 4. Trabalho colaborativo:** O IICA, como uma instituição ponte que reúne temas, países e regiões, avalia e promove o estabelecimento de redes, o diálogo e o trabalho colaborativo e solidário entre os diferentes atores internos e externos que compõem o Instituto.
- 5. Eficiência institucional:** A eficiência no trabalho e em todas as atividades realizadas pelo IICA é valorizada e é promovido um modelo de cooperação técnica orientado para a eficiência e a excelência. Os processos internos focam no cumprimento dos objetivos institucionais e se caracterizam pela flexibilidade, descentralização e capacitação.

- 6. Honestidade e transparência:** O Instituto se caracteriza pela transparência em seus processos e pela honestidade em suas ações; dispõe de sistemas administrativos ágeis e eficazes que lhe dão solidez e confiança para realizar a administração dos recursos próprios e externos.
- 7. Aprendizado contínuo:** A cooperação técnica se apoia na gestão do conhecimento e se fortalece por meio dela; o IICA avalia e fomenta o interesse no aprendizado contínuo e o esforço para alcançá-lo, bem como o desenvolvimento de redes de conhecimento e o aprendizado da experiência acumulada.

II. TENDÊNCIAS DA AGRICULTURA MUNDIAL E REGIONAL E DESAFIOS DA AGRICULTURA NA REGIÃO²

A partir de 2004, quando começou a grande expansão da demanda mundial de alimentos e *commodities* em geral, as Américas experimentaram um período de alto crescimento econômico. As crises mundiais do período 2009-2016, que afetaram profundamente as economias dos países mais desenvolvidos, impuseram limites a esse período de expansão, embora de maneira desigual entre os países. Durante esse período, a América Latina e o Caribe (ALC) também obtiveram importantes realizações na segurança alimentar (a subalimentação passou de 9,1%, em 2004-2006, para 6,4 %, em 2014-2016³) e na diminuição da pobreza⁴, a qual passou de 39,7% para 28,2% no mesmo período. Esses êxitos também estiveram acompanhados, especialmente em alguns países como o Chile, o Brasil e o Peru, entre outros, de importantes transformações estruturais na economia global e especialmente no setor agropecuário.

Nesse período, a expansão econômica, bastante generalizada em toda a região, esteve fortemente apoiada no crescimento da demanda mundial de *commodities* em geral e de alimentos, em particular, e no consequente aumento de seus preços, que foi especialmente marcado de 2004 a meados de 2008 e de 2009 a meados de 2011, nos quais os preços nominais dos alimentos aumentaram a taxas mensais de 1% e 1,5%, respectivamente⁵. Isso permitiu que os países exportadores líquidos desses produtos, como os do Cone Sul (no caso dos alimentos), Venezuela, México e Equador (no caso da energia) e países da zona andina, como Peru e Chile (no caso dos minerais), expandiram o valor de suas exportações e o nível de sua atividade econômica. Além

² Este capítulo está baseado e utiliza extensamente tanto informações como textos de três documentos principais: a) um documento não publicado preparado por Martín Piñeiro, Gustavo Gordillo e Andrew Jackue para o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) com base em estudos preparados pelos seguintes autores: Díaz Bonilla, Eugenio; Soto, Juan; Berdegué, Julio; Tomaselli, Andrés; Maluf, Renato; Trigo, Eduardo; Namdar, Mina; Sotomayor, Octavio; Trejos, Rafael; Santibáñez, Fernando; Butto, Andrea; Mourad, Patricia; Faret, Pablo; Lobo, Luis; López, Dina y Cunningham, Mirna; b) Gordillo, G. Postulados sobre gobernanza y gobernabilidad rurales en América Latina (primeiro rascunho). Grupo Parceria FAO/IEP; e c) CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2017. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2017-2018. São José, Costa Rica, IICA. Os dados de outros documentos citados mais pontualmente são mencionados em notas ao rodapé.

³ Mais informações em FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália). 2017. Indicadores de la seguridad alimentaria (on-line). Roma, Itália. Consultado em 15 de abril de 2018. Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/indicadores-de-la-seguridad-alimentaria/es/#.WvCsRogvyUk>.

⁴ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile). 2018. CEPALSTAT (on-line). Santiago, Chile. Consultado em maio de 2018. Disponível em <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>.

⁵ Estimativas do IICA (CAESPA), a partir de dados do FMI.

disso, outros países, como Bolívia, Nicarágua, Costa Rica e Colômbia, também se beneficiaram de sua capacidade exportadora em um ou mais desses grupos de *commodities*.

As realizações alcançadas na região são importantes, e o setor agropecuário tem cumprido um papel crucial para sua consecução. Alguns países se converteram em importantes atores no comércio mundial de alimentos e contribuem de forma significativa para a segurança alimentar mundial. Além disso, em alguns países os excedentes alcançados pela maior atividade econômica foram utilizados para aumentar a oferta de bens públicos e, em particular, para fortalecer e ampliar os programas de segurança alimentar e de proteção social, incluindo uma legislação que garante direitos humanos fundamentais, entre eles o de acesso à segurança alimentar. Os resultados favoráveis alcançados na diminuição da pobreza extrema, pelo menos em alguns países, como Brasil, Chile, México e outros, são alguns dos aspectos favoráveis desses 15 anos de crescimento econômico regional. Pelo contrário, os esforços direcionados a corrigir a desigualdade e a diminuir a pobreza extrema na população rural, especialmente nas comunidades indígenas, foram menos bem-sucedidos que os esforços realizados nas zonas urbanas. Em 2014, a pobreza rural extrema era quase o triplo da pobreza extrema das zonas urbanas (27,6% versus 8%)⁶.

Uma característica central do ciclo de crescimento econômico das últimas décadas, impulsionado pela globalização financeira, tecnológica e comercial, foi o aumento da desigualdade entre os setores mais ricos da sociedade, da classe média baixa e, em particular, dos setores menos favorecidos, que dependiam mais dos programas sociais. Um grupo social especialmente prejudicado foi o dos jovens, que enfrentam uma crescente dificuldade para conseguir empregos remunerados. Esse fenômeno de uma maior desigualdade no âmbito do crescimento econômico tem tido importantes consequências econômicas e políticas no interior dos países, tendo começado a afetar a governança mundial.

Por outro lado, o contexto internacional que possibilitou esse ciclo favorável de crescimento econômico, expansão da demanda e produção de alimentos no nível global, bem como melhorias nas condições sociais nos territórios rurais da região, foi enfraquecido e já não está presente. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destaca que, em comparação com 2015, em

⁶ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile). 2018. CEPALSTAT (on-line). Santiago, Chile. Consultado em maio de 2018. Disponível em <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>.

2016 houve um aumento de cerca de 42,5 milhões de pessoas com insegurança alimentar na ALC⁷.

Nessa nova situação regional, onde se destaca certo retrocesso no bem-estar da população de menores rendimentos e uma maior insegurança com respeito à manutenção das políticas sociais, o novo contexto internacional e regional propõe novos desafios especialmente complexos. A análise e a correta interpretação desse contexto são imprescindíveis para definir tanto as estratégias de desenvolvimento dos países membros como a cooperação técnica do IICA.

2.1. Cenário global

A evolução do contexto internacional, vista das Américas, estará dominada por quatro grandes tendências: a) a evolução do ciclo da economia mundial, b) a recomposição do comércio internacional em um mundo multipolar, acompanhada por uma reconfiguração das instituições vinculadas à governança mundial, c) o impacto crescente da digitalização, da robótica no mercado de trabalho e do uso da biotecnologia e d) o impacto da mudança do clima.

2.1.1. Evolução do ciclo da economia mundial

Uma primeira característica é a estagnação da economia global na segunda década do século XXI, a qual teve seu ponto mais fraco em 2016. No entanto, tanto a demanda de alimentos como os preços de *commodities* agrícolas mantiveram níveis razoáveis, sustentados pelas demandas de alguns países emergentes, particularmente da China. A partir de 2017, a economia mostra certa recuperação, sustentada em grande medida pelo alto crescimento econômico da Índia e da China (com taxas de crescimento anual de 6,7% e 6,9%, respectivamente⁸). Espera-se que o lento crescimento global continue por mais alguns anos, acompanhando a fase final do ciclo mundial atualmente em desenvolvimento. Essa fase descendente foi impulsionada pelo baixo *desempenho* das economias da maioria dos países desenvolvidos. No entanto, é importante recordar que o bom desempenho já assinalado da China, Índia e algumas outras economias

⁷ FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália). 2017. Estado de la seguridad alimentaria y nutricional en el mundo (on-line). Roma, Itália. Consultado em 15 de abril de 2018. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>.

⁸ FMI (Fundo Monetário Internacional, Estados Unidos da América). World Economic and Financial Surveys. World Economic Outlook Databases (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América. Consultado em 15 de abril de 2018. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.

emergentes, especialmente na Ásia, tem apresentado uma base na diminuição do crescimento da economia mundial e, mais ainda, na demanda global de alimentos.

Essa situação, menos favorável do que a que existiu nas décadas passadas, mas ainda relativamente favorável para a produção agropecuária regional, em termos de mercados e preços, sugere que a América Latina seguirá gozando de condições favoráveis para aumentar a produção e expandir o comércio agroalimentar. No entanto, para ser bem-sucedida, terá que fazer um importante esforço para aumentar sua competitividade internacional mediante o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e comunicações, da inovação tecnológica e das políticas comerciais. Essas últimas terão que prestar grande atenção ao potencial da bioeconomia para o desenvolvimento de um espectro de cadeias de valor mais amplas e complexas e às oportunidades oferecidas pelo comércio intrarregional.

2.1.2. O comércio internacional agroalimentar

No âmbito do contexto geral, o comércio agroalimentar está se reconfigurando com três tendências estruturais dominantes.

A **primeira** é a garantia de um mundo multipolar ou uma globalização fragmentada, que inclui o enfraquecimento do papel dos acordos multilaterais. Essa tendência foi evidenciada na Décima Primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual os países não puderam avançar em nenhum tema substancial do comércio. Isso foi especialmente evidenciado no caso dos temas vinculados à agricultura, o que sugere o risco de uma futura paralisação nas negociações agrícolas. Uma consequência previsível é que alguns países priorizarão a assinatura de acordos bilaterais e talvez avancem na integração de blocos regionais.

As preferências comerciais e, conseqüentemente, os fluxos do comércio serão afetados por essa nova arquitetura institucional, que terá maior capacidade e flexibilidade para estabelecer acordos entre países não dominantes, mas que obrigará a definição de estratégias de inserção internacional complexas, flexíveis e proativas. Esse é um desafio especialmente para os países das Américas cuja inserção internacional é mais fraca. Por outro lado, as novas tendências políticas regionais poderiam facilitar um ressurgimento dos acordos comerciais no interior do hemisfério americano.

A **segunda** tendência é o surgimento de cadeias globais de valor como atores dominantes nos sistemas agroalimentares mundiais. Isso será acompanhado pelo aumento do comércio de bens intermediários e, em particular, do comércio

intraempresas no âmbito mundial. O desenvolvimento dessas cadeias globais de valor tem sido acompanhado por um maior investimento estrangeiro que reforça a necessidade, por um lado, de políticas públicas de regulamentação e, pelo outro, de um esforço importante para facilitar o comércio intrarregional. Ambos os elementos estão vinculados ao fortalecimento das empresas de capital regional.

Finalmente, a **terceira** tendência é a crescente importância de uns poucos países, entre eles, vários das Américas, que se converteram nos principais exportadores líquidos de alimentos. Essa tendência tem especial importância para a região pela sua crescente participação na oferta e no comércio mundial de alimentos, que, em 2016, foi de 15% nas exportações globais de alimentos⁹) e sua maior contribuição para a redução da insegurança alimentar mundial. Uma participação ativa na construção da nova arquitetura do comércio internacional é de fundamental importância para melhorar a inserção comercial mundial da América Latina. Em relação a essa tendência, o Caribe mostra uma situação particular. Sendo uma sub-região importadora líquida de alimentos, especialmente para responder às demandas do turismo, que é a sua principal atividade econômica, as tendências comerciais e a sua própria inserção internacional requerem uma aproximação especial, voltada para fortalecer a capacidade de produção local para abastecer tanto a população local como o mercado privilegiado do setor turístico.

2.1.3. Impactos da digitalização, da robotização no mercado de trabalho e do uso da biotecnologia

O avanço das novas tecnologias economizadoras de mão de obra é rápido e irreversível e está causando importantes efeitos na organização da produção e na geração de emprego. Esses efeitos também começam a ser sentidos na produção agropecuária, especialmente pelo que se tem chamado de agricultura 4.0 (aquela em que se utiliza a digitalização, a robótica, técnicas biotecnológicas complexas, *big data* etc.). Essas tecnologias, cada vez mais comuns em países desenvolvidos, estão intimamente vinculadas ao setor agropecuário e são a base para alcançar a “intensificação sustentável” da agricultura como um meio para aumentar a produção mediante o uso mais eficiente dos insumos e diminuir as emissões de carbono.

Essas tecnologias também terão impactos importantes na estrutura agrária e no emprego rural, o que poderia aumentar a desigualdade nos territórios rurais, caso os

⁹ OMC (Organização Mundial do Comércio, Suíça). 2018. Time series on international trade (on-line). Genebra, Suíça. Consultado em 5 de maio de 2018. Disponível em <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>.

bens públicos necessários ao acesso a essas tecnologias não sejam fornecidos a todos os habitantes.

Embora haja pouca informação sobre os efeitos que as tecnologias 4.0 terão sobre a produção agropecuária, é possível adiantar que gerarão enormes economias de escala e fortalecerão a capacidade para minimizar os riscos associados à mudança do clima. Isso facilitará e promoverá uma crescente concentração, capitalização e complexidade das empresas agrárias. Quanto ao impacto dessas tecnologias no emprego, é possível adiantar que haverá uma rápida substituição de empregos rotineiros por outros em que o elemento chave será a capacidade para tomar decisões com base em informações oferecidas de forma digital. Embora o efeito líquido final sobre a redução da quantidade de empregos nos territórios rurais seja difícil de prever, as capacidades necessárias e os níveis de remuneração serão significativamente modificados.

A crescente incidência da tecnologia também estará acompanhada por uma maior presença e liderança do setor privado, que não só produz e comercializa boa parte da tecnologia disponível para a produção agroindustrial, mas também gera uma parcela do conhecimento necessário para o seu desenvolvimento e produção.

Por outro lado, a nova tecnologia está gerando uma maior criação de empregos, em que se requer maiores conhecimentos técnicos e, por conseguinte, os salários são mais altos. Isso se constituirá em um atrativo para que os jovens rurais permaneçam no meio rural. A capacidade para aproveitar as oportunidades que gerarão os novos empregos dependerá do nível de capacitação alcançado, pelo que será fundamental que o Estado ofereça oportunidades para capacitação no uso das tecnologias 4.0.

Quanto à biotecnologia e biossegurança na agricultura, entendida a primeira como “toda aplicação tecnológica que utiliza organismos vivos ou seus derivados para a criação ou modificação de produtos ou processos para usos específicos”¹⁰, elas se tornaram elementos fundamentais para a inovação, o desenvolvimento e a produtividade dos setores agrícola e agroalimentar no âmbito mundial e, particularmente, no hemisfério ocidental. Graças à aplicação de diversas técnicas biotecnológicas e às estruturas regulatórias de biossegurança que as sustentam, ocorreram avanços notáveis em termos de aumento da produção, resistência dos cultivos a pragas e doenças, manejo

¹⁰ Nações Unidas. 1992. Convênio sobre a Diversidade Biológica (on-line). In Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992, Rio de Janeiro, Brasil). Consultado em 29 de maio de 2018. Disponível em <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-es.pdf>.

de ervas daninhas, tolerância à seca, melhoria na qualidade de produtos e processos, rastreabilidade etc.¹¹

Os avanços tecnológicos e regulatórios contrastam com a desinformação que ainda existe sobre a biotecnologia e a biossegurança. Isso fez os países perderem oportunidades de usar de forma mais eficiente essas tecnologias para a resolução de problemas associados, por exemplo, à adaptação dos cultivos a condições de seca ou salinidade, à resposta eficiente a novas doenças, à diminuição da carga de agroquímicos ao ambiente, à recuperação de solos e águas (biorremediação), à geração de novos produtos e processos que usem mais eficientemente a energia etc.

2.1.4. Impactos da mudança do clima

O aquecimento global e seus efeitos sobre o clima se converteram em um importante desafio para a humanidade. Projeções recentes sugerem que, sem uma ação decidida no nível global para diminuir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), a temperatura média do planeta poderia aumentar 2,5 graus centígrados até 2050. Esse aumento da temperatura geraria, por sua vez, mudanças importantes nos regimes pluviométricos, o aumento dos efeitos extremos e o aumento da intensidade e da frequência de tempestades e ventos de furacões. Na recente XXI Conferência Internacional sobre Mudança do Clima (COP21), os países concordaram em trabalhar para diminuir a emissão de GEE e limitar, assim, o aumento da temperatura para 1,5 graus centígrados. Alcançar tal meta dependerá das ações individuais de todos os países e, em particular, dos grandes emissores. Embora seja difícil prever se uma maioria suficiente de países cumprirá os compromissos contraídos na COP21, o progresso na redução das emissões de GEE dependerá fundamentalmente do esforço e da liderança que a União Europeia (UE) será capaz de oferecer, da abordagem equilibrada dos Estados Unidos à política em matéria de clima para reduzir as emissões de GEE e, ao mesmo tempo, impulsionar o crescimento econômico e garantir a segurança energética, da disciplina da China e da Índia e da colaboração de todos os países. Portanto, o papel da América Latina e sua relação com a UE e os Estados Unidos neste tema serão de fundamental importância.

O impacto de um maior aquecimento global nas condições climáticas (particularmente na incidência de eventos extremos: chuvas, furacões etc.), na

¹¹ ISAAA (International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications, Estados Unidos da América). 2016. Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2016 (on-line). Ithaca, Estados Unidos da América. Consultado em 11 de junho de 2018. Disponível em <http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/52/download/isaaa-brief-52-2016.pdf>. (ISAAA Brief N° 52 - 2016).

sustentabilidade dos recursos naturais, nas doenças de seres humanos e animais domésticos e na destruição da infraestrutura e da produção agrícola já se está manifestando, e se estima que se acentuará de forma significativa. Esse impacto não será homogêneo nas diversas regiões do continente e será maior nas populações pobres e na agricultura de subsistência. Os efeitos serão especialmente negativos na zona média subtropical da América do Sul, no Caribe, na América Central e em algumas regiões do México, que se prevê experimentarão secas e regimes de chuvas mais aleatórias. No Caribe, pode aumentar a vulnerabilidade a tormentas e furacões. Esses impactos climáticos teriam um efeito negativo na capacidade produtiva da agricultura e no bem-estar da população dos territórios rurais de muitas regiões do continente. Obter uma maior resiliência a essas condições é um desafio central.

Por outro lado, segundo as estimativas de inventários de emissões de GEE realizadas com base nos parâmetros propostos pelo Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Mudança do Clima (IPCC), a agricultura e, em particular, a pecuária, são importantes contribuintes à emissão de GEE. Em relação a isso, cabem algumas observações importantes. A **primeira** é que um conjunto de trabalhos recentes¹² sugere que o nível de emissões está fortemente determinado pelas características dos ecossistemas e as tecnologias utilizadas na produção. Essas estimativas indicam que, na agricultura extensiva com semeadura direta e baixo uso de agroquímicos, como a realizada nas zonas temperadas das Américas, o balanço global das emissões é muito menor. Mais ainda, na pecuária de pastoreio em pastos permanentes, em que as emissões seriam compensadas com o sequestro de carbono realizado pelo sistema radicular das plantas utilizadas nessas práticas produtivas. Essas informações sugerem que as emissões provenientes da agricultura são inferiores às estimadas e que, com uma correta utilização da tecnologia, podem ser ainda menores.

A **segunda** observação é que, pelo contrário, o desmatamento e a queima de florestas, que ainda ocorrem em alguns países das Américas, são a principal fonte de emissão de GEE de origem agropecuária. Por esse motivo, a produção agropecuária é chamada a fazer ajustes em seus sistemas produtivos, eliminando o desmatamento e as queimadas, para assim contribuir para uma menor emissão de GEE.

Similarmente, as práticas agrícolas deverão se adaptar às novas condições de temperatura e aos regimes de chuvas. O Caribe, a sub-região andina, o corredor seco centro-americano e o centro do Brasil serão sub-regiões especialmente castigadas pela

¹² Viglizzo, E; Florença, R. 2017. Sequestro de carbono em terras rurais: um elo perdido nos inventários? Buenos Aires, Argentina, GPS/SRA/CONICET.

mudança do clima, por conseguinte, é necessário desenvolver complexos sistemas de alerta precoce e capacidades para responder a emergências causadas por fenômenos climáticos extremos.

Por outro lado, é necessário desenvolver um maior grau de adaptação e resiliência aos impactos negativos da mudança do clima. Para tal, são necessários investimentos significativos dos setores público e privado em irrigação, agricultura de precisão, ambientes controlados, seguros agrícolas etc., para o que será essencial a colaboração público-privada.

A **terceira** observação está relacionada à ocorrência, à frequência e à distribuição de pragas e doenças que afetam os cultivos e os animais em produção. A temporalidade de pragas e doenças é bem conhecida em muitas partes das Américas, onde os agricultores tomam medidas para diminuir os efeitos dos surtos. No entanto, a mudança do clima tem afetado a distribuição de pragas e doenças e, portanto, os produtores devem enfrentar riscos com os quais não estão familiarizados e para cuja gestão não contam com o conhecimento nem com as ferramentas que lhes permitam proteger seus cultivos e animais.

Deve-se aplicar a tecnologia para prever a distribuição e a ocorrência futura de pragas e doenças, desenvolvendo intervenções que preparam os agricultores e lhes oferecem as estratégias que precisam para manter a produtividade e a rentabilidade de suas operações.

A **quarta** observação se refere aos possíveis impactos da mudança do clima no solo e na água. Os efeitos do aumento da temperatura podem incluir uma maior evapotranspiração nas plantas e uma menor infiltração da água, efeitos que conduzem, por um lado, a uma menor disponibilidade de água para atividades produtivas e domésticas e, por outro, a uma aceleração da deterioração do solo. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), os anos 2015, 2016 e 2017 foram os mais quentes já registrados¹³.

A redução nas chuvas diminui o fluxo de água e propicia o esgotamento de aquíferos e fontes, o que aumenta o custo da água, a insegurança alimentar, ao reduzir a capacidade produtiva dos cultivos e do gado, e a redução das coberturas florestais e do solo. O aumento na quantidade e na frequência de eventos extremos e chuvas erráticas pode provocar erosão e deslizamentos em zonas de ladeiras e mais deflúvio e

¹³ OMM (Organização Meteorológica Mundial, Suíça). 2017. Relatório do Estado do Clima Mundial. Genebra, Suíça.

menos infiltração de água, o que gera diversos impactos: deslizamentos e inundações, diminuição da qualidade da água, contaminação, sedimentação, danos a sistemas de água, aumento da insegurança alimentar e detrimento da saúde humana.

2.2. Principais tendências da agricultura mundial e regional

2.2.1. Tendências demográficas e evolução da pobreza e da desigualdade rural

A taxa de crescimento da população tem diminuído para 1,6% anual, situando a região em uma situação intermédia no nível mundial. Estima-se que essa taxa continuará diminuindo, mas que manterá níveis positivos pelo menos até 2050. No entanto, o envelhecimento da população será acentuado (segundo estimativas das Nações Unidas, em 2030 a população de mais de 60 anos da ALC superará a população que inicia sua participação no mercado de trabalho, ou seja, com idades entre 15-24 anos). Esse comportamento se dará especialmente nas zonas rurais, como resultado da migração rural-urbana. A urbanização se acentuará com um predomínio decrescente das grandes cidades (de acordo com as Nações Unidas, em 2050, 86% da população da ALC residirá em zonas urbanas). As cidades intermediárias terão uma progressiva importância na distribuição populacional e na atividade econômica, posto que contribuem para vincular áreas rurais e urbanas.

A diminuição da pobreza experimentada nas últimas décadas parece ter estabilizado aos níveis de 2009 e, no futuro, a maior parte dessa pobreza se concentrará nas zonas urbanas, especialmente nas periferias das grandes cidades, onde a desigualdade tem aumentado. É necessário realizar uma análise cuidadosa das políticas públicas implementadas nas últimas duas décadas e, a partir das lições aprendidas, realizar um novo esforço para combater eficazmente as condições de pobreza e desigualdade na região e especialmente nos territórios rurais. O papel e o desenvolvimento da agricultura familiar, as condições institucionais do emprego rural e a extensão dos programas de proteção social às áreas rurais aparecem como ações de especial importância para aumentar e consolidar o bem-estar do conjunto da população nos territórios rurais.

Além disso, a população rural da ALC tem sido altamente exposta à migração, devido, entre outras razões, à falta de emprego, à violência, à baixa produtividade da agricultura, à degradação dos recursos naturais e à alta exposição aos desastres naturais. No entanto, a migração foi historicamente menor nos territórios rurais com menores índices de pobreza e de insegurança alimentar. Mais recentemente, esse fenômeno tem

umentado pela globalização (a atração da modernidade das grandes cidades) e pela mudança do clima. As pressões econômicas, sociais e ambientais resultaram que, nos últimos dez anos, a população rural da ALC tenha diminuído a um ritmo anual de 0,18%, enquanto a população urbana tem crescido 1,54% anualmente¹⁴. Além da descapitalização e do envelhecimento, nas áreas rurais a migração tem gerado a desintegração familiar e a perda da identidade cultural, entre outros.

2.2.2. Tendências nos hábitos de consumo, má-nutrição e segurança alimentar

Os padrões dietéticos estão sendo modificados pelo processo de globalização e pelo aumento da renda per capita, que permitem um maior consumo e uma maior escolha dos alimentos consumidos. Neste sentido, há quatro tendências principais. A **primeira** é a diminuição, nos âmbitos mundial e regional, dos níveis de insegurança alimentar que acompanhou o período de alto crescimento econômico e a implementação de políticas públicas específicas nas últimas duas décadas. Segundo a FAO, esta tendência se interrompeu em 2015 e, nos últimos dois anos, 40 milhões a mais de pessoas estão sofrendo de desnutrição crônica. É difícil prever qual será a tendência nos próximos anos, no nível global, mas é evidente que o baixo crescimento econômico esperado nos âmbitos mundial e regional e o advento, no nível mundial, de condições econômicas e políticas menos favoráveis ao bem-estar geral, criam uma situação pouco favorável. Nesse sentido, a implementação, na região, de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e voltadas para combater essa situação global terão uma importância crucial.

Uma **segunda tendência** é o rápido aumento no consumo de proteínas, especialmente de origem animal, em países em que as rendas e a urbanização crescem rapidamente. Estima-se que, para alimentar uma população mundial mais numerosa, mais rica, mais urbana e com dietas mais intensivas em proteínas animais, será necessário aumentar a produção mundial de alimentos pelo menos 70%¹⁵; nos países em desenvolvimento, esse número pode chegar a 100%. A produção de carne e de cereais, altamente intensiva em água, deverá aumentar pelo menos 135% e 43%, respectivamente. Esse aumento resulta em uma pressão adicional sobre a água e outros recursos naturais agrícolas e, potencialmente, na medida em que não se aplique um conjunto de boas práticas agrícolas, em uma maior contribuição da agricultura para o aquecimento global.

¹⁴ IICA (CAESPA) a partir de dados do Banco Mundial

¹⁵ FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália). 2009. Como alimentar o mundo em 2050. Roma, Itália.

A **terceira tendência** é a adoção de padrões dietéticos em que os alimentos de conveniência e as refeições fora de casa constituem a proporção mais importante do consumo total. Essa tendência alimentar, além dos estilos de vida sedentários, parece estar associada aos maiores níveis de obesidade e desnutrição observados nos âmbitos mundial e regional. Nesse sentido, é importante destacar que a obesidade é um problema de especial importância no hemisfério.

Finalmente, a **quarta tendência**, que se expressa mais fortemente nos setores de altos rendimentos e especialmente nos países mais desenvolvidos, é o maior consumo de alimentos frescos com atributos especiais vinculados à inocuidade e à qualidade, como, por exemplo, os alimentos orgânicos e os produzidos com técnicas agroecológicas, os quais geram novos mercados e, conseqüentemente, novas oportunidades produtivas.

Essa situação complexa e multifacetada ilustra a importância de se avaliar a evolução dos sistemas alimentares nos níveis global e regional e de se implementar as políticas públicas necessárias para se assegurar as melhores opções de uma nutrição adequada.

2.2.3. Tendências na disponibilidade dos recursos naturais agrícolas e mudanças nas estruturas agrárias

A região tem uma extraordinária dotação de recursos naturais agrícolas (terra, água, biodiversidade). A inevitável pressão para uma maior utilização dos recursos naturais agrícolas aumentará com o tempo, o que torna necessário desenvolver políticas de regulamentação e proteção ambiental para assegurar sua utilização eficaz em termos de custo, eficiente e sustentável e evitar sua degradação.

A utilização eficiente e sustentável dos recursos naturais agrícolas e as contribuições que a agricultura faz ao desenvolvimento econômico, à eliminação da desnutrição e à concretização da segurança alimentar e nutricional estão relacionadas às características das estruturas agrárias. Em uma amostra de onze países que contam com informações atualizadas, cinco (Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile e Venezuela) apresentam, em ordem decrescente, uma forte concentração da propriedade da terra agropecuária, com uma diminuição do número de propriedades e um aumento de seu tamanho médio¹⁶. Pelo contrário, no Brasil, Peru, México, Costa Rica, Nicarágua e El

¹⁶ Sotomayor, O; Namdar-Irani, M. 2016. Tendencias estructurales en la agricultura de América Latina y desafíos para las políticas públicas. Santiago, Chile, Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe.

Salvador se deu um processo inverso, com uma crescente fragmentação no uso da terra e um aumento do minifúndio.

Esses processos estão vinculados à mudança tecnológica e às políticas públicas implementadas no passado e têm consequências importantes sobre o desenvolvimento econômico, a estrutura da produção agrícola, a distribuição da renda e a pobreza no setor agropecuário. Entender e acompanhar esses processos parece ter uma alta prioridade, especialmente por seu impacto na evolução e no papel da agricultura familiar como fonte de produção e de renda nos territórios rurais.

2.2.4. Tendências no desenvolvimento tecnológico e inovações

Durante as últimas duas décadas, a região, especialmente alguns países e sub-regiões e, dentro desses, algumas cadeias produtivas, têm experimentado um rápido desenvolvimento tecnológico baseado nos avanços científicos alcançados na biologia, informática, comunicações, organização e gestão.

O impacto produtivo dessas tecnologias, em termos de volume, do aumento da produtividade e, portanto, da diminuição do custo dos alimentos, é evidente, segundo as estatísticas de produção, consumo e preços. Entre 2005 e 2014, a produção agrícola primária da ALC cresceu a um ritmo anual de 2,7%, no qual a produtividade total dos fatores foi responsável por mais de 50% (1,4 pontos percentuais)¹⁷. No entanto, em contraposição a esses impactos positivos, também se tem argumentado que essas tecnologias estão associadas a mudanças econômicas, sociais e biológicas que demandam permanente acompanhamento e regulamentação por parte do Estado. Exemplos desses efeitos são as mudanças na estrutura produtiva; o desenvolvimento concentrado da agroindústria; mudanças nos padrões dietéticos, má-nutrição e aumento da obesidade; e ameaças à biossegurança e à ecologia.

No futuro, a inovação tecnológica se aprofundará no setor agroindustrial e se expandirá rapidamente para outros países, regiões e produtos, o que criará extraordinárias oportunidades produtivas e alguns desafios estruturais mais amplos e de alta complexidade que terão impacto nos territórios rurais e na economia em geral. Alguns exemplos de tecnologias que se expandirão nos próximos anos e que transformarão a produção agroindustrial e sua relação com o restante da economia são os seguintes: a) a intensificação sustentável, b) os sistemas de melhoria genética de plantas e animais, c) os sensores de cultivos conectados a dispositivos móveis, d) o uso

¹⁷ Estimativas do IICA (CAESPA), a partir de dados de Fuglie, K; Rada, N (outubro de 2017).

da biométrica na gestão do gado, e) a agricultura de precisão, f) as tecnologias a laser para a nivelamento de solos em sistemas de irrigação e g) a utilização de *big data*.

2.3. Tendências regionais da institucionalidade e políticas públicas

2.3.1. Tendências na integração regional

Durante as últimas duas décadas, a região experimentou ativos processos de integração, tanto na dimensão política como na econômica, embora com um claro predomínio da primeira. A União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) são exemplos de processos de integração com predomínio de objetivos, interesses e realizações na dimensão política. Por sua vez, a Parceria do Pacífico se soma a outros processos anteriores, como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Cúpula das Américas, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e o Sistema da Integração Centro-Americano (SICA), que enfatizam a dimensão econômica e têm progredido de maneira variável e descontínua.

Em um contexto global multipolar e com perspectivas não muito incentivadoras, em termos do dinamismo do comércio internacional, os acordos regionais têm uma importância crucial e devem ser uma das grandes prioridades para as políticas públicas. Em função de algumas declarações políticas recentes, parece provável que serão fortalecidos os acordos regionais que privilegiam os aspectos da integração econômica, para que a região enfrente a globalização fragmentada mencionada anteriormente em melhores condições. Isso pode incluir uma maior ênfase no desenvolvimento de complementaridades nas cadeias de valor e na coordenação de esforços nos processos de negociação comercial, tanto intrarregionais como com outras regiões.

2.3.2. Dimensões institucionais e o papel do Estado

Durante as últimas duas décadas, em alguns países da região, os governos têm desempenhado um papel de protagonista no fortalecimento dos programas de inclusão social, que incluem, além da educação e da saúde como bens públicos tradicionais e indispensáveis, uma maior atenção aos direitos civis e aos programas de proteção social. Em sua aplicação à população rural, esses programas têm incluído, de forma incipiente,

as transferências condicionadas, que são um aspecto que poderia ser expandido para articular melhor a proteção social com os programas de fomento produtivo.

No caso do setor agroindustrial, essa maior intervenção tem apresentado dois vértices principais. Por um lado, tem evoluído o conceito de desenvolvimento territorial como uma forma de tornar mais integral a presença do Estado nas zonas rurais, coordenando as intervenções de diversas repartições públicas. Essas estratégias têm incluído: a) um maior esforço para eliminar a insegurança alimentar, b) uma maior atenção à agricultura familiar no estabelecimento de políticas públicas, em termos de políticas diferenciadas para esse setor social e c) um maior apoio mediante a extensão, o crédito e a inclusão em programas de proteção social. Por outro lado, também se fizeram algumas tentativas importantes para aumentar a inclusão da pequena agricultura nas cadeias de valor e para regular a distribuição do excedente econômico dentro de algumas delas.

A ampliação desses programas e políticas públicas foram, ao menos em parte, uma resposta política às maiores demandas exercidas por sociedades mais politizadas e conscientes tanto das enormes desigualdades existentes como de seus direitos constitucionais. Por um ponto de vista econômico, os novos programas foram facilitados pela maior arrecadação pública potenciada pelos altos preços internacionais dos produtos agrícolas e pelas boas taxas de crescimento econômico experimentado pela maioria dos países da região. Mirando o futuro e considerando as menores taxas de crescimento econômico esperadas para os próximos anos, esses programas dependerão da vontade política dos governos e da capacidade de influência dos setores sociais envolvidos.

Em termos de políticas públicas para a agricultura, os países têm adotado seus respectivos instrumentos de políticas, na maioria dos casos emanadas exclusivamente do governo e, especificamente, do Ministério da Agricultura. No entanto, em outros casos e em diversos momentos, os países têm adotado políticas públicas para a agricultura em cuja elaboração participaram tanto o poder executivo como o legislativo, bem como os diversos atores interessados, o que tem dado uma conotação de política de Estado aos acordos. Nesse sentido, cabe mencionar a formação, para cada cinco anos, da política pública para a agricultura nos Estados Unidos da América. Uma das políticas públicas mais importantes que, em 2018, encontra-se em discussão no Congresso desse país é a comumente denominada Lei Agrícola, que tem grande impacto no apoio oferecido aos produtores de determinados produtos básicos e nas políticas sobre conservação dos solos e gestão ambiental, gestão do risco, proteção sanitária e fitossanitária, inocuidade dos alimentos, energia, pesquisa, desenvolvimento rural e

nutrição para o povo dos Estados Unidos e o mundo em geral. As políticas propostas nessa legislação terão efeitos duradouros na direção da política agrícola não só dos Estados Unidos, mas também da maioria de seus parceiros comerciais.

2.3.3. Tendências na sociedade civil

Nas últimas duas décadas, as condições e orientações políticas dominantes em vários países da região conduziram ao fortalecimento dos espaços da sociedade civil, inclusive daqueles que representam interesses regionais e muito especialmente aos povos indígenas e a uma maior participação destes na construção do poder social e na definição das políticas públicas. Isso foi especialmente significativo nos programas direcionados a reduzir a pobreza e a melhorar a segurança alimentar, o desenvolvimento territorial, a soberania alimentar e a proteção do meio ambiente. A articulação desses diversos espaços da sociedade civil para alcançar uma maior coordenação e racionalidade das reivindicações foi um processo difícil, devido à sua complexidade em termos legais, institucionais e políticos. Apesar dessas dificuldades, uma melhor organização dessas correntes sociais e sua articulação com os governos locais constituem uma crescente necessidade social e política.

2.3.4. O setor privado e o investimento na agricultura

O setor agrícola tem demonstrado ser uma indústria altamente rentável e geradora de impactos socioeconômicos maiores que os de qualquer outro setor. O capital privado pode desenvolver um papel relevante mediante a injeção de capital em áreas como infraestrutura, tecnologias, agricultura climaticamente inteligente, financiamento e pesquisa e desenvolvimento, entre outras necessidades do setor e do meio rural. Por exemplo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento agropecuário gera taxas de retorno médio de mais de 14%¹⁸.

No caso particular da ALC, sua ampla base de recursos naturais e biodiversidade somada às expectativas de uma crescente demanda de alimentos e outros produtos de origem biológico, fez com que muitos olhares de investidores privados se voltem para a agricultura da região. Graças a esses investimentos, as melhorias na produtividade dos fatores têm explicado mais da metade do aumento da produção agrícola nos últimos anos. Além do investimento na produção de produtos primários e fibras agrícolas, hoje

¹⁸ BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Estados Unidos da América). 2018. Revolución agroindustrial: de granero a supermercado del mundo (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América. Consultado em 29 de maio de 2018. Disponível em <https://www.bidceosummit.com/wp-content/uploads/2018/04/REVOLUCION-AGROINDUSTRIAL.pdf>.

é possível encontrar na ALC casos privados bem-sucedidos de investimentos na produção de bioplásticos, nutracêuticos, biocombustíveis, alimentos funcionais, bioinsumos etc., embora continuem sendo poucos. A maioria da agricultura da ALC está longe de seu potencial devido, entre outras razões, a limitados investimentos públicos e privados.

A agricultura da ALC tem um papel de protagonista na segurança alimentar mundial e no aumento do bem-estar rural de sua população; conseguir isso dependerá, em grande parte, do aumento que conseguirmos alcançar no investimento privado para a agricultura (alguns estudos falam da necessidade de um aumento de 50% em relação ao nível atual)¹⁹. Segundo números estimados pelas Nações Unidas, para eliminar a pobreza e a fome no mundo é necessário um investimento adicional em agricultura²⁰ e desenvolvimento rural de USD140.000 milhões por ano, dos quais USD50.000 milhões deverão ser cobertos pelo setor privado (principalmente em investimento direto à propriedade rural e ao processamento).

2.4. Oportunidades e desafios da agricultura na região

Tanto o contexto internacional relevante para as Américas como a própria região têm experimentado mudanças rápidas e profundas nas últimas duas décadas. Como resultado, a região enfrenta novas oportunidades e desafios que devem ser abordados nas estratégias de desenvolvimento e na implementação de programas e políticas públicas. Uma primeira oportunidade que surge com clareza das tendências regionais é aproveitar o tão importante papel que desempenha a produção agropecuária na economia da maioria dos países do hemisfério americano, bem como as favoráveis condições para um maior crescimento e desenvolvimento a partir das inovações tecnológicas e das condições razoavelmente boas da demanda internacional. A produção agropecuária pode ser um pilar central do desenvolvimento sustentável e um instrumento principal para diminuir a pobreza e alcançar uma maior equidade no hemisfério. Para isso, é necessária uma profunda mudança cultural mediante a qual seja possível que os setores urbanos e industriais incorporem a convicção de que os êxitos

¹⁹ Panda Agriculture & Water Fund. 2014. China anuncia al mundo que invertirá en agricultura (ampliada) (on-line). Barcelona, Espanha. Consultado em 29 de maio de 2018. Disponível em https://www.finect.com/grupos/panda_agriculture_water_fund/articulos/china_anuncia_al_mundo_que_invertira_en_agricultura_ampliacion.

²⁰ Banco Mundial. 2018. Future of food: maximizing finance for development in agricultural value chains (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América. Consultado em 29 de maio de 2018. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29686/125295-WP-PUBLIC-futureoffoodpaperweb.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

alcançados na produção agroindustrial serão do país em seu conjunto e que os benefícios deste êxito contribuirão para o bem-estar de todos.

Por outro lado, potencializar as forças produtivas da região no setor agroindustrial não é apenas bom e necessário para o seu desenvolvimento e bem-estar, mas também para todo o mundo, pois é necessário que o potencial regional para a produção sustentável de alimentos se materialize e contribua para a concretização da segurança alimentar no âmbito mundial.

No entanto, na definição das estratégias e políticas voltadas para desenvolver plenamente essas oportunidades e alcançar um setor agropecuário competitivo e inclusivo, é necessário reconhecer a considerável heterogeneidade da agricultura regional. Nela coexistem setores modernos, competitivos e orientados à exportação com setores dominados pela agricultura de pequena escala, muitas vezes assentada em ecossistemas menos produtivos e com um insuficiente acesso aos insumos produtivos e aos meios de vida essenciais para o bem-estar. Na América Central, por exemplo, das 2,4 milhões de famílias de agricultores familiares existentes no local, 68% são analfabetas, 63% são pobres, cerca de 50% não têm eletricidade e mais de 33% não dispõem de terra própria²¹. Essa agricultura é a fonte de subsistência econômica e alimentar para um importante percentual da população que inclui os setores sociais mais negligenciados da sociedade. No entanto, mesmo nessas condições de negligência, elas contribuem com um percentual importante da produção total de alimentos da região.

Essas condições produtivas e estruturais dos territórios rurais requerem uma imediata atenção para alcançar o potencial produtivo da região e contribuir para proporcionar uma vida digna ao conjunto da população rural.

As oportunidades e os desafios de particular relevância que surgiram são os seguintes, entre outros:

- O enfraquecimento dos mecanismos de governança global e, em particular, das regras multilaterais do comércio criam uma nova e significativa vulnerabilidade para a região. Neste contexto, os mecanismos de integração regional demandam especial importância, pois aumentam as possibilidades do comércio intrarregional e fortalecem o papel que a região pode desempenhar nos fóruns de negociação

²¹ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2013. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2014. São José, Costa Rica, IICA.

internacional. Isso é particularmente importante em relação aos fóruns internacionais que tratam de posicionamentos e decisões relacionados a temas significativos para a agricultura, os recursos naturais, a segurança alimentar mundial e o comércio agrícola.

- Neste sentido, é necessário participar plenamente do aperfeiçoamento da arquitetura institucional do comércio multilateral e regional. Isso daria a oportunidade de melhorar a inserção nos mercados internacionais e aumentar a presença da região no comércio internacional, apesar das condições menos favoráveis esperadas na economia global. Para isso é necessário alcançar uma melhor integração da produção primária com as cadeias globais de valor, assegurar seu caráter inclusivo e fazer um esforço especial para desenvolver cadeias de valor de dimensão regional que contribuam para aumentar o comércio intrarregional.
- O setor rural e a produção agropecuária desempenham um papel fundamental na economia e no comércio de quase todos os países da região. De fato, nos países onde a agricultura e a ruralidade têm um peso maior, o crescimento do setor agrícola é pelo menos duas vezes mais eficaz ao reduzir a pobreza do que o crescimento nos demais setores da economia²². Partindo desta centralidade do meio rural, surge a oportunidade de aumentar as contribuições da agricultura no desenvolvimento econômico nacional. Isso é possível mediante um maior aproveitamento dos abundantes recursos naturais agrícolas da região e dos desenvolvimentos tecnológicos alcançados nas últimas duas décadas. A agricultura de precisão, a robótica e a informática, entre outras disciplinas, permitem aumentar a produtividade agrícola e a competitividade internacional, bem como desenvolver uma agricultura sustentável e mais bem adaptada aos impactos da mudança do clima. Para isso, é necessário desenvolver mercados competitivos e transparentes que assegurem um acesso amplo e igualitário às informações, bem como distribuir adequadamente os excedentes econômicos gerados por essas tecnologias entre os diversos atores econômicos que participam do processo produtivo.
- É necessário consolidar e aprofundar os avanços alcançados no bem-estar dos habitantes nos territórios rurais nas décadas de expansão da economia mundial. Para isso, é necessário gerar informações e formular políticas públicas que levem em consideração a situação dos recursos naturais renováveis, as rápidas mudanças na estrutura agrária, o surgimento de atores sociais diversos que participam da

²² Banco Mundial. 2008. Relatório sobre o desenvolvimento mundial: agricultura para o desenvolvimento. Washington, D.C., Estados Unidos da América.

produção agrícola como prestadores de serviços, a crescente importância das cidades intermediárias, as mudanças na pirâmide populacional rural (onde sobressai o envelhecimento da população ativa), bem como a evolução e as transformações da agricultura familiar. Essas situações têm dimensões subnacionais, nacionais, regionais e globais e a interpretação das tendências de médio prazo é uma importante área de trabalho. Uma temática de particular importância é a plena integração da população rural ao sistema produtivo. Isso requer uma atenção especial à pequena agricultura, a fim de estabelecer condições produtivas e de inserção comercial que lhes permita o crescimento econômico. Por outro lado, os trabalhadores rurais devem gozar de condições dignas de emprego e novas oportunidades que não se limitem ao emprego agrícola. Pelo contrário, é necessária uma visão mais ampla vinculada aos territórios, em que se considerem os processos migratórios internos e as oportunidades de emprego não agrícola, em particular para os jovens.

- Temas de crescente importância são o desenvolvimento dos sistemas alimentares mundiais e regionais, sua relação com as cadeias de valor na produção agropecuária e sua incidência no desenvolvimento econômico e o emprego nos territórios rurais. Além disso, os sistemas agroindustriais têm uma alta incidência nos padrões dietéticos e, conseqüentemente, na segurança alimentar e na nutrição no nível nacional e dos territórios rurais. É necessário elaborar e implementar políticas públicas que orientem esse desenvolvimento para sistemas alimentares mais sensíveis a uma nutrição adequada, para o que é necessária uma melhor articulação entre as políticas sociais e as orientadas para a saúde, a educação e o desenvolvimento do aparato produtivo.
- A mudança do clima é um desafio global que requer uma resposta global. Essa resposta deve incluir: a) transformações produtivas para diminuir a emissão de GEE, b) desenvolvimentos tecnológicos e mudanças nos sistemas produtivos, para aumentar os níveis de resiliência e adaptação às novas condições climáticas e c) o desenvolvimento de sistemas de alerta antecipado, de administração de riscos e de recuperação pós-crise.
- A globalização, o aumento no comércio agrícola (especialmente o de produtos perecíveis) e, mais recentemente, o impacto da mudança do clima, têm proporcionado à sanidade e à inocuidade dos alimentos uma nova relevância. Por um lado, o movimento de pessoas, animais domésticos e produtos alimentares não processados tem aumentado a vulnerabilidade a transmissões de doenças e pragas. O tratamento de doenças e pragas é uma prioridade importante na qual os

organismos internacionais têm um importante papel a desempenhar. Por outro lado, o aumento do comércio e a crescente sofisticação da demanda tornam necessário um cumprimento estrito das normas internacionais tanto para os produtos de exportação como para aqueles consumidos nos mercados nacionais. Dada a importância da região como fornecedora de alimentos no âmbito mundial, a capacidade institucional para o desenvolvimento, a aplicação e o cumprimento desses padrões constitui um desafio principal.

- Todos os países enfrentam desafios relacionados aos mercados em que importam e exportam seus produtos. O movimento de produtos alimentares pode resultar na introdução de pragas e doenças que podem afetar sua produção primária. Ao mesmo tempo, as políticas de seus parceiros comerciais devem se basear em regras que resultem em mais previsibilidade e menos incerteza, e que diminuam o custo das transações. Os países das Américas devem as normas internacionais de facilitação do comércio, a fim de proteger a saúde, assegurar o atendimento das demandas dos consumidores e promover a rentabilidade do setor agrícola.
- Outro importante desafio é o desenvolvimento e o fortalecimento de uma institucionalidade agropecuária capaz de implementar estratégias e políticas para consolidar e aprofundar, na próxima década, os avanços alcançados na erradicação da pobreza, na segurança alimentar e nutricional e nas desigualdades de gênero. Nesse último caso, é importante acentuar as ações que visam aumentar a autonomia econômica e jurídica das mulheres e melhorar sua capacidade de acesso aos bens de produção e à seguridade social. Além disso, é necessário reconhecer as organizações que representam e atuam em favor da igualdade de gênero, de forma consistente com o expresso no objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que propõe *alcançar a igualdade entre os gêneros e capacitar todas as mulheres e meninas*.
- Da mesma maneira, é necessário atender às problemáticas dos povos indígenas. Um passo importante nessa direção é o desenvolvimento de novos mecanismos de interlocução dos governos nacionais e regionais com setores que incluem comunidades indígenas, a fim de alcançar sua efetiva participação na formulação e implementação de novas políticas públicas que os levem em consideração e contribuam para uma maior integração política e econômica.

2.5. Principais especificidades e desafios em sub-regiões do hemisfério

2.5.1. Introdução

O hemisfério americano é de uma área de enorme dimensão, com diferenças geográficas e econômicas muito significativas entre suas principais sub-regiões. Por este motivo, o IICA identifica, para fins de definir sua estratégia e seu plano de ação de cooperação técnica, cinco sub-regiões: Norte, América Central, Caribe, Andina e Sul.

Todas têm suas especificidades, tanto gerais como em sua produção agropecuária e nos principais desafios e oportunidades em que é necessário concentrar a atenção. Duas delas, a sub-região do Caribe inglês e, em certa medida, a América Central, têm uma maior homogeneidade interna e, ao mesmo tempo, enfrentam desafios econômicos e de desenvolvimento agropecuário particularmente complexos e específicos a cada uma.

Por esse motivo, considerou-se conveniente detalhar separadamente, neste PMP, as problemáticas específicas dessas duas sub-regiões, como um reconhecimento à necessidade de definir estratégias de cooperação técnica particulares para cada uma delas.

2.5.2. O Caribe

O Caribe é uma sub-região geograficamente pequena, mas de grande complexidade e diversidade. Ela é integrada por onze países insulares e três países continentais: Belize, que faz parte da América Central, Guiana e Suriname, que integram a América do Sul. O tamanho dos países varia, desde a Guiana, o maior, com 196.850 km², até algumas pequenas ilhas que contam com menos de 1.000 km². O Caribe dispõe de uma significativa institucionalidade sub-regional, representada pela Comunidade do Caribe (CARICOM), a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI), entre outras organizações de alcance regional.

A economia regional caribenha está dominada pelo turismo, embora Trinidad e Tobago seja um importante produtor de petróleo e a agricultura seja a principal atividade econômica da Guiana, de Dominica e de Belize. No entanto, a maioria dos países do Caribe tem economias relativamente abertas, uma vez que importam mais de 80% dos alimentos que consomem. Uma proporção importante dessas importações visa abastecer o consumo derivado do turismo. Outro problema vinculado à importação de alimentos

e aos novos padrões dietéticos é o aumento dos índices de obesidade na maioria dos países.

A produção agropecuária tem importância econômica para a geração de emprego na maioria deles. No entanto, a insuficiente criação de empregos rurais e, especialmente, para os jovens é um dos problemas centrais da sub-região. Para desenvolver seu potencial produtivo, é necessário promover transformações que o tornem atraente aos investimentos para alcançar uma maior inovação tecnológica e a integração vertical com o processamento. Desenvolver essa estratégia requer enfrentar o fato de que a estrutura agrária está dominada por empresas de porte muito pequeno e por uma população envelhecida. Além disso, as limitações de natureza logística tornam muito difícil iniciar processos de integração vertical, inclusive os voltados ao comércio dentro da região e com os demais países das Américas.

Essa diversidade econômica da sub-região do Caribe, a condição insular da maioria dos países que a integram e o fato de que todos eles constituem pequenas economias proporcionam à sub-região um conjunto de características, desafios e oportunidades muito especiais e diferentes com respeito às sub-regiões das Américas, que também demandam estratégias e modalidades de desenvolvimento agroindustrial particulares a cada uma.

A importância do setor de turismo, que contribui com mais de 20% do produto interno bruto (PIB) em dois terços dos países, é uma oportunidade para a agricultura, que poderia fornecer os alimentos demandados por esse setor. Conseguir isso a partir de uma agricultura baseada primordialmente em pequenas propriedades familiares é um desafio, mas também uma oportunidade para a produção agropecuária local. Nesse sentido, o desenvolvimento da tecnologia, da sanidade e da inocuidade, a infraestrutura de transporte e o comércio agropecuário, tanto dentro da sub-região caribenha como entre esta e alguns países da América Central e da América do Sul próximos geograficamente, poderia ser uma estratégia a seguir.

Um segundo desafio é a crescente vulnerabilidade dessa sub-região aos efeitos da mudança do clima e, em particular, à crescente intensidade e frequência dos desastres climáticos. Estima-se que as ilhas do Caribe são 34% mais vulneráveis, sob o ponto de vista econômico e ambiental, que o restante dos países do continente. O impacto não é só sobre a produção agropecuária e a sustentabilidade dos recursos naturais agrícolas, mas também sobre a infraestrutura física e as próprias condições de vida da população rural.

Desenvolver uma estratégia que ajude a enfrentar esses desafios é de grande importância e urgência. Para isto, é necessário um entendimento pleno das diferenças e elementos comuns que os países do Caribe têm entre si e das oportunidades que eles podem aproveitar para alcançar uma maior integração econômica com as demais nações do hemisfério.

Vale acrescentar o nosso especial compromisso com o Haiti, país que enfrenta desafios superiores aos de outros países do hemisfério, devido à sua grande vulnerabilidade ambiental, aos altos níveis de pobreza de sua população, à alta dependência econômica e à fragilidade institucional. Esses elementos constituem um importante desafio para a cooperação técnica e merecem o estabelecimento de uma agenda especial de trabalho específica para esse país.

2.5.3. América Central

Os seis países da América Central e a República Dominicana têm em comum uma série de características geográficas, culturais e econômicas que lhes dão características particulares. São economias relativamente pequenas, bastante integradas entre si e abertas ao mundo com um comércio internacional importante muito concentrado nos países do TLCAN.

A agricultura e, na maioria dos países, o turismo são setores de grande importância econômica. Particularmente, a produção agropecuária ainda pesa muito nos territórios rurais, tanto sob o ponto de vista econômico quanto da geração de emprego, e pode ser um meio importante para contribuir com a geração de oportunidades de desenvolvimento nas zonas rurais e no âmbito nacional.

A agricultura dessa sub-região é caracterizada por uma alta importância da agricultura familiar, a qual, em alguns países, chega a produzir mais de 55% do valor de toda a agricultura e a gerar mais de 70% do emprego setorial (Honduras e Panamá)²³.

No caso particular dos seis países da América Central, a proximidade dos mercados de seus países e a interconexão viária, de comunicações eletrônicas e de operações financeiras são realizações que é preciso aproveitar melhor para o desenvolvimento da agricultura e dos territórios rurais. O comércio intrarregional de

²³ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2013. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2014. São José, Costa Rica, IICA.

produtos agroalimentares processados tem aumentado de forma considerável e tem sido acompanhado pela “centro-americanização” de empresas nacionais e a crescente presença de empresas transnacionais. Em 2016, mais de 18% das exportações agroalimentares da América Central tinham como destino a sua própria região, sobressaindo neste intercâmbio os produtos processados como preparações alimentícias, panificações, molhos etc. (junto com a Ásia, é o destino de maior crescimento nos últimos dez anos)²⁴. A complementaridade econômico-comercial é clara entre países com importantes déficits agroalimentares, como El Salvador e Nicarágua. Neste último caso, são também importantes as exportações de carne para outros países da região. Além dessas oportunidades, os países da América Central e a República Dominicana são signatários do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (DR-CAFTA) e o Tratado de Associação Econômica com a União Europeia, o que lhes oferece a grande possibilidade de ampliar suas exportações de produtos da agricultura.

Um dos desafios mais importantes é enfrentar a dependência extrarregional de produtos básicos, pois nos últimos 20 anos as importações têm aumentado consideravelmente, especialmente de grãos, laticínios, azeites e produtos processados. A sub-região é muito vulnerável em termos de mudança do clima, e a sua agricultura é um dos setores mais afetados. Essa vulnerabilidade se vê agravada por uma estrutura agrária com uma proporção importante de pequenas propriedades localizadas em terras degradadas e sem acesso à água para irrigação. A isto se soma o desmatamento em todos os países, com exceção da Costa Rica. Como resultado dessas condições, a pequena agricultura é de baixa produtividade, sendo a origem dos processos migratórios rural-urbanos e para os Estados Unidos. Para reduzir essa problemática, convém realizar investimentos que contribuam para melhorar a oferta de oportunidades na agricultura e garantir o bem-estar nos territórios rurais.

Outro dos desafios de grande importância para a América Central, especialmente no que se refere à promoção da integração comercial intrarregional, é a facilitação do comércio agrícola. Os problemas de infraestrutura (viária, portuária, fronteira etc.) e equipamentos somados à falta de coordenação entre as instituições que regem o comércio agrícola, geram longos tempos de transporte, tramitações burocráticas excessivas e esperas em fronteiras que representam uma alta percentagem do preço dos bens agrícolas comerciados entre os países da região. Por exemplo, estima-se que os custos de logística podem representar até 40% do preço final, que os custos de combustível podem representar de 40% a 60% dos custos totais de transporte e que os

²⁴ IICA (CAESPA), a partir de dados do TradeMap (2018).

tempos de espera do transporte representam até 20% dos tempos de passagem pelas fronteiras²⁵.

Neste âmbito heterogêneo de oportunidades e dificuldades, há na sub-região duas áreas com situações especiais que requerem atenção preferencial: a) o Corredor Seco, especialmente vulnerável aos eventos gerados pela mudança do clima e b) o Triângulo Norte, que é uma região de extrema pobreza e violência e um importante centro de processos migratórios já indicados.

A sub-região dispõe de uma importante institucionalidade pública, o SICA, e, dentro dela, instâncias especializadas, como o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) e a Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento (CCAD). A secretaria do CAC, que, nesta data, está albergada no IICA, em São José, Costa Rica, criou a Política Agrícola Centro-Americana, em 2007, com importantes diretrizes e compromissos, alguns dos quais foram cumpridos. A CCAD, por sua parte, tem permitido aos países progredir em acordos e compromissos em torno da proteção dos impactos ambientais associados à mudança do clima. Cabe destacar também as realizações alcançadas no âmbito do comércio mediante as ações da Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA) e, em sanidade, pelo Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA).

Por outro lado, a institucionalidade privada regional é importante e dispõe do apoio de um número significativo de grêmios e programas regionais, como os do setor lácteo, de carne, de açúcar e de café.

Esse conjunto de características particulares da sub-região, somado aos altos níveis de pobreza da maioria de seus países, torna necessário aplicar uma estratégia diferenciada e concentrar os esforços na busca de se chegar a um maior desenvolvimento do setor agropecuário e aumentar suas contribuições para o desenvolvimento nacional. Em função disso, será importante criar uma visão compartilhada sobre uma agricultura regional com mais espaço para a complementaridade econômica e comercial entre todos os países da sub-região, aproveitando tanto as vantagens comparativas de cada um deles como os mercados abertos mediante tratados comerciais.

²⁵ Banco Mundial. 2013. Logística na América Central: o caminho para a competitividade. Washington, D.C., Estados Unidos da América.

III. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 25 de setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) selecionou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um arcabouço unificador do esforço que a comunidade internacional deve fazer, tanto no nível individual de cada país como pela comunidade internacional em seu conjunto, para alcançar o desenvolvimento e o bem-estar de todos. O conjunto dos 17 ODS foi ratificado e assumido como próprio pela maioria dos países do mundo.

Os ODS são o arcabouço unificador e orientador das ações voltadas para um maior desenvolvimento sustentável. Alguns deles, especialmente o 1 e o 2, são vinculados à segurança alimentar e à pobreza e, o 12 e o 13, vinculados à produção sustentável e à mudança do clima, têm uma relação direta com os territórios rurais e a produção agropecuária e florestal. Constituem, portanto, eixos centrais com os quais as estratégias nacionais e os objetivos de desenvolvimento agropecuário de nossos países devem estar alinhados de forma estrita.

Entretanto, as tendências e os desafios identificados na seção anterior mostram, por um lado, as crescentes dificuldades que a região enfrenta e, por outro, os avanços alcançados e as enormes oportunidades que existem para aprofundar o desenvolvimento da agricultura e suas contribuições para o crescimento econômico e ao desenvolvimento das nações. Embora tenham sido identificados um enorme número de problemas e oportunidades, uma análise cuidadosa deles, complementada com as contribuições e as sugestões surgidas das consultas realizadas nos países membros, sugere quatro eixos ou problemáticas gerais propostos como os quatro objetivos estratégicos que poderiam ordenar e sistematizar as estratégias de desenvolvimento dos países e, conseqüentemente, as ações de cooperação técnica do IICA. Esses objetivos estratégicos estão alinhados aos ODS 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 17.

Com esse alinhamento institucional de seus próprios objetivos estratégicos aos ODS, o IICA se reconhece como parte de uma parceria mundial comprometida com o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

3.1. Aumentar as contribuições do setor agropecuário ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável

Na maior parte dos países das Américas, a produção agropecuária é um pilar central da economia, tanto por suas contribuições para o produto interno bruto (PIB) e ao emprego, como por sua participação nas exportações, que, além disso, são determinantes no funcionamento do mercado internacional.

No entanto, uma rápida análise indica que essa posição de liderança não é reconhecida nas políticas públicas implementadas e na atribuição do investimento. Como consequência dessa falta de priorização que existiu no passado, há uma importante oportunidade para reverter a situação e melhorar a produção, a produtividade, a diversificação produtiva agroindustrial e os encadeamentos com os mercados de maior agregação de valor. Dessa forma, seria possível contribuir para o crescimento econômico e a segurança alimentar regional e melhor aproveitar as oportunidades do mercado internacional para produtos derivados da agricultura.

A crescente utilização dos produtos agrícolas, em particular da biomassa, para a elaboração de produtos alternativos como combustíveis, plásticos e produtos medicinais oferece enormes oportunidades para que a produção agropecuária não só aumente suas contribuições para o desenvolvimento econômico, mas também para que promova a melhoria das opções de emprego e renda nos territórios rurais. Isso redundará em uma maior inclusão econômica e social e na diminuição da pobreza rural.

Ao mesmo tempo, em um mundo com recursos naturais crescentemente demarcados e preocupado com os efeitos da mudança do clima, o setor agropecuário da região oferece importantes alternativas para alcançar uma maior produção de alimentos com menores emissões de carbono. Alcançar uma maior produção agropecuária eficiente, competitiva e sustentável redundaria em um maior crescimento econômico e igualdade social na região.

3.2. Contribuir para o bem-estar de todos os habitantes nos territórios rurais

O crescimento econômico na América Latina e no Caribe (ALC) nas últimas duas décadas foi moderado: em torno de 3% anual²⁶. Esse crescimento, por sua vez,

²⁶ Estimativas do IICA (CAESPA), a partir de dados do Banco Mundial (WDI).

distribuiu-se de maneira desigual entre os países da região e também mostra uma grande disparidade entre os âmbitos rurais e urbanos dentro desses países. Em geral, os espaços rurais têm, em relação aos espaços urbanos, um menor acesso a serviços públicos (como saúde e educação) e programas sociais. Por exemplo, enquanto nas zonas urbanas da ALC praticamente todos os domicílios têm acesso à eletricidade, 99% a serviços básicos de água potável e 90% a serviços básicos sanitários, nas zonas rurais essas percentagens são substancialmente inferiores (93%, 86% e 68%, respectivamente)²⁷. Além disso, por sua própria natureza, os territórios rurais têm uma reduzida conectividade física e de telecomunicações, limitações de acesso aos mercados e ao intercâmbio com outros atores locais e de outros locais, condições irregulares de posse e acesso a recursos produtivos (terra, água e outros) e restrições de acesso ao financiamento, a tecnologias e à inovação. Essas desvantagens constituem as causas do menor bem-estar relativo que existe nas zonas rurais e a persistência da pobreza rural que afeta parte significativa da população rural.

No espaço rural, o bem-estar está estreitamente vinculado à agricultura, não só pela renda e pelo excedente econômico gerado por essa atividade, mas também por seu impacto na segurança alimentar e nutricional e por sua importância na dinâmica social e cultural. Por isso, para aumentar o bem-estar das populações rurais, a agricultura deve ser pensada como um instrumento central para alcançar um maior bem-estar nos territórios rurais, reverter os processos de exclusão e expulsão da população vulnerável dos espaços rurais e reduzir a incidência e as consequências da pobreza rural. Isso, em suma, resultará em uma situação de maior igualdade, participação e democracia.

3.3. Melhorar o comércio internacional e regional dos países da região

Na região tem sido consolidada a convicção de que o comércio constitui um meio fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países em um mundo cada vez mais globalizado.

Uma consequência disso é que a maioria dos países avançou nas últimas duas décadas na busca de acordos comerciais, tanto no âmbito multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) como por meio do comércio administrado no âmbito de acordos regionais como, por exemplo, o TLCAM, o TPP, o TTIP²⁸ e a Parceria do Pacífico. Mais recentemente, houve um ressurgimento no interesse dos acordos

²⁷ Estimativas do IICA (CAESPA), a partir de dados do Banco Mundial (WDI).

²⁸ Tratado de Livre Comércio da América do Norte; Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica e Acordo Transatlântico de Comércio e Investimentos entre os Estados Unidos e a União Europeia.

bilaterais de comércio e um maior reconhecimento das vantagens que podem ser alcançadas com processos de abertura cuidadosos e equitativos entre as partes. Como resultado da proliferação dos acordos comerciais, a ALC hoje participa de mais de 70 tratados de livre comércio (a nível mundial, existem cerca de 270), por meio dos quais comercializa mais de 66% de suas exportações totais²⁹.

Para continuar a avançar nessa linha e alcançar um maior benefício econômico dos processos de abertura, os países da ALC devem melhorar sua inserção internacional, não só desenvolvendo uma produção mais competitiva e sustentável, mas também fortalecendo suas capacidades para administrar os acordos assinados e cumprir os padrões sanitários e técnicos.

Além disso, e diante da existência de desafios comuns, os países das Américas devem avançar em seus processos de integração regional, pois isso é fundamental para potencializar o comércio regional, gerar cadeias de valor agregado de maior cobertura geográfica e aumentar a produtividade, aproveitando seu capital natural, a complementação econômica e os ganhos por vizinhança. Para alcançar esse objetivo, a cooperação com os organismos de integração regional, a promoção e o desenvolvimento do comércio internacional agroindustrial, o tratamento de temas sanitários com relevância transfronteiriça e o fortalecimento das capacidades para o cumprimento de padrões sanitários e técnicos são elementos essenciais.

3.4. Aumentar a resiliência dos territórios rurais e dos sistemas agroalimentares aos eventos extremos

A mudança do clima e a instabilidade macroeconômica global têm contribuído para o marcado aumento da ocorrência e a gravidade dos eventos extremos, os quais afetam a produção agropecuária e o bem-estar das populações rurais da região. Precisamente, a cada ano um grupo significativo de produtores e habitantes do espaço rural enfrentam catástrofes associadas à mudança do clima e a crises vinculadas a questões sociais (principalmente econômicas). Esses fenômenos podem ocorrer de maneira abrupta (como um furacão ou uma caída abrupta no preço dos produtos agropecuários) ou serem produzidos lentamente, como os ciclos de inundações e secas

²⁹ BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Estados Unidos da América). 2016. BID lanza primer curso gratuito en línea sobre las nuevas tendencias en los tratados comerciales en América Latina y el Caribe (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América. Consultado em 5 de maio de 2018. Disponível em <https://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2016-04-19/curso-nuevas-tendencias-en-los-tratados-comerciales%2C11445.html>.

ou a resposta a tendências decrescentes de preços que se sucedem com o tempo. Essas situações de emergência constituem um risco que demanda cada vez maior relevância na ruralidade hemisférica e adquirem um drama particular nas áreas mais vulneráveis, nas quais eventos desse tipo são mais extremos.

Por outro lado, a mudança do clima tem efeitos amplos na agricultura e na vida rural. Afeta negativamente a produção, deteriora os recursos naturais agrícolas, destrói a infraestrutura física e atenta contra a segurança alimentar, especialmente dos setores mais pobres da sociedade. Como resultado desses fenômenos, 38% dos solos do Caribe e 50% dos solos da Mesoamérica apresentam zonas com níveis altos ou muito altos de degradação; na América do Sul esse número é de 18%³⁰. No total, mais de 306 milhões de hectares da ALC foram afetadas pela degradação do solo por origem humana³¹.

Como consequência disso, alcançar uma maior resiliência frente à mudança do clima nos territórios rurais, melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais e consolidar uma adequada gestão do risco adquirem cada vez maior relevância nas agendas dos Estados e na agenda global. A resiliência está representada de diversos modos nos ODS, nos quais se reconhece a necessidade e a urgência de uma mudança nos comportamentos sociais para alcançar um uso mais equilibrado dos recursos naturais e a necessidade de ações concretas e coordenadas para melhorar a adaptação e a resposta aos eventos extremos.

³⁰ UNEP (United Nations Environment Programme, Quênia). 2016. GEO-6 Regional Assessment for Latin America and the Caribbean. Nairóbi, Quênia.

³¹ UNEP (United Nations Environment Programme, Quênia). 2002. Global Environment Outlook 3. Fact sheet Latin America and the Caribbean. Nairóbi, Quênia.

IV. MODELO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO IICA³²

4.1. Introdução: princípios diretores e esquema conceitual

Ao longo dos anos, o IICA desenvolveu sua presença física por seus escritórios nos países membros, o que constitui uma importante fortaleza para a implementação do Plano de Médio Prazo (PMP) e tem reforçado suas capacidades institucionais para a prestação de seu principal serviço, que é a cooperação técnica.

Dessa forma, o Instituto é reconhecido e valorizado por três ativos institucionais importantes:

- a) Uma extensa e bem desenvolvida infraestrutura institucional com escritórios nos 34 países membros que lhe permite manter uma grande proximidade com os governos e compreender as problemáticas particulares de cada país, seus pontos fortes e fraquezas e as oportunidades a partir das quais possam ser realizadas ações que contribuam para o desenvolvimento e o bem-estar rural.
- b) Um sistema administrativo ágil e eficaz que lhe dá solidez e confiança na administração de recursos, tanto próprios como externos, aportados pelos próprios países membros e por organismos internacionais e países terceiros.
- c) A participação plena e/ou próxima mediante acordos de cooperação assinados com um amplo número de instituições e mecanismos de cooperação sub-regional, como o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), o Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária (FONTAGRO), o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI), o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) e muitos outros, com os quais contribui para a aproximação e trabalho conjunto dos países membros e dos mecanismos e instituições.

Nesta nova etapa de sua vida institucional, o IICA reafirma como sua principal função a cooperação técnica com os países membros orientada para a superação dos principais obstáculos que limitam o desenvolvimento. Essa cooperação técnica se

³² Para a redação de partes deste capítulo, houve a colaboração de equipes técnicas do IICA.

construirá sobre os pontos fortes institucionais, sobre o fortalecimento de sua própria capacidade técnica e, muito especialmente, sobre a sua capacidade para gerir o conhecimento.

Para isso, no período 2018-2022, a administração desenvolverá uma clara política institucional voltada para o desenvolvimento e o fortalecimento institucional do Instituto, para que possa assumir o papel de gestor do conhecimento. Nesse papel, seu trabalho principal será identificar as necessidades e as demandas de cooperação técnica dos países membros e oferecer, com a liderança e coordenação de seus técnicos e com a participação de profissionais externos, as respostas mais adequadas a essas demandas. Ou seja, o IICA será uma instituição “que conhece quem conhece” os temas de sua competência específica. Para isso: a) constituirá redes de profissionais, especialistas nas temáticas principais dos cinco programas selecionados, descritos a seguir, que possam colaborar com o Instituto e b) estabelecerá parcerias estratégicas com outras instituições. Essas ações têm como objetivo principal aumentar e melhorar a eficiência e a eficácia da cooperação técnica oferecida aos países membros e das ações de cooperação com os mecanismos e instituições de cooperação e integração regional.

Essa conceituação geral da cooperação técnica do IICA será complementada pelos seguintes princípios conceituais e operacionais:

- a) Uma clara identificação e acordo com cada um dos países e sub-regiões sobre os objetivos e estratégias do país e as necessidades de apoio por parte do Instituto para identificar e aplicar possíveis soluções com uma visão integral, prospectiva e de longo prazo.
- b) Uma atenção especial às ações que contribuem para a integração regional. Essas ações serão planejadas e executadas em colaboração com as organizações internacionais e os mecanismos institucionais com responsabilidades específicas nas ações de colaboração e integração regional.
- c) A cooperação técnica será organizada como um esforço coordenado que mobilize os recursos técnicos e operacionais do conjunto da instituição.
- d) Uma ênfase no conhecimento disponível na região e, circunstancialmente, no mundo sobre os temas nos quais o IICA concentra seu trabalho, o que pode contribuir a solução dos problemas identificados.

- e) A concentração do esforço do Instituto na gestão de processos que permitam oferecer apoio aos países com rapidez, eficiência e eficácia.
- f) Ações concebidas e articuladas pela instituição como um todo, mas executadas de forma descentralizada.
- g) Um esforço especial para estabelecer parcerias estratégicas e programas de colaboração com outras entidades nacionais e internacionais e o setor privado.
- h) Um forte impulso e promoção a processos de planejamento, formulação e execução de projetos de investimentos públicos e privados na agricultura e no setor rural, baseados em evidências e avaliações, que permitam encaminhar a competitividade integral do setor e subsetores, bem como aumentar as receitas e o bem-estar nos territórios rurais, em particular a redução da pobreza.
- i) Uma ênfase nas ações de cooperação técnica horizontal, onde o IICA atuará como instância articuladora.
- j) A organização de redes e acordos com profissionais do mais alto nível técnico que possam colaborar na execução das ações de cooperação técnica do Instituto.

No diagrama a seguir, está representado o esquema conceitual do modelo de cooperação técnica do IICA:

Diagrama 1. Esquema conceitual do modelo de cooperação técnica do IICA.

4.2. Programas de ação hemisférica em apoio dos quatro objetivos estratégicos

Os programas estão definidos e alinhados com os quatro objetivos estratégicos selecionados. Embora se reconheça um alinhamento preferencial de alguns objetivos estratégicos, esse alinhamento não é unidirecional ou restritivo. Os cinco programas terão ações vinculadas com mais de um objetivo estratégico, seja individualmente ou em colaboração com outros programas. Para fortalecer a flexibilidade e poder desenvolver ações compartilhadas e transversais, o pessoal técnico designado poderá atuar simultaneamente em mais de um programa, enfatizando assim o estilo

interdisciplinar que será utilizado. Dessa forma, os cinco programas atuarão de forma coordenada com um enfoque interdisciplinar.

A definição temática dos programas tenta captar e estabelecer os principais temas substanciais que são considerados conceitualmente necessários para trabalhar e contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos selecionados, que são expressos em diretrizes de ação e componentes. No entanto, alguns temas e perspectivas metodológicas serão compartilhados por mais de um programa. Um exemplo disso é o conceito analítico de “cadeias produtivas” ou “cadeias de agregação de valor”, que é um elemento fundamental para todos os programas.

Os programas serão o principal mecanismo institucional pelo qual o IICA coordenará e integrará suas ações de cooperação técnica e a gestão do conhecimento, que serão executadas de forma programada e descentralizada pelas diversas unidades do Instituto.

Os escritórios nos países se constituem em unidades executoras da cooperação técnica no nível nacional, estabelecendo *pontes* ou plataformas de intercâmbio de gestão de conhecimento entre regiões, países e áreas temáticas em coordenação com os programas técnicos.

A cooperação técnica será ancorada e suportada por uma gestão do conhecimento dinâmica e terá como objetivo central a elaboração de respostas adequadas a problemas e objetivos definidos em conjunto com os países e estabelecidos nas agendas do IICA e do país. A diversidade dos temas substantivos incluídos nos cinco programas torna necessário reforçar os vínculos de trabalho com os ministérios de agricultura e ampliar a interação com outros ministérios e instituições públicas que tenham competência específica sobre as áreas de trabalho identificadas nessas agendas.

Os planos de ação dos programas reconhecerão explicitamente as diferenças e as particularidades dos diversos países e sub-regiões do hemisfério. Em função disso, a priorização de temas e as estratégias para responder às oportunidades e desafios identificados se adequarão a tais especificidades sub-regionais.

4.2.1. Programa 1: Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo

O Programa 1 está claramente alinhado com o objetivo estratégico 1, que se refere ao aumento das contribuições da agricultura ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável. No entanto, também existem alinhamentos significativos

com os objetivos estratégicos 2, 3 e 4. Esse alinhamento múltiplo com os objetivos estratégicos faz que esse programa tenha uma significativa transversalidade.

Elementos conceituais e informativos que orientam e contextualizam a organização e os principais temas do Programa

A modernização e o crescimento da produção agroindustrial alcançados por muitos países da região nas últimas duas décadas têm colocado a agroindústria no centro das discussões sobre as estratégias para o desenvolvimento econômico. Essa discussão é sustentada por duas realidades importantes. Primeiro, dada a muito importante dotação de recursos naturais agrícolas que possui a região, esta desempenha um papel central na produção de alimentos no nível mundial. A América Latina e o Caribe (ALC) possui mais de um quarto das terras cultiváveis e um terço dos recursos de água doce do mundo³³. Segundo, a crescente necessidade de alimentos tanto no nível mundial como regional, impulsionada pelo rápido crescimento da renda em muitas economias emergentes (em 2050, o planeta será habitado por mais de 9700 milhões de pessoas, mais de 75% das quais viverão em zonas urbanas)³⁴. Esse cenário favorável à agricultura e o potencial que esta tem para contribuir de maneira efetiva com o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países da região oferecem uma nova oportunidade para colocar a agroindústria do hemisfério no centro das estratégias e das políticas públicas implementadas pelos países da região.

Por outro lado, inovações tecnológicas geradas nos últimos anos tornaram possível um desenvolvimento agroindustrial que incorpora processos produtivos mais complexos e inclui produtos não alimentares, como combustíveis e plásticos. Essa crescente complexidade da produção agroindustrial também é acompanhada por uma maior integração vertical e pela constituição de cadeias de valor nacionais, regionais e globais, integradas ao comércio mundial. Todos esses elementos fazem necessária a utilização de enfoques analíticos que integrem e facilitem a promoção e a orientação desse novo desenvolvimento agroindustrial, o que oferece novas oportunidades de crescimento econômico e geração de emprego.

³³ BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Estados Unidos da América); Global Harvest Initiative. 2014. A próxima despensa global: como a América Latina pode alimentar o mundo. Washington, D.C., Estados Unidos da América.

³⁴ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2017. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2017-2018. São José, Costa Rica, IICA.

É nesse sentido que a bioeconomia³⁵, entendida como o conjunto de setores que usam recursos, processos e/ou inteligência biológica para a produção de bens e serviços, representa um enfoque analítico de particular relevância para a análise da produção agroindustrial. Permite abordar de maneira coerente o complexo desafio de gerar, a partir da produção agropecuária, novas fontes sustentáveis de crescimento econômico e social que contribuam para a realização de grande parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) recentemente sintetizados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A bioeconomia ressalta as inter-relações que existem entre as diferentes cadeias produtivas, pois observa o conjunto de produtos que podem ser derivados da matéria prima agropecuária (a biomassa). Coloca o foco da atenção nas sinergias e em como é possível otimizar as inter-relações entre as cadeias, a circularidade do sistema e o valor total gerado por este. Essa concepção destaca o crescente entrecruzamento entre as cadeias produtivas e a perda de especificidade delas. Além disso, a bioeconomia destaca as oportunidades para melhorar a produtividade do conjunto, enfatizando o potencial de reciclagem dos produtos, a circularidade e os enfoques em cascata que, durante a etapa de processamento, desempenham um papel determinante para a identificação e o desenvolvimento de oportunidades que permitam a captura de valor no âmbito dos territórios. Tudo isso proporciona um valor estratégico no desenvolvimento produtivo para aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais e gerar opções de inovação e novos negócios³⁶.

Principais oportunidades e desafios

As Américas constituem uma região estrategicamente posicionada para desenvolver e se beneficiar da bioeconomia. Possui uma ampla e diversa base de recursos naturais e consideráveis capacidades científico-tecnológicas e industriais, que são componentes essenciais para o desenvolvimento da bioeconomia. Esses pontos fortes já começaram a se manifestar em diversas experiências vinculadas ao

³⁵ Embora não exista uma definição formalmente acordada em âmbito internacional, a Primeira Cúpula Global de Bioeconomia (Berlim, Alemanha, novembro de 2015) e a FAO têm convergido em torno do conceito de que a “bioeconomia é a produção e utilização intensiva em conhecimentos de recursos, processos e princípios biológicos para a provisão sustentável de bens e serviços em todos os setores da economia”.

³⁶ O uso em cascata da biomassa ocorre quando a biomassa é utilizada na produção do que se define como um bioproduto (aquele derivado/produtivo essencialmente com recursos/processos biológicos) e esse produto é utilizado pelo menos uma vez mais como insumo para a produção de bens ou energia. Uma etapa é dita como em cascata quando o produto é utilizado para a produção de energia; a cascata é de múltiplas etapas quando o produto inicial é utilizado pelo menos uma vez como insumo de outro produto antes de ser destinado a usos energéticos (Essel, R; Breitmayer, E; Carus, M; Fehrenbach, H; von Geibler, J; Biengen, K; Baur, F. 2014. Discussion paper: Defining cascading use of biomass (on-line). Hürth, Alemanha, nova-Institut GmbH. Consultado em 15 de abril de 2018. Disponível em https://biomassekaskaden.de/wp-content/uploads/2014/04/14-03-14_Cascading_use_Discussionpaper.pdf. Tradução dos autores).

desenvolvimento da produção agrícola sustentável, ao aproveitamento a biotecnologia, à produção de bioenergias, aos agronegócios baseados na biodiversidade e a importantes avanços no desenvolvimento dos mercados para os serviços ecossistêmicos. Essas experiências ressaltam as oportunidades que existem para expandir a produção agroindustrial e manifestam a enorme tarefa que deve ser realizada para alcançá-las.

Gerar crescimento com equidade e sustentabilidade: as especificidades em cada país e sub-região

As Américas desempenham um papel estratégico em relação aos equilíbrios globais que devem ser alcançados entre a produção e o consumo de alimentos e energia. Ao mesmo tempo, a região tem um desafio próprio: alcançar a erradicação da fome e da pobreza que ainda continuam sendo importantes na região, especialmente nas zonas rurais. Na ALC tem diminuído consideravelmente a pobreza rural, que passou de 60% em 2005 para 46% em 2014; todavia, ainda é maior que a pobreza no âmbito nacional (28%) e muito maior que a pobreza urbana (24%)³⁷. Além disso, apesar de os níveis de fome na ALC serem baixos, comparados aos de outras regiões do mundo, a região apresentou um importante retrocesso com o aumento do número de pessoas subalimentadas, que chegou a 42,5 milhões de pessoas em 2016 (2,4 milhões de pessoas a mais do que em 2015).

A agricultura e a produção de biomassa são componentes essenciais da estratégia para reduzir os fenômenos mencionados e constituem novas fontes de oportunidades para um crescimento equitativo, mediante uma produção agrícola mais complexa e integrada que gere um aumento de oportunidades econômicas e de emprego.

No entanto, os recursos biológicos a partir dos quais se produzem os produtos da bioeconomia não são homogêneos em termos de funcionalidades, densidade energética e transportabilidade. Tampouco são homogêneas as capacidades científicas e técnicas dos diferentes países da região. Portanto, não é possível definir uma estratégia única para o desenvolvimento da bioeconomia nas Américas. Pelo contrário, cada país (em muitos casos, as próprias regiões dentro de um mesmo país) deve gerar seu próprio caminho de desenvolvimento conforme os desafios que enfrentam, o tipo e a disponibilidade de seus recursos naturais, suas capacidades científico-tecnológicas, seu nível de maturidade institucional etc. Essa diversidade não significa, porém, que não existam aspectos comuns entre as diversas realidades sobre as quais seja possível desenvolver perspectivas compartilhadas, intercâmbio de experiências e enfoques

³⁷ Estimativas do IICA (CAESPA), a partir de dados do CEPAL (CEPALSTAT).

comuns para o desenvolvimento da bioeconomia regional³⁸. As políticas e as estruturas regulatórias, a base científica e tecnológica, os recursos humanos e as formas de participação são áreas que devem receber particular atenção na transição para uma visão de desenvolvimento produtivo baseado na bioeconomia.

Aproveitar as oportunidades de novos investimentos e o desenvolvimento de agronegócios

A bioeconomia propõe importantes oportunidades de novos negócios em associação com as atividades agropecuárias tradicionais, bem como novas sinergias que potenciam a competitividade econômica e aumentam a sustentabilidade da produção. Esse último é de particular importância frente à consolidação das pressões sociais e políticas voltadas para encontrar alternativas produtivas consistentes com os objetivos ambientais que a comunidade global acordou nos fóruns internacionais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Conferência das Partes, etc.

A transição para uma visão do desenvolvimento produtivo baseado na bioeconomia também oferece a possibilidade de abandonar a dicotomia entre agricultura e indústria, que durante décadas tem dominado os debates em nossa região. A bioeconomia constitui uma estratégia para o desenvolvimento produtivo que inclui uma grande variedade de setores e subsetores, novos, modernos e tradicionais e de diversas escalas de produção, que compartilham processos produtivos e recursos biológicos como um componente central de suas atividades de produção e serviços. Isso resultará em uma profunda transformação das relações intersetoriais, bem como na emergência de novas atividades produtivas e de negócios agroindustriais.

Por outro lado, a bioeconomia é uma visão analítica útil para guiar processos de investimentos que contribuam para o crescimento econômico e o desenvolvimento, aproveitando as vantagens comparativas dos países da região em um âmbito de sustentabilidade ambiental e maior equidade social. A incorporação do conceito de economia circular e o uso de entidades biológicas renováveis para a geração e transformação de energia permitem antecipar importantes aumentos da eficiência no uso dos recursos naturais e a diminuição dos impactos ambientais desses processos³⁹. Esse potencial é cada vez mais reconhecido e atualmente mais de 40 países no mundo todo, incluindo os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

³⁸ Ver CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile). 2018. Seminário regional Bioeconomia na América Latina e no Caribe 2018. Santiago, Chile. Consultado em 5 de maio de 2018. Disponível em <https://www.cepal.org/es/eventos/seminario-regional-bioeconomia-america-latina-caribe-2018>.

³⁹ A economia circular se baseia em uma busca pela economia sustentável e seu eixo central é a regra dos três “erres”: reduzir, reutilizar e reciclar, funcionando, assim, igual à natureza.

(OCDE), têm definido estratégias formais para o desenvolvimento da bioeconomia e estão avançando no desenvolvimento de políticas e programas de investimento específicos para sua consolidação⁴⁰.

Preparar as instituições e desenvolver as capacidades institucionais para um entorno econômico e tecnológico mais complexo

As dimensões políticas e institucionais são elementos substanciais na transição de uma perspectiva convencional do desenvolvimento produtivo para uma baseada na bioeconomia. Para concretizar essa transição, não é necessária apenas uma base diferente de conhecimento. Isso também exige mudanças mais amplas na organização econômica e social, da mesma forma que nos comportamentos dos atores individuais (orientação do investimento, decisões produtivas e escolhas do consumidor). Muitos desses comportamentos são fortemente influenciados por políticas e regulamentações que ajudam a gerar e a conter os novos processos e a administrar os custos de transação envolvidos. Em termos gerais, o denominador comum do sistema emergente é a crescente complexidade do novo ambiente econômico/tecnológico comparado com o dos sistemas já existentes.

Dadas essas particularidades, uma abordagem da bioeconomia requer uma combinação de políticas que integre as diferentes dimensões, desde aquelas para a produção das matérias-primas e o planejamento do uso do solo até as industriais e voltadas para a promoção ou regulamentação do consumo (comércio justo, sustentabilidade e certificação “verde”, orgânica etc.) e que considerem explicitamente os requisitos e as peculiaridades das novas cadeias de valor e nichos de mercado da bioeconomia. Nesse contexto, as políticas e regulamentações públicas desempenham um papel crítico para desencadear as respostas necessárias.

Por outro lado, a transição bem-sucedida para uma bioeconomia sustentável também requer um esforço intenso no desenvolvimento dos recursos humanos e melhores mecanismos para a participação social. Os processos baseados na utilização e reutilização da biomassa não só requerem uma nova base tecnológica e, conseqüentemente, um reordenamento das capacidades científicas para a pesquisa e o desenvolvimento (P&D), mas também que os produtores sejam capazes de manejar os novos processos, que em geral são mais intensivos em conhecimentos do que as

⁴⁰ As discussões realizadas recentemente na Cúpula Global de Bioeconomia 2018 (Berlim, Alemanha, 19-20 de abril), tanto em suas sessões plenárias como na sessão especial sobre a bioeconomia da ALC, ressaltam todos esses aspectos e podem dar uma ideia sobre a magnitude das oportunidades e das transformações que estão por vir (ver <http://gbs2018.com/home/>).

abordagens convencionais. As orientações de uma agricultura sustentável são um bom exemplo dessas tendências, onde a inovação tecnológica depende tanto da sofisticação das capacidades em ciências biológicas como dos recursos humanos no âmbito da produção (agricultores e serviços de extensão) que possam entender e manejar as dinâmicas intrínsecas dos processos biológicos.

Diretrizes para o plano de ação do Programa

O Programa estará voltado para apoiar a implementação de uma visão do desenvolvimento produtivo baseado na bioeconomia, mediante a geração de conhecimentos e informações relevantes para a tomada de decisões. O Programa priorizará o apoio aos países para o desenvolvimento das estratégias, das políticas, dos investimentos e das regulamentações específicas que permitam o pleno aproveitamento das potencialidades, em um âmbito de inclusão e sustentabilidade. Dada a sua forte transversalidade, o Programa trabalhará estreitamente em colaboração com os programas de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar, de Comércio Internacional e Integração Regional e de Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos, particularmente em relação ao tratamento das cadeias produtivas, à promoção da inovação tecnológica e ao agronegócio.

Promover a visão, as políticas e as inovações que propiciem o desenvolvimento baseado na bioeconomia

O objetivo desta diretriz é ampliar o conhecimento sobre que é a bioeconomia e o que ela oferece como visão do desenvolvimento produtivo, bem como desenvolver informações relevantes sobre o conceito de bioeconomia e sobre as oportunidades para os países da região.

Os componentes desta linha serão orientados a:

- Promover e apoiar, no nível nacional e internacional, o estabelecimento de espaços de discussão politicamente relevantes que promovam um melhor entendimento das oportunidades e das políticas necessárias para o desenvolvimento dos setores produtivos incluídos na bioeconomia.
- Estabelecer, em cooperação com outros atores nacionais e internacionais, uma plataforma virtual de informações, divulgação e capacitação sobre a bioeconomia na ALC, suas oportunidades e as ações necessárias para seu aproveitamento em cada país ou circunstâncias particulares.

- Apoiar a participação efetiva dos países em fóruns internacionais sobre o tema que promovam o intercâmbio de conhecimentos, a identificação de melhores práticas e a mobilização de recursos relevantes para o desenvolvimento produtivo e a integração regional, incluindo estratégias específicas para a incorporação da agricultura familiar à bioeconomia.
- Estabelecer, em conjunto com os países da região e outros organismos internacionais, um sistema de indicadores em apoio à tomada de decisões sobre políticas e investimentos e o seu posterior monitoramento e acompanhamento.

Promover o desenvolvimento produtivo baseado nas cadeias produtivas da bioeconomia

O objetivo dessa diretriz foca na promoção, a partir das experiências existentes no âmbito internacional e dentro da própria região, dos mecanismos institucionais, das políticas e dos investimentos necessários para implementar uma estratégia de desenvolvimento produtivo baseado na bioeconomia.

Os componentes desta linha são:

- Apoiar, por meio de informações e/ou assistência técnica, a formulação e implementação de estratégias, instituições, políticas, programas e iniciativas para o desenvolvimento de cadeias produtivas específicas da bioeconomia.
- Oferecer apoio, em colaboração com o Programa de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar, para que as estratégias e as políticas de desenvolvimento produtivo contemplem instrumentos e ações que assegurem uma efetiva inserção da agricultura familiar nos setores produtivos da bioeconomia.
- Promover a padronização e a harmonização regional de regulamentações vinculadas à bioeconomia em âmbitos como a propriedade intelectual, a biossegurança, os padrões para os produtos baseados na biomassa e a promoção dos mercados nacionais e internacionais para esses produtos.
- Apoiar, em coordenação com o Programa de Comércio Internacional e Integração Regional, políticas para o desenvolvimento de mercados internos e internacionais para os novos produtos da bioeconomia, visando melhorar a complementação econômica, as capacidades de negociação frente a países terceiros em relação ao

acesso a mercados e a transferência voluntária de tecnologias e potencializar as possíveis sinergias que existem entre os países da região.

- Apoiar o desenvolvimento e a implementação de projetos de investimento dirigidos ao desenvolvimento das cadeias produtivas da bioeconomia.
- Promover a análise e a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento da logística e da infraestrutura necessárias para o desenvolvimento da bioeconomia.

4.2.2. Programa 2: Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar

Esse programa contribui principalmente para o objetivo estratégico 2, que busca aumentar o bem-estar dos habitantes nos territórios rurais. No entanto, o conteúdo do Programa também tem um alinhamento significativo com os objetivos estratégicos 1, 3 e 4.

Elementos conceituais e informativos que orientam e contextualizam a organização e os principais temas do Programa

Entende-se o desenvolvimento territorial como o processo de transformação produtiva e institucional do âmbito rural que estimula o crescimento econômico, o bem-estar de todos os habitantes do território e a inclusão socioeconômica e que gera condições necessárias para reduzir a pobreza e a desigualdade e capacitar os atores do território. Por sua natureza, é multidimensional, multissetorial e intersetorial. Essa definição remete a um âmbito espacial específico: o território, onde ocorrem as relações socioeconômicas entre atores de diversos tipos. Esse programa incluirá em suas ações, de forma expressa e prioritária, mas não excludente, as problemáticas vinculadas à agricultura familiar, os povos indígenas e tradicionais e os trabalhadores rurais.

Entende-se a agricultura familiar como uma categoria socioprodutiva em relação a uma forma de produção em que o emprego da mão de obra familiar está diretamente envolvido na produção e gestão da unidade produtiva. A agricultura familiar é por natureza multifuncional, uma vez que, além de representar uma fonte importante de produção de alimentos em nossas sociedades e de otimização do trabalho familiar no meio rural, desempenha um papel fundamental na dinamização das economias locais e na gestão ambiental dos territórios. Estima-se que em alguns países da ALC a agricultura familiar seja responsável por até 60% da produção agrícola total e gere 75% do emprego setorial. No nível regional da ALC, os 17 milhões de propriedades que

pertencem a agricultores familiares agrupam uma população de cerca de 60 milhões de pessoas⁴¹.

A inclusão socioeconômica implica reverter a exclusão do grupo de agricultores com menor capitalização, juntamente com os outros atores mais desfavorecidos do território rural: os assalariados, as mulheres, as juventudes e as comunidades indígenas e tradicionais. Assume-se que a exclusão é um processo que se expressa por dimensões diversas (social, econômica, cultural e política) e interdependentes. Por isso, as ações que promovam a inclusão devem integrar todas essas dimensões e, por sua vez, apresentar alternativas inovadoras às implementadas até a atualidade.

Sob essa perspectiva, um elemento fundamental para a realização das dinâmicas inclusivas e o bem-estar rural para todos os habitantes é o fortalecimento do capital social e, com isso, a liderança dos atores sociais. Nesse sentido, é bem conhecido que na região existe uma ampla e histórica diversidade de formas de organização rural, várias delas muitas vezes carecem de voz e oportunidades para influenciar ou participar das decisões políticas e econômicas. Ou seja, apresentam dificuldades para exercer influência e ter decisão nos espaços de definição de políticas. Nesse âmbito, é de singular importância que os membros das organizações melhorem o conhecimento e a compreensão de seus direitos e obrigações para aumentar e fortalecer suas capacidades de incidência nos processos políticos de desenvolvimento territorial e, particularmente, para que assumam um papel de protagonista na gestão social do espaço que habitam.

Principais oportunidades e desafios

Para aumentar o bem-estar da população rural é necessário aproveitar as seguintes oportunidades e desafios:

Promover um modelo de desenvolvimento inclusivo em que o rural tenha um papel central

- Promover um modelo de desenvolvimento territorial consistente com os ODS, com capacidade de incidir tanto no crescimento econômico do país como na equidade social.

⁴¹ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Chile); FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Itália); IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2013. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2014. São José, Costa Rica, IICA.

- Revalorizar o mundo rural, tornando-o atraente e rentável para suas populações, como parte de um sistema de interdependência com cidades intermediárias. Essa revalorização se justifica por suas importantes contribuições para o crescimento econômico, de emprego, de produção de alimentos, de serviços ecossistêmicos, de peso populacional, de ocupação do território e do potencial para consolidação da população, da contribuição para a governabilidade e governança, da preservação da cultura e da identidade.
- O contínuo processo de despovoamento rural e a migração para áreas urbanas têm adquirido, em muitos países da região, dimensões significativas. Por isso é necessário propor e promover ações que tornem eficientes e rentáveis as atividades agrárias realizadas nos territórios rurais. Nesse sentido, tanto a incorporação tecnológica como o aumento da produtividade poderiam melhorar a inserção nos mercados locais e nas cadeias produtivas vinculadas aos mercados externos.
- Por outro lado, em toda a região, a ruralidade será afetada pelas significativas mudanças econômicas e sociais promovidas pela abertura comercial, a tecnologia e a expansão das comunicações. Esses processos terão efeitos na estrutura agrária e gerarão oportunidades para novas produções e o abandono de outras. Esses processos de transformação devem ser acompanhados com programas de apoio à transição.
- Para isso, é necessário dispor de informações pertinentes e atualizadas para a análise dos fatores que determinam a pobreza e a desigualdade no setor rural e as possibilidades de inserção produtiva de todos os atores econômicos. O conhecimento detalhado em cada situação particular em que o IICA fornece cooperação técnica sobre os diferentes atores sociais e sua importância relativa, sobre o resultado e o impacto das políticas públicas implementadas, sobre as tendências na inclusão social e outros aspectos constitui um elemento fundamental para a formulação de estratégias e a escolha das intervenções públicas que serão mais efetivas para alcançar o desenvolvimento territorial.
- De igual maneira, o reconhecimento do papel e das contribuições que realizam os diversos tipos de empresas rurais e, em particular, a agricultura familiar na produção de alimentos e outros produtos agroindustriais é essencial para definir os programas de ação. Para que sejam viáveis, esses programas devem partir das especificidades de cada território quanto à disponibilidade de recursos (mão de obra, terra, capital financeiro, conhecimentos, recursos naturais e físicos, redes e capital social) e promover a cooperação entre os diversos setores da sociedade.

Esse é um requisito necessário para concretizar e desenvolver uma produção mais eficaz e sustentável que assegure um nível de renda adequado e a segurança alimentar e nutricional regional.

- Os países do hemisfério devem ter como objetivo melhorar e potencializar seus sistemas de extensão, em particular os esforços e recursos destinados à atenção da agricultura familiar. Nesse âmbito, são identificados pelo menos três lacunas que devem ser preenchidas para avançar para o objetivo de potencializar os serviços de extensão: a) articular de maneira efetiva os sistemas de extensão com os institutos de pesquisa, o sistema universitário e a contribuição do setor privado na promoção dos processos de inovação; b) otimizar a liderança e a gestão do talento humano, associados aos sistemas de extensão, pois, embora haja bastante clareza sobre as competências necessárias para o desenvolvimento da atividade, estas não foram adequadamente internalizadas nos elos da cadeia da produção desses serviços; e c) melhorar os sistemas de gestão da extensão.
- Um dos caminhos para viabilizar uma melhoria nas condições de vida e de trabalho da população rural, especialmente das populações jovens, está na promoção, na geração e na modelação de empreendimentos agrícolas e não agrícolas. De igual maneira, é necessário identificar e implementar empreendimentos jovens rurais que respondam às demandas existentes nas sociedades, para que isso contribua para solucionar problemas socioeconômicos e ambientais e levar em consideração as características e as especificidades das pessoas jovens da agricultura familiar.

Impulsionar uma adequada prestação de serviços e programas sociais

- A falta de acesso a ativos produtivos, programas sociais e serviços de apoio por parte dos atores socioeconômicos do território é um desafio chave para alcançar o bem-estar no espaço rural.
- A carência de acesso aos ativos produtivos e a ausência desses serviços condicionam a capacidade das comunidades para participar de atividades produtivas relevantes. É necessário gerar estratégias que permitam ampliar e fortalecer serviços que, no âmbito rural, permitam e proporcionem competitividade à produção agroindustrial. São especialmente importantes os vinculados à provisão de tecnologia (sementes, pesquisa, extensão etc.), educação rural, fortalecimento das associações rurais, informações, energia, infraestrutura de estradas rurais, comunicações, digitalização, financiamento e comercialização.

- A debilidade dos programas de proteção social para a maioria dos habitantes do espaço rural estabelece diferenças inaceitáveis com as populações urbanas. Experiências recentes em vários países da região mostram o êxito que esse tipo de programas tem para diminuir a pobreza e a desigualdade. Esses programas aumentaram o bem-estar dos mais pobres e tiveram um impacto favorável no fortalecimento das capacidades dessas populações para alcançar uma reinserção produtiva. Promover a efetiva implementação dessas políticas é importante para melhorar as condições de vida das populações rurais excluídas e iniciar a geração do cenário propício para desenvolver as capacidades necessárias para uma melhor inserção no sistema produtivo. Os programas sociais têm demonstrado uma maior efetividade para melhorar o bem-estar da população rural do que os apoios outorgados pelo controle de preços dos produtos.
- A desvinculação das políticas de desenvolvimento rural das demais medidas de política econômica e investimento público muitas vezes dificulta e neutraliza os efeitos positivos dessas últimas.

Diretrizes para o plano de ação do Programa

O plano de ação será centrado na implementação de ações que visam alcançar um maior bem-estar de todas as populações nos territórios rurais. O Programa trabalhará em estreita coordenação com o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo no fortalecimento das cadeias produtivas, com o Programa de Comércio Internacional e Integração Regional na análise dos mercados e com o Programa de Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos na adaptação à mudança do clima e à mitigação de seus efeitos.

Gerar conhecimentos e apoiar a formulação de políticas e programas de desenvolvimento territorial

Os componentes desta linha são:

- Apoiar a geração de informações e análises que permitam participar e incidir explicitamente no projeto, implementação e avaliação de políticas voltadas para aumentar o bem-estar de toda a população rural em colaboração com instituições nacionais e internacionais.
- Intervir na geração de informações e documentação de experiências bem-sucedidas e apoiar a formulação e implementação de políticas e ações que

fortaleçam a consolidação das populações rurais, principalmente dos grupos mais vulneráveis aos processos de expulsão, como os agricultores familiares descapitalizados, os jovens, as mulheres, as comunidades indígenas e tradicionais e os trabalhadores rurais.

- Promover a participação dos atores sociais, as parcerias e as articulações público-privadas e impulsionar a execução compartilhada das ações de interesse comum.
- Colaborar na sistematização e identificação de formas organizativas do espaço rural.
- Impulsionar políticas e programas para a consolidação do sistema agroalimentar regional que contribuam para a segurança alimentar territorial. Isso é particularmente importante no caso das populações localizadas em zonas distantes e mal conectadas, em especial as populações indígenas.
- Desenvolver metodologias para a liderança colaborativa e a gestão social dos atores locais para materializar a visão do futuro de seu território em um plano estratégico de desenvolvimento que inclua a valorização do investimento privado (nacional e internacional) e a ação público-privada.
- Contribuir para a formulação e implementação de políticas e programas que sustentem a inovação tecnológica, o aumento da competitividade e o acesso aos mercados nacionais e regionais da agricultura familiar.
- Promover e articular o projeto de políticas e mecanismos institucionais que facilitem a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas nacionais e regionais.

Promover a provisão de ativos produtivos e serviços públicos e privados aos territórios rurais

Os componentes desta linha são:

- Impulsionar a prestação de serviços e ativos produtivos nos territórios rurais, em particular os serviços tecnológicos, comerciais, financeiros e de saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento de capacidades.

- Contribuir para gerar capacidades institucionais e espaços de discussão política para a promoção da ruralidade e da agropecuária e a vinculação das políticas de desenvolvimento rural com o restante das políticas públicas.
- Apoiar a vinculação do desenvolvimento territorial, das políticas setoriais e de proteção social voltadas para reduzir a pobreza rural e o melhorar a seguridade social.
- Promover os serviços de extensão para acrescentar as contribuições do setor rural à competitividade agropecuária, à sustentabilidade da produção de alimentos e matérias-primas e ao cuidado dos recursos naturais.

4.2.3. Programa 3: Comércio Internacional e Integração Regional

Esse programa está principalmente alinhado com a realização do objetivo estratégico 3. No entanto, contribui complementarmente à realização dos objetivos estratégicos 2 e 1.

Elementos conceituais e informativos que orientam e contextualizam a organização e os principais temas do Programa

Em um mundo interconectado e com uma crescente especialização produtiva que aproveita as vantagens competitivas de cada economia, o comércio constitui um meio fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países. Isso é particularmente certo em relação à produção agropecuária, em que a dotação de recursos naturais agrícolas e as condições climáticas de cada país impõem a necessidade de certa especialização produtiva.

Nos últimos anos, a região tem aumentado significativamente sua participação no comércio agroalimentar, tendo se convertido em um ator principal nos mercados internacionais. Nos últimos dez anos (2007-2016), as exportações agroalimentares da ALC aumentaram a uma taxa média anual de 5,2%, ultrapassando em mais de um ponto percentual a taxa de crescimento das importações agroalimentares, o que conduziu a um aumento do superávit comercial agrícola da região. Como resultado desse dinamismo, atualmente as exportações agrícolas da ALC representam cerca de 14% das exportações agrícolas mundiais (há dez anos, essa percentagem era de 12,3%)⁴².

⁴² IICA (CAESPA), a partir de dados das Nações Unidas (COMTRADE, 2018) e OMC (2018).

Além disso, a crescente diversificação da produção agropecuária para incluir produtos com maior valor agregado e produtos não alimentares (bioeconomia) amplia o potencial produtivo e exportador da região, o espectro de seus parceiros comerciais e, por conseguinte, a necessidade de definir estratégias de inserção internacional. Esse é um tema que, alguns países da ALC, já realizou importantes esforços, como é o caso da sub-região Central, onde o componente de produtos agrícolas processados nas exportações agroalimentares totais aumentou significativamente nos últimos anos (22% em 2001 frente a 37% em 2016)⁴³.

Cabe ressaltar que os tratados exercem um papel fundamental no tema comercial. Até esta data, os países têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, o Panamá, a Colômbia, o Peru e o Chile e também contam com o DR-CAFTA (América Central, Estados Unidos e República Dominicana) e com o TLCAM (Canadá, Estados Unidos e México). Com o Canadá, têm acordos de livre comércio: Honduras, Panamá, Colômbia, Peru, Costa Rica e Chile.

Estados Unidos, Canadá e México estão modernizando seu tratado comercial para melhorar o acesso dos bens a esses países e aumentar os fluxos comerciais com a região.

Segundo dados do IICA (CAESPA), no período 2014-2016, 22,1% das exportações agroalimentares da ALC se destinaram aos Estados Unidos e Canadá. No entanto, as exportações tanto para esses países como para a União Europeia (UE) têm perdido participação ante as maiores vendas e a liderança dos países asiáticos.

Apesar dos avanços hemisféricos no comércio agroalimentar global, as realizações no comércio intrarregional são relativamente modestas: a participação do comércio intrarregional da ALC se manteve quase constante, em torno de 14%, mesmo quando seu valor aumentou em mais de USD20.000 milhões entre 2002-2004 e 2014-2016. Em termos de intercâmbios agroalimentares entre Estados Unidos e Canadá, por um lado, e os demais países do hemisfério, por outro, a participação reduziu de 26% para 22% nesse mesmo período⁴⁴, com uma crescente participação da Ásia e, principalmente, da China.

Embora em toda a ALC a participação do comércio agropecuário intrarregional não tenha aumentado, houve diferenças no nível sub-regional. De fato, em comparação com o período 2002-2004, a ALC é hoje um mercado mais importante para as exportações agrícolas do México e das sub-regiões Central e Caribe, mas menos

⁴³ IICA (CAESPA), a partir de dados do Trade Map (2018).

⁴⁴ IICA (CAESPA), com dados das Nações Unidas, Comtrade (janeiro de 2018).

importante para as sub-regiões Andina e Sul. Além disso, em algumas sub-regiões o comércio intra-sub-regional aumentou significativamente na última década. A mudança mais significativa foi experimentada pela sub-região Caribe, que passou de 13,6% da sua exportação para sua própria sub-região no triênio 2002-2004 para 19,3%, no triênio 2014-2016. A sub-região Central também aumentou seu comércio intra-sub-regional, embora apenas um pouco mais de 2 pontos percentuais em uma década (de 18,3% para 20,6%)⁴⁵.

Com exceção da Oceania, o comércio agroalimentar intrarregional da ALC é o menor entre todas as regiões do mundo⁴⁶. Assim, as oportunidades para aprofundar o comércio intrarregional são numerosas, devido à baixa participação do comércio agroalimentar entre a Parceria do Pacífico, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e os demais países da ALC⁴⁷.

Melhorar a participação no comércio internacional é uma tarefa de longo prazo que requer informações, análise e uma clara estratégia apoiada nas vantagens comparativas do país. A assinatura de tratados de livre comércio e de acordos de integração regional foi o principal meio utilizado pelos países para alcançar uma melhor inserção comercial. Aumentar a eficiência na administração dos acordos para aumentar o aproveitamento dos benefícios potenciais destes é uma alta prioridade na região.

Embora no hemisfério tenha sido realizado um importante esforço para promover o estabelecimento de acordos de livre comércio, muitos deles mantêm economias relativamente fechadas, particularmente no setor agropecuário. Com a exceção de alguns países, como os Estados Unidos, o Canadá, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica e o México, a quantidade de acordos comerciais assinados com o restante do mundo é limitada.

Além disso, no panorama internacional atual surgiram questionamentos quanto à forma como se desenvolve o comércio internacional e ao próprio sistema multilateral. Esses questionamentos criam condições políticas que podem promover um regresso a formas mais protecionistas, as quais poderiam ser inconvenientes para a região.

A integração regional também foi uma alta prioridade dos governos, tendo como resultado a criação de numerosas estruturas institucionais, com o objetivo de alcançar uma maior integração econômica e política entre países da região. Apesar desses

⁴⁵ IICA (CAESPA), a partir de dados do TradeMap.

⁴⁶ IICA (CAESPA), a partir de dados do ITC (TradeMap).

⁴⁷ IICA (CAESPA), com dados das Nações Unidas, Comtrade (janeiro de 2018).

esforços, as realizações, pelo menos em aspectos comerciais, foram escassas, como mostra o baixo nível de comércio entre regiões. No setor agroindustrial, as restrições técnicas, os problemas vinculados à facilitação do comércio e a falta de harmonização em saúde animal e/ou nas normas de inocuidade dos alimentos são dificuldades centrais que precisam ser resolvidas para alcançar um maior êxito no comércio regional. Embora existam avanços, sobretudo nas sub-regiões Central e Caribe, as realizações na integração comercial agrícola foram limitadas, como o mostra o fato de que a participação do comércio entre regiões nas exportações agroalimentares da ALC não sofreram variações nos últimos dez anos (14,9%).

Por outro lado, para aumentar a participação no comércio internacional e a integração regional em aspectos econômicos e comerciais do setor agroindustrial, é necessário um conjunto de ações inter-relacionadas, incluindo o desenvolvimento de agronegócios competitivos internacionalmente, a promoção do comércio internacional, a realização de mercados internos transparentes e eficientes e o desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes, portuária e de comunicações efetiva.

Esse conjunto de atributos, necessários para alcançar uma maior competitividade e melhorar o acesso aos mercados, reduz os custos de transação. Permite também a mobilização rápida e oportuna de produtos e alimentos de regiões com produção abundante para outras com escassez, em benefício tanto dos produtores agrícolas como dos consumidores. Além disso, propicia a alocação mais eficiente dos recursos disponíveis nos âmbitos mundial e regional.

No âmbito de um mundo com altos graus de incerteza e com o possível enfraquecimento do âmbito multilateral do comércio, é especialmente importante que os países definam estratégias inteligentes para aproveitar os benefícios da abertura comercial e da complementação econômica, acentuando seus esforços no aumento do comércio de produtos agroindustriais.

Principais oportunidades e desafios

Alcançar uma inserção internacional ampla e efetiva

Embora nos últimos anos os países do hemisfério tenham feito avanços importantes em sua inserção internacional pela sua participação em instâncias multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), ainda precisam avançar de maneira significativa na participação em acordos regionais e bilaterais.

Alguns desafios são os seguintes:

- Fazer frente à insuficiente transparência, estabilidade e segurança nos mercados agrícolas internacionais. É necessário fortalecer um sistema comercial baseado em regras, transparente e mais seguro, estável e previsível que propicie um ambiente de menor exposição a riscos para a agricultura e a segurança alimentar nas Américas.
- Aproveitar plenamente as vantagens comparativas da região na produção agroindustrial, derivadas da sua dotação de recursos naturais agrícolas e da eficiência produtiva alcançada. Para isso é necessário melhorar a participação no mercado internacional, bem como adequar a produção aos requisitos do mercado com relação à quantidade, ao tempo, à sanidade, à inocuidade e à qualidade dos produtos exportados.
- Aumentar os benefícios alcançados a partir dos acordos comerciais assinados, para o que é necessário:
 - Melhorar as capacidades dos países para administrar os acordos comerciais e de integração vigentes.
 - Promover a redução dos obstáculos aduaneiros e não aduaneiros e dos entraves burocráticos que limitam a eficiência e os ganhos do comércio e o movimento das mercadorias na cadeia logística internacional.
 - Aumentar a contribuição regional à segurança alimentar mundial.

Aprofundar os processos de integração regional

- Aproveitar o potencial do comércio agrícola intrarregional, para o que é necessário melhorar as capacidades para a identificação de oportunidades e nichos de mercado com potencial e promover o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.
- A região dispõe de numerosas instituições e mecanismos encarregados de promover e efetivar a integração regional em aspectos específicos, como por exemplo a inovação tecnológica e em âmbitos mais amplos vinculados ao econômico, comercial e político. No entanto, as conquistas desses mecanismos e instituições foram, em geral, menores que o esperado. No atual contexto

internacional, é importante fazer um novo esforço para alcançar avanços significativos nesses âmbitos da cooperação e integração regional.

Diretrizes para o plano de ação do Programa

O Programa focará na prestação de apoio aos países membros para melhorar sua participação nos mercados internacionais de produtos agroindustriais e para aprofundar a integração regional como meio para aumentar o desenvolvimento econômico e o bem-estar. Os temas vinculados à integração regional são especialmente importantes na América Central, onde têm uma longa e dinâmica história, e no Caribe, em relação à sua integração com a América Latina. O Programa trabalhará em estreita colaboração com o Programa de Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos, bem como com o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo no campo das cadeias produtivas e sua participação no comércio internacional.

Promover o comércio agroalimentar

Os componentes desta linha são:

- Apoiar os países na definição de estratégias voltadas ao aumento da sua participação no comércio internacional e no aproveitamento eficiente dos acordos comerciais assinados.
- Respaldar a participação efetiva dos países em fóruns internacionais sobre o tema que promovam o intercâmbio de conhecimentos, a identificação de melhores práticas e a mobilização de recursos relevantes para a agricultura e a integração regional.
- Impulsionar, em colaboração com o Programa de Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos, a padronização e a harmonização regional de regulamentações na agricultura referentes à sanidade e à inocuidade dos alimentos, insumos, variedades de produtos e requisitos, licenças e autorizações que afetam o comércio de produtos agropecuários e o desenvolvimento dos agronegócios.
- Apoiar o estabelecimento de regras multilaterais que respondam às necessidades específicas dos produtores agropecuários e dos atores que participam ao longo das cadeias produtivas agroindustriais.

- Promover a adoção de medidas de facilitação do comércio agropecuário que conduzam, por exemplo, à simplificação de tramitações, à harmonização dos procedimentos e à redução dos custos de inspeção e dos tempos de desembaraço aduaneiro.
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades para administrar acordos comerciais e melhorar o acesso a mercados.

Apoiar processos de integração regional e a articulação da política comercial

Os componentes desta linha são:

- Contribuir, em colaboração com o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo, para que os países aproveitem melhor a complementação econômica, melhorem suas capacidades de negociação frente a países terceiros e construam um melhor contexto econômico para o desenvolvimento dos agronegócios e das cadeias de valor.
- Apoiar mecanismos que permitam uma maior coordenação e cooperação entre os países da região.
- Promover políticas de desenvolvimento dos mercados internos que sejam favoráveis às necessidades dos consumidores locais e à integração regional e, com isso, gerar efeitos multiplicadores que se traduzam no aumento dos rendimentos de todos os atores ao longo das cadeias agrícolas.
- Impulsionar o desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas regionais e sua vinculação a cadeias globais como rota para melhorar a competitividade da região frente a mercados terceiros.
- Fomentar a criação de fóruns regionais e sub-regionais de discussão técnica especializada destinados a apoiar a inserção da agricultura nos processos de integração regional e continuar oferecendo apoio aos fóruns políticos regionais e sub-regionais.

Atuar como centro de referência de informações sobre acordos comerciais

Os componentes desta linha são:

- Manter, complementarmente ao que outros organismos internacionais estão fazendo e de forma colaborativa com os organismos de integração regional, um registro dos acordos de liberalização comercial e/ou de complementação econômica assinados e vigentes em que participam países do hemisfério americano. Esse registro estará circunscrito aos elementos que afetam o comércio de produtos agroindustriais.

4.2.4. Programa 4: Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos

Esse programa estará diretamente alinhado com o objetivo estratégico 4, voltado para aumentar a resiliência dos territórios rurais aos eventos extremos. Também tem um alinhamento secundário com os objetivos estratégicos 1, 2 e 3.

Elementos conceituais e informativos que orientam e contextualizam a organização e os principais temas do Programa

A mudança do clima se manifesta no aumento da temperatura global, que resulta em uma alteração dos padrões climáticos e se reflete em fenômenos atmosféricos extremos que afetam a produção agropecuária e o funcionamento de outras atividades humanas, como a prestação de serviços de saúde, energia etc. Por si mesmo, é um fator que gera uma crescente instabilidade ambiental, econômica e política e, em consequência, incerteza e cenários de crise para as populações em geral, os governos e a institucionalidade dos países.

Embora o impacto da mudança do clima seja geral, os problemas que enfrentam as populações rurais e as autoridades locais e nacionais são particularmente complexos, difíceis e mutáveis. Em muitos casos, superam suas próprias capacidades de gestão e mitigação. As manifestações da mudança do clima, tanto as extremas e imediatas como as de efeitos com impacto no médio e no longo prazo, são capazes de provocar processos migratórios desordenados ou compulsivos; crises econômicas, alimentares, sociais e políticas e, mais em particular, disfunções ecossistêmicas e a degradação dos recursos naturais. Por exemplo, estima-se que em 2050, na ALC, 17 milhões de pessoas migrarão de seus países pelos efeitos da mudança do clima (agricultura devastada, ausência de

água doce, elevação do nível do mar). Esses migrantes são chamados de “migrantes do clima”, cuja quantidade chegará a 143 milhões no âmbito mundial⁴⁸.

As projeções da evolução e os impactos da mudança do clima indicam que os territórios rurais, de acordo com sua localização geográfica e orográfica, estarão expostos em diferentes graus, embora de maneira contínua e reiterada, a suas repercussões ambientais, econômicas e sociopolíticas. É necessário, portanto, desenvolver ações que contribuam para uma maior **adaptação** e capacidade de **resiliência** dos sistemas produtivos diante da mudança do clima, incluindo a capacidade de gestão dos riscos agropecuários derivados desse fenômeno. Por outro lado, a agricultura também é responsável pela mudança do clima, devido a suas emissões de gases de efeito estufa. É necessário, em consequência, torná-la parte da solução, mediante a promoção de ações que contribuam para a **mitigação** do impacto que a agricultura tem sobre a mudança do clima e o ambiente.

Principais oportunidades e desafios

Nenhuma região do hemisfério se encontra isenta do risco de sofrer impactos ou efeitos diretos ou indiretos associados à mudança do clima e suas consequências econômicas, sociais e políticas, mas o Caribe e, em menor medida, a América Central, são especialmente vulneráveis, pelo que o Programa lhes dará uma atenção especial.

Aumentar a disponibilidade de capacidades institucionais e de recursos humanos

É necessário desenvolver, no setor público, maiores capacidades humanas e mecanismos institucionais que permitam produzir, acessar, compartilhar e processar as informações e as análises multidimensionais e multissetoriais necessárias para traduzi-las em recomendações de políticas e ações concretas. Essas políticas devem levar em consideração diversos temas, que incluem a adaptação, a resiliência e a mitigação nos sistemas agroprodutivos. Em relação às comunidades rurais, é necessário o estabelecimento de sistemas de alerta antecipado, de gestão de informações, de vigilância sanitária, de segurança alimentar e de análise de riscos que contribuam para a resiliência dessas populações. A correção dessas deficiências demandará investimentos significativos e programas de capacitação.

⁴⁸ Kumari Rigaud, K; de Sherbinin, A; Jones, B; Bergmann, J; Clement, V; Ober, K; Schewe, J; Adamo, S; McCusker, B; Heuser, S; Midgley, A. 2018. Groundswell: preparing for internal climate migration. Washington, D.C., World Bank.

Alcançar um maior desenvolvimento de boas práticas agrícolas e de políticas e programas necessários para sua aplicação

Na região existem experiências bem-sucedidas de boas práticas agroprodutivas e agroindustriais nos espaços rurais, com base nas quais é necessário alcançar e consolidar a sustentabilidade e a resiliência integral (ambiental, econômica e sociopolítica) nos setores agroprodutivo e agroindustrial. É particularmente importante a sustentabilidade dos recursos naturais, incluídas suas funções ecossistêmicas, sobre as quais se assenta a atividade agroindustrial. Esse desafio requer a definição e implementação de medidas de políticas, planos, programas e ações que fortaleçam a sustentabilidade, a resiliência e a mitigação para contribuir adequadamente para com os compromissos assumidos no processo da Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC).

Realizar acordos público-privados

Há uma significativa dificuldade para alcançar acordos institucionais público-privados que gerem ações efetivas na gestão dos riscos agroprodutivos e ambientais. Existem países que têm construído suas capacidades para gerir adequadamente as situações de crise a partir dos investimentos contínuos de recursos financeiros, técnicos e políticos que permitiram dar uma resposta eficaz aos perfis de risco múltiplo que enfrentam. Apesar disso, reconhece-se que, em geral, a região tem uma considerável debilidade institucional, especialmente quanto aos atores sociais privados, os quais devem estar capacitados para responder, de maneira adequada e em colaboração com o setor público, à gestão dos riscos vinculados à produção agropecuária e à proteção dos ecossistemas. Essa debilidade se manifesta em todas as etapas da gestão do risco, que incluem a prevenção, a preparação, a mitigação, a resposta, a recuperação e a reabilitação. Isso compreende a capacidade de coordenar e articular, de maneira eficaz e eficiente, a ajuda pública, privada e internacional antes, durante e depois da crise. O desafio está em gerar, onde não exista, e consolidar, onde já existe, a institucionalidade e uma eficiente articulação público-privada que promovam a eficácia desse tipo de intervenções nas diferentes escalas.

Diretrizes para o plano de ação do Programa

O Programa se concentrará nos aspectos vinculados à sustentabilidade dos recursos naturais, particularmente o solo e a água, e na gestão dos riscos associados à dinâmica agroprodutiva e rural. As ações visarão gerar uma gestão sustentável dos recursos produtivos, aumentar as capacidades de resiliência e desenvolver instâncias

que permitam gerir, da maneira mais eficiente e eficaz, o risco a *choques* externos. O Programa, que tem uma considerável transversalidade, trabalhará em estreita colaboração com o Programa de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar. Também contará com ações colaborativas com os programas de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo e de Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos.

Contribuir para a criação de capacidades para o desenvolvimento de quadros conceituais e execução de políticas

Os componentes desta linha são:

- Apoiar a adequação de quadros conceituais e metodologias nos temas do Programa, pela gestão eficiente do conhecimento disponível e a capitalização de experiências bem-sucedidas.
- Acompanhar a formulação de propostas analíticas e conceituais para o fortalecimento da institucionalidade, tanto em escala nacional como regional, e as capacidades internas para acompanhar esses processos.
- Promover a construção de capacidades em gestão integral de riscos e, dentro delas, de prevenção e preparação diante da presença de pragas e doenças e da ocorrência de eventos climáticos extremos, a fim de reduzir a incerteza e a vulnerabilidade ante essas adversidades. Essas atividades serão desenvolvidas em colaboração com o Programa de Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos.

Promover o diálogo técnico-político e a implementação da cooperação técnica direta

Os componentes desta linha são:

- Participar, promover e coordenar instâncias de discussão, definição e acordos políticos entre as instituições governamentais e os setores do âmbito privado e a sociedade civil e, dentro desses setores, as organizações responsáveis pela gestão de recursos naturais e riscos produtivos.
- Promover a criação de âmbitos para a discussão e o trabalho interdisciplinar, integrando informações analíticas, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e a gestão do conhecimento em temas de relevância para a gestão dos recursos naturais e do risco.

- Impulsionar a gestão sustentável do solo e da água, a recuperação e regeneração agroecossistêmica, os materiais renováveis, a gestão de resíduos, a conservação e o uso da biodiversidade com fins não alimentares e os serviços ecossistêmicos. Essas atividades serão realizadas em colaboração com o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo.
- Promover a aplicação de boas práticas agrícolas que contribuam para a mitigação e adaptação aos impactos da mudança do clima.

4.2.5. Programa 5: Sanidade Agropecuária, Inocuidade e Qualidade dos Alimentos

Esse programa contribuirá para a concretização dos quatro objetivos estratégicos selecionados. A amplitude de suas responsabilidades com respeito aos objetivos estratégicos proporciona um caráter transversal ao Programa, portanto, deverá trabalhar em estreita vinculação com os outros quatro programas, em especial com o Programa de Comércio Internacional e Integração Regional, nos temas vinculados à sanidade, à inocuidade e à qualidade dos alimentos para os mercados nacionais, regionais e internacionais e às doenças transfronteiriças; com os programas de Bioeconomia e Desenvolvimento Produtivo e de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar, no que se refere à vigilância sanitária nos sistemas produtivos nacionais, e com o Programa de Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos, na inter-relação entre a mudança do clima e os temas sanitários.

Elementos conceituais e informativos que orientam e contextualizam a organização e os principais temas do Programa

A importância da agricultura das Américas como fornecedora de alimentos para o mundo e como fonte de crescimento e desenvolvimento para os países da região já é uma realidade. Essa importância aumentará significativamente no futuro como resultado da crescente demanda mundial de alimentos derivada do aumento populacional, da globalização e da integração de regiões, fronteiras e mercados. Além disso, as doenças e as pragas incidem, direta e significativamente, na eficiência dos sistemas produtivos e, portanto, na disponibilidade de alimentos. Também podem pôr em risco a saúde dos consumidores, quando se compromete a inocuidade dos alimentos em qualquer elo da cadeia alimentar, o que também afeta o comércio. Entretanto, a qualidade e o uso dos insumos biológicos, químicos e de outra natureza afetam, em

conjunto com os processos produtivos e de industrialização⁴⁹, a inocuidade e a qualidade final do produto, a qual tem um significativo impacto na comercialização e nas exportações e será um tema de enorme importância no futuro da agricultura regional.

Os países exportadores que desejam industrializar a produção primária e produzir alimentos devem desenvolver políticas inerentes à qualidade e inocuidade dos alimentos. Dado o crescente número de normas e regulamentos técnicos impostos pelo mercado, os obstáculos técnicos ao comércio estão se convertendo em um tema cada vez de maior importância. O papel dos consumidores também é cada vez mais relevante na definição de normas e regulamentos que consideram suas preocupações e exigências quanto às propriedades nutricionais, de inocuidade e de qualidade dos alimentos.

A maioria dos países da região fez importantes esforços na criação e no fortalecimento dos serviços públicos com competência em sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, bem como aqueles voltados para regulamentar e fiscalizar os sistemas de qualidade. Por meio deles se estabelecem e implementam políticas e normas voltadas para prevenir a entrada e a dispersão de pragas e doenças, para controlar as que afetam a produção e a inocuidade alimentar e para alcançar a definição e a aplicação de padrões de qualidade e a incorporação de valor agregado. Igualmente garantem a condição sanitária e fitossanitária, bem como as condições inerentes à qualidade dos produtos agropecuários e alimentos que exportam, levando em consideração as normas do país de destino e as normas internacionais. Os sistemas nacionais de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos (SAIA) e de qualidade destes contam com múltiplos atores públicos e privados que intervêm e interagem nas cadeias de valor, pelo que é muito importante assegurar-se que trabalhem de forma coordenada e colaborativa.

Os âmbitos de integração regional se consolidam como mecanismos de coordenação e cooperação no que concerne aos SAIA, cada vez mais ligados à coordenação de estratégias em temas de interesse comum, com o estabelecimento de normas, diretrizes e regras regionais e a construção de posições de consenso de posições no âmbito internacional. Os avanços da ciência, o aumento do comércio mundial, o crescimento da indústria alimentar, os novos padrões de consumo e o aumento de situações de emergência têm aumentado a complexidade dos problemas que os sistemas nacionais de SAIA e de qualidade dos alimentos devem enfrentar e, em especial, o papel e a função dos serviços públicos que integram esses sistemas.

⁴⁹ IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica); EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). 2018. Leitões biológicos na agricultura: uma tecnologia viável para reduzir os riscos de contaminação pelo uso de pesticidas. São José, Costa Rica, IICA.

Em virtude dos acordos internacionais alcançados no âmbito da OMC, avançou-se no estabelecimento de normas baseadas na evidência científica com forte repercussão nos temas da saúde animal e sanidade vegetal e da inocuidade, bem como no estabelecimento de regras técnicas, normas voluntárias e procedimentos de avaliação da conformidade. Tudo isso contribui para que não se criem obstáculos desnecessários ao comércio. Nessas novas condições, os países precisam desempenhar um papel ativo, envolvendo-se nos âmbitos internacionais, a fim de defender seus interesses e influenciar o desenvolvimento de normas internacionais. Os países são responsáveis pela implementação dessas normas internacionais.

A interdependência que existe entre a agricultura e o meio ambiente é um fato bem conhecido ao qual está sendo dada uma crescente atenção. Por esse motivo, é inadiável fortalecer a integração dos serviços de SAIA com os sistemas institucionais encarregados de promover uma produção sustentável e socialmente responsável, bem como desenvolver uma visão integrada dessas dimensões do desenvolvimento agropecuário.

Principais oportunidades e desafios

Fortalecer e modernizar as capacidades em sanidade, inocuidade e qualidade dos alimentos

O contexto internacional mudou e existe a necessidade de se incorporar plenamente nas cadeias de valor agroalimentares as considerações de natureza sanitária, fitossanitária e de qualidade dos alimentos. Isso significa que as instituições públicas devem exercer liderança e ser capazes de prevenir e responder aos desafios nacionais e transfronteiriços. O desenvolvimento institucional e a modernização dos sistemas públicos, nos âmbitos nacional e regional, é fundamental para enfrentar o entorno mutável e cada vez mais exigente para aproveitar as novas oportunidades dos mercados nacionais e internacionais. A interação público-privada é crítica para o projeto, a implementação e o financiamento das políticas de SAIA e de qualidade dos alimentos. Portanto, é necessário impulsionar uma cultura de colaboração com formas de trabalho conjunto que aproveitem e maximizem as capacidades e investimentos efetuados. Os serviços de SAIA requerem esquemas de certificação, ensaios e acreditação fortalecidos para o cumprimento de suas funções e uma maior eficiência de seus processos.

Impulsionar a implementação efetiva dos padrões internacionais

As regras justas, transparentes e baseadas na evidência científica são a base para um bom funcionamento dos mercados nacionais e internacionais. Os países da região devem participar efetivamente do desenvolvimento das normas internacionais se desejam salvaguardar seus interesses comerciais e produtivos. A ampla diversidade de requisitos sanitários e fitossanitários aplicados pelos países importadores para proteger seus mercados, algumas vezes à margem da evidência científica, constituem um desafio ao comércio internacional e à segurança alimentar. Para facilitar o comércio, é necessário que os países harmonizem os requisitos de SAIA e as normas de qualidade dos alimentos, tomando como base as normas acordadas nas organizações internacionais. Uma dificuldade maior é a implementação dessas normas nos próprios países exportadores, devido à significativa demanda de capacidades técnicas e institucionais requeridas pelos serviços de SAIA, as quais nem sempre estão disponíveis, e a necessidade de uma coordenação eficaz com o setor privado.

Adotar boas práticas e melhorar a resposta a situações de emergência

Devido à maior demanda e às crescentes exigências, os países precisam aumentar seus investimentos e incorporar conhecimentos melhorados aos sistemas de produção agroalimentar, tanto para aumentar a produtividade como para incorporar uma visão integrada dos problemas sanitários (enfoque “uma saúde”). Para isso é necessário estabelecer de maneira estendida práticas que garantam a inocuidade e a qualidade dos alimentos, considerando todos os diversos tipos de práticas agrícolas. As variabilidades dos ambientes agrícolas provocadas pela mudança do clima continuam desafiando tecnicamente os serviços de SAIA. A maior frequência e gravidade dos efeitos provocados pelas pragas e doenças causam frequentes situações de emergência. A emergência desses problemas tem impactos profundos na produção, na economia e no desenvolvimento. Sua abordagem requer maiores investimentos, bem como o fortalecimento de capacidades técnicas e institucionais.

Diretrizes para o plano de ação do Programa

O plano de ação do Programa focará na promoção de um setor agrícola produtivo, competitivo e sustentável. Isso promoverá um suprimento de alimentos seguros pelos mercados locais, regionais e mundiais mediante a geração, a melhoria e a aplicação de políticas de sanidade agropecuária, inocuidade e qualidade dos alimentos. Esse programa trabalhará em estreita colaboração com o Programa de Comércio Internacional e Integração Regional, em aspectos vinculados ao comércio internacional

e mercados e com os programas de Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar e de Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos, no que se refere à sanidade, à inocuidade e à qualidade na produção agropecuária.

Impulsionar o fortalecimento institucional dos sistemas de SAIA

Os componentes desta linha são:

- Promover a aplicação da ferramenta Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) e fortalecer sistemas organizacionais que facilitem sua implementação, avaliação de impacto, transparência e confidencialidade. O êxito dessa ferramenta decorre da implementação de estratégias específicas definidas por cada um dos países.
- Continuar oferecendo apoio ao trabalho regional em temas de SAIA para o fortalecimento e a modernização da institucionalidade existente, como a Comissão Veterinária Permanente do Cone Sul (CVP), a Comissão Regional de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE) e o CAC, e a identificação de oportunidades de articulação que possam contribuir para a geração de novos projetos, mecanismos e arranjos colaborativos.
- Promover a participação do setor privado nos processos de geração de regulamentações, programas técnicos e consultas de normas, bem como no projeto, implementação e avaliação de programas e acordos nacionais, regionais e globais.

Harmonizar, atualizar e implementar normas de sanidade, inocuidade e qualidade

Os componentes desta linha são:

- Promover a harmonização, a atualização e a implementação de medidas sanitárias e fitossanitárias no âmbito dos acordos sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, sobre a facilitação do comércio e sobre obstáculos técnicos ao comércio (OTC) da OMC, em colaboração com o Programa de Comércio Internacional e Integração Regional.
- Reforçar as capacidades para a tomada de decisões e nos níveis técnicos, bem como impulsionar a participação ativa e efetiva dos países nos respectivos fóruns internacionais.

- Fortalecer as comissões nacionais e outras voltadas para facilitar a harmonização de normas, mediante o intercâmbio de informações, a cooperação horizontal e as parcerias estratégicas.
- Apoiar o fortalecimento de capacidades para a implementação efetiva das normas internacionais (as normas de inocuidade dos alimentos do Codex Alimentarius, as normas de sanidade animal da Organização Mundial de Sanidade Animal [OIE], as normas internacionais para medidas fitossanitárias [NIMF] da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais [CIPV] e os direitos e obrigações do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC).

Desenvolver capacidades para adotar boas práticas e atender assuntos emergentes e emergências sanitárias, fitossanitárias e de inocuidade dos alimentos, com ênfase nas de natureza transfronteiriça

Os componentes desta linha são:

- Afiançar o conhecimento e promover a implementação de boas práticas agrícolas (BPA) e boas práticas pecuárias (BPP), tanto na produção para exportação como para consumo nacional.
- Impulsionar o conhecimento da natureza das normas privadas, a fim de apoiar as organizações do Governo e o setor privado na elaboração e aplicação apropriada dessas normas.
- Apoiar o desenvolvimento de programas de capacitação presenciais e virtuais destinados a promover uma sólida cultura de inocuidade e qualidade de alimentos nas Américas.
- Fortalecer as capacidades, nacionais e regionais, em sistemas de vigilância, gestão do risco, preparação e resposta ante emergências sanitárias e fitossanitárias, inclusive alertas antecipados. Isso em colaboração com o Programa de Mudança do Clima, Recursos Naturais e Gestão de Riscos Produtivos.
- Continuar desenvolvendo e implementando intervenções focalizadas em doenças e pragas específicas quando surgir a necessidade e/ou a demanda para enfrentar a resistência antimicrobiana (RAM) e continuar a promover o desenvolvimento de planos para sua vigilância.

- Reforçar as capacidades para o projeto, a avaliação e a análise financeira de programas sanitários e fitossanitários.
- Promover o intercâmbio de informações, bem como o apoio técnico à geração de políticas sobre o uso de ferramentas que contribuam para melhorar a produtividade e a competitividade do setor agrícola.

4.3. Temas transversais que contribuem para os cinco programas hemisféricos

Os cinco programas hemisféricos descritos nas seções anteriores foram definidos em torno das principais áreas de trabalho que contribuem para a concretização dos quatro objetivos estratégicos.

Além disso, a essas áreas de trabalho, que têm certo grau de especialização, foram identificados dois temas transversais que são componentes essenciais do trabalho que desenvolverão os cinco programas.

4.3.1. Gênero e juventude

Temas como a igualdade de gênero e a integração da juventude nos processos de desenvolvimento agrícola e rural são fundamentais para os países do hemisfério e de extrema relevância para a atividade do IICA.

No continente americano, a juventude, entendida como as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, constitui um grupo muito heterogêneo de cerca de 237 milhões de pessoas, representando cerca de 24% da população total. As mulheres, por sua parte, são mais da metade da população, e chegam a 500 milhões de pessoas. Quase um quinto dos dois grupos vive em áreas rurais do continente.

Alcançar a igualdade de gênero, que nos ODS tem um alto nível de prioridade, foi adotado pelos países e organismos internacionais como um tema de fundamental atenção.

Do mesmo modo, reconhece-se que o futuro da agricultura estará extremamente relacionado ao envolvimento e à participação ativa da juventude em todos os aspectos e facetas da sociedade rural e da produção, comércio e consumo de produtos agropecuários.

Além das diferenças entre ambos os grupos populacionais, os dois compartilham diversas problemáticas, como: a) a insuficiente inclusão em processos econômicos, sociais e de desenvolvimento em geral, por situações como a baixa capacitação, o menor acesso a recursos (crédito, terra, capacitação, informações, tecnologia etc.), à educação e ao emprego de qualidade; b) o baixo nível organizacional; c) a pouca participação em espaços de tomada de decisão; e d) a invisibilização em estatísticas e análises específicas de sua situação, especialmente da juventude. Tudo isso, juntamente com outros fatores, aumenta a desigualdade e a falta de equidade em relação a outros grupos da população.

Melhorar essas condições tem se tornado um desafio para todos os países e para os que cooperam com estes por meio de políticas, programas e iniciativas com o objetivo de eliminar os hiatos existentes. O grande desafio está centrado em possibilitar que jovens e mulheres aproveitem suas potencialidades e tenham a oportunidade de contribuir em maior medida com os processos de desenvolvimento, bem como desfrutar de uma melhoria de sua qualidade de vida e da de suas famílias e comunidades.

Portanto, as mulheres e os jovens constituem atores principais e sujeitos especiais do desenvolvimento agropecuário e rural das Américas; por isso, a cooperação técnica do IICA deve evitar, a todo custo, qualquer forma de discriminação e, ao mesmo tempo, garantir a participação plena de mulheres e jovens em igualdade de oportunidades, capacitando-lhes em todos os papéis e aspectos de nossa atuação institucional, em total consonância com o disposto pelos ODS.

4.3.2. Inovação e tecnologia

A inovação tem um profundo e estendido impacto na produção e na eficiência produtiva da agricultura em seu conjunto, mas, além disso, constitui o mecanismo de transformação e mudança para a sociedade, instituições e negócios do mundo agrícola e rural.

Entende-se por inovação a aplicação de novos conhecimentos nos processos produtivos ou organizacionais. Isso ocorre quando há uma apropriação social dos conhecimentos, ideias, práticas e tecnologias; ou seja, quando se traduz em uma mudança útil e em benefícios para a atividade produtiva ou organizacional.

A inovação é um processo chave nessa atividade que, quando socialmente apropriado, gera benefícios em termos de crescimento e desenvolvimento econômico, como a redução da pobreza, entre outros. Os sistemas de inovação geralmente representam espaços em que o conjunto de atores se inter-relaciona e em que flui o

conhecimento de cada um deles dentro de um contexto socioeconômico determinado, como a agricultura.

A aplicação de novos conhecimentos e ideias para propiciar mudanças positivas e a satisfação das necessidades deve ocorrer em diversos âmbitos, entre eles a investigação e a extensão. Além disso, é necessário um ambiente político e regulatório que ofereça as condições favoráveis para fomentar a inovação.

A biotecnologia, a agroecologia e, mais recentemente, a robótica e as comunicações, entre outras disciplinas, estão transformando a produção agropecuária, gerando extraordinárias oportunidades para aumentar a produção e a produtividade e criando novos desafios em termos de mudanças na estrutura agrária e do emprego rural.

O aproveitamento dessas oportunidades depende das capacidades científico-técnicas de cada país, do desenvolvimento do setor privado, dos investimentos públicos e privados e das políticas científicas, técnicas e produtivas implementadas pelos governos.

Dado o anterior, a inovação e a tecnologia constituem temas transversais para a ação dos programas de cooperação técnica do IICA que zelarão por incorporar o enfoque inovador e o uso da ciência e da tecnologia como ferramentas para alcançar a transformação e a melhoria da agricultura hemisférica.

4.3.3. Operacionalização dos temas transversais

Para alcançar um tratamento adequado desses temas transversais e sua correta incorporação nos planos de ação dos cinco programas, o IICA organizará um grupo de trabalho em cada uma dessas áreas, com a responsabilidade específica de desenvolver componentes estratégicos em ambos os temas e incorporá-los aos planos de ação dos cinco programas.

4.4. Principais modalidades e instrumentos da cooperação técnica

Os programas de ação de cada um dos cinco programas desenvolvidos na seção 4.2 incluirão ações de cooperação técnica que serão desenvolvidas por determinadas modalidades ou tipos de intervenção e se materializarão com a aplicação de um conjunto de instrumentos técnicos.

4.4.1. Principais modalidades da cooperação técnica

A cooperação técnica do Instituto se concentrará nas modalidades descritas a seguir, as quais estão diretamente vinculadas a ações programáticas alinhadas e projetadas para contribuir para a concretização dos quatro objetivos estratégicos selecionados.

Construção de cenários e apoio à formulação de estratégias de desenvolvimento e à identificação de necessidades de cooperação técnica nos países membros

O IICA se concentrará na construção de cenários regionais e internacionais que ajudem a identificar oportunidades e desafios oferecidos pelo contexto internacional e a apoiar os países membros no projeto de suas estratégias de desenvolvimento agrícola, agroindustrial e rural. Nesse sentido, continuará apoiando a construção de visões de médio e longo prazo e colaborando com os países na identificação de suas necessidades de cooperação técnica.

Disponer desses cenários permitirá aos ministérios de agricultura e aos governos dos países membros antecipar-se aos fatos, responder a emergências, refinar suas estratégias e desenvolver visões de Estado de longo prazo. Também facilitará um diálogo informado entre os dirigentes da agricultura e outros atores dos setores público e privado.

Para esses fins, é necessária a conjunção de dois esforços articulados. Por um lado, a análise prospectiva dos cenários de preços internacionais e dos fluxos de comércio e de investimento nas diferentes regiões do hemisfério. Por outro lado, a análise prospectiva no nível nacional e regional, a partir do qual cada país e sub-região deverá definir a orientação que deseja dar à sua agricultura em função do grau de compromisso para com seu desenvolvimento e sua contribuição para os objetivos de desenvolvimento nacional.

Para alcançar isso, o IICA realizará uma análise contínua dos cenários globais e atenderá aos pedidos dos países para elaborar estratégias nacionais e sub-regionais para o desenvolvimento da agricultura. O Instituto reforçará suas capacidades mediante um esforço próprio e potenciado por parcerias estratégicas com centros especializados no nível internacional e com *think tanks* e grupos de parecer no nível nacional para realizar análise prospectivas e estratégicas sobre os temas da agricultura e do desenvolvimento rural, bem como sobre as políticas públicas que mais incidem na atividade do setor.

Apoio técnico e operacional para a mobilização de recursos humanos e de conhecimentos para implementar ações programáticas em apoio aos objetivos estratégicos

Será oferecido apoio técnico e operacional aos países membros na identificação e implementação de estratégias, atividades e projetos para a concretização dos quatro objetivos estratégicos selecionados. O trabalho do IICA se concentrará na mobilização de recursos humanos e conhecimentos disponíveis na região e, eventualmente, no mundo, que sejam de utilidade e contribuam para a execução dessas iniciativas.

O Instituto promoverá a constituição de redes temáticas para a cooperação técnica em torno dos programas propostos, que mobilizarão as capacidades dos recursos humanos do próprio IICA, localizados na Sede Central e em seus escritórios ao longo das Américas, e incorporarão especialistas externos, em função de seu conhecimento e experiência nas respectivas áreas, com o propósito de acompanhar a execução de suas ações e projetos de cooperação técnica.

Com essa modalidade, o Instituto buscará não só acompanhar a execução dos projetos de cooperação técnica e os governos na implementação de políticas públicas especialmente as orientadas para a criação de bens públicos, mas também gerir o conhecimento nas temáticas de seus programas, compartilhar experiências e tornar mais efetiva a participação de seu pessoal.

Além disso, o IICA apoiará a identificação e implementação de projetos e ações de apoio técnico a iniciativas que promovam a integração regional em um sentido amplo, especialmente em colaboração com entidades e mecanismos de integração regional.

Mobilização de recursos financeiros externos para apoiar ações de cooperação técnica nos países membros e regiões

O Instituto apoiará a mobilização de recursos financeiros disponíveis em organismos internacionais, de agências de cooperação de países da região, de países terceiros extrarregionais e do setor privado que contribuam, preferentemente, mas não exclusivamente, às atividades de cooperação técnica descritas nos pontos anteriores.

O IICA fará um esforço especial para desenvolver as capacidades institucionais necessárias para essa atividade e fornecerá recursos financeiros próprios de pré-investimento para o desenvolvimento dessas atividades.

Gestão e administração de recursos fornecidos pelos países membros para seus projetos de desenvolvimento

Será dispensada atenção especial à mobilização e administração de recursos financeiros, quando estes contribuírem para a colaboração dos ministérios da agricultura com outros ministérios.

Este instrumento é utilizado pelo IICA há muitos anos, em resposta a pedidos dos países e, em vários casos, também a pedido dos entes financeiros internacionais que aportam recursos de empréstimo e de doação. O trabalho do Instituto foi elogiado pela transparência e eficiência na gestão.

O IICA propõe que, no âmbito deste PMP, a aplicação deste instrumento deve ser implementada considerando-se dois aspectos: a) que, no contrato de prestação de serviços, conste de forma explícita a responsabilidade do Instituto e da contrapartida nacional nos aspectos técnicos, administrativos, jurídicos e de gestão do risco; e b) que o montante dos recursos que o IICA recebe como contribuição especial para financiar os custos dos serviços prestados seja suficiente para cobrir todos os custos diretos e indiretos de sua participação.

Atenção a demandas por meio de ações rápidas e de curto prazo para resolver problemas conjunturais e/ou de emergência nos países

O Instituto fornecerá apoio aos países por meio de ações rápidas e de curto prazo de natureza técnica, administrativa e gerencial que permitam resolver problemas conjunturais e/ou de emergência nos países membros. Essas ações visarão atender solicitações específicas ou aproveitar oportunidades surgidas de um país ou conjunto de países, mas não contempladas nos programas de trabalho aprovados na programação de ações no âmbito deste PMP.

As ações de resposta rápida também podem ser utilizadas com fins de pré-investimento, mecanismo que será detalhado mais adiante.

Cooperação horizontal entre países e, em particular, cooperação sul-sul

O IICA desenvolverá, como uma modalidade de cooperação técnica de especial importância, atividades de cooperação horizontal pelas quais os países membros poderão colaborar entre si na concretização de seus objetivos estratégicos. O Instituto

atuará como mobilizador e articulador dessas ações e colocará sua extensa rede de unidades ao serviço delas.

4.4.2. Principais instrumentos da cooperação técnica

Os instrumentos para a cooperação técnica são os elementos operacionais pelos quais o IICA oferece seus serviços de cooperação técnica no âmbito de cada uma das modalidades descritas anteriormente.

Desenvolvimento e adaptação de conceitos e metodologias para sua aplicação específica em ações de cooperação técnica

O IICA terá como uma atividade importante o desenvolvimento e a adaptação de conceitos, metodologias, normas e outros elementos analíticos e normativos necessários em atividades de cooperação técnica específicas. O esforço será centrado na adaptação de conhecimentos disponíveis no nível mundial e sua aplicação em situações concretas.

Apoio ao projeto e aplicação de políticas públicas

O Instituto apoiará os países membros na seleção, projeto e aplicação das políticas públicas.

O IICA contribuirá para essa finalidade mediante a análise e a facilitação do diálogo com entidades setoriais e não setoriais responsáveis por políticas que incidem sobre o setor agrícola e a realização de seus objetivos. A análise se sustentará em casos concretos de medidas de políticas que as autoridades setoriais considerem que devam ser revistas. O diálogo e a consultoria serão facilitados pelo Instituto por instâncias acordadas entre as instituições envolvidas e, quando for o caso, com a participação das organizações de produtores ou outras, afetadas pelas medidas em questão.

Sem prejuízo do trabalho no nível nacional, o IICA também apoiará a análise, o diálogo e a consultoria entre países que tenham que harmonizar suas políticas. Os âmbitos mais destacados para a harmonização são os relacionados à sanidade, às normas técnicas, à competência e ao comércio internacional.

Apoio ao fortalecimento institucional do setor público

As instituições do setor público vinculadas à agricultura e ao setor rural precisam se modernizar para enfrentar os desafios impostos pelo novo entorno internacional e

nacional, para melhorar sua eficiência e eficácia e para contribuir para aumentar a governabilidade e a governança dos sistemas agroalimentares e dos territórios rurais.

O fortalecimento das instituições para a agricultura e o bem-estar rural representa uma das condições fundamentais para o desenvolvimento apropriado e a implementação eficaz das políticas públicas e projetos de investimento. O IICA reconhece que o desenvolvimento de capacidades institucionais vai além das capacidades das pessoas. Inclui mudanças e melhorias no ordenamento jurídico, dos processos e equipes, os recursos de operação, os métodos de relacionamento externo e outros aspectos.

O Instituto oferecerá apoio às instituições públicas setoriais que expressem sua vontade de melhorar sua capacidade de ação para impulsionar o desenvolvimento agropecuário e rural e que se comprometam a tal.

Promoção do desenvolvimento de capacidades

O IICA apoiará o fortalecimento das capacidades nos Estados membros, tanto dos indivíduos como das instituições mais relevantes do setor agropecuário, com o objetivo de melhorar a participação do setor privado na formulação e implementação das políticas públicas e estruturas institucionais que contribuam para o desenvolvimento.

O Instituto contribuirá para o desenvolvimento de capacidades nas entidades do setor privado empresarial, nas organizações da sociedade civil e, muito especialmente, naquelas representativas da agricultura familiar e outros atores econômicos e sociais nos territórios rurais.

Organização de fóruns e diálogos técnico-políticos

O IICA promoverá e organizará fóruns de diálogo técnico-políticos nas áreas de trabalho dos objetivos estratégicos.

Os fóruns e os diálogos técnico-políticos serão um âmbito de reflexão e formulação de propostas sobre os cenários globais e regionais e sobre as principais oportunidades e desafios do desenvolvimento agropecuário e rural. Neles serão consideradas a situação e as temáticas que abordadas nos principais fóruns internacionais, como o Grupo dos 20 (G20) e a COP, e serão realizados em cooperação com outros organismos, como por exemplo a OMC, a OIE, o Codex, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Comissão Econômica para

a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Essa cooperação e análise permitirão obter e processar informações sobre mudanças nas políticas e normas de âmbito internacional que afetam a produção e o comércio agroalimentar.

Articulação, promoção e apoio ao diálogo e à colaboração público-privada

Reconhecendo que as políticas que mais influenciam no desempenho da agricultura, no bem-estar rural e na conservação e uso sustentável dos recursos naturais extrapolam as funções e os âmbitos de trabalho tradicionais dos ministérios da agricultura, o IICA promoverá a articulação e a atuação intersetorial desses ministérios com outras instituições públicas (acordo público-público) com interferência nos temas que fazem parte dos quatro objetivos estratégicos selecionados.

Da mesma forma, promoverá a articulação entre os diferentes atores públicos e privados nas cadeias produtivo-comerciais (acordo público-privado) para alcançar a superação de obstáculos à competitividade, bem como entre os atores privados (acordo privado-privado), para alcançar uma melhor inserção competitiva dentro das cadeias globais de valor.

Por outro lado, a evolução das relações na sociedade está cada vez mais fazendo com que entidades públicas transfiram algumas responsabilidades para organizações da sociedade civil, em particular para organizações do setor privado ligadas à agricultura e à agroindústria.

Além disso, as ações de cooperação público-privada buscarão dois objetivos. O primeiro é liberar gradualmente o Estado das funções que podem ser desempenhadas por outros atores. E o segundo é criar uma nova geração de bens públicos de alcance limitado que podem ser oferecidos por entidades não públicas.

Planejamento para o desenvolvimento e o investimento na agricultura

Como se tem reiterado, a agricultura, como setor produtivo, tem o potencial e a oportunidade de encaminhar a competitividade própria e de contribuir para o aumento das receitas e do bem-estar nos territórios rurais (particularmente na redução da pobreza). Para isso, é necessário, em primeira instância, aumentar os recursos destinados ao setor. Segundo números estimados pelas Nações Unidas, se o mundo

decidisse erradicar a pobreza e a fome, precisaria de um investimento adicional em agricultura e em desenvolvimento rural de USD140.000 milhões por ano⁵⁰.

Simplemente incrementar o investimento na agricultura não é suficiente; é indispensável, além disso, melhorar os processos de planejamento de todas as intervenções focadas no setor. Para aumentar a eficiência e o impacto — e assim contribuir mais para resolver os problemas dos países e aproveitar o potencial da agricultura — é necessário que os governos, a cooperação internacional e a empresa privada utilizem, de maneira eficaz e crescente, **a evidência** (fatos traduzidos em dados e informações analisadas e sistematizadas) como ferramenta para formular e implementar as intervenções e os investimentos.

4.5. Estratégias para o fortalecimento das capacidades institucionais

4.5.1. Organização de redes e parcerias estratégicas

A crescente inovação tecnológica da produção agropecuária, a constituição e crescente importância das cadeias de valor e de processos agroindustriais mais complexos e a urbanização e conseqüente complexidade da trama social e econômica nos territórios rurais tornam cada vez mais difícil a interpretação da realidade e o projeto das políticas públicas necessárias para promover o desenvolvimento e o bem-estar da população rural.

Essa complexidade da realidade afeta também a forma de conceber e implementar a cooperação técnica internacional. As respostas só podem ser fornecidas pelo trabalho colaborativo de muitas pessoas com diversas especializações e experiências que, juntas e de forma colaborativa, possam analisar, interpretar e elaborar respostas efetivas aos problemas identificados; ou seja, que colaborem para gerir o conhecimento disponível visando fornecer respostas concretas a situações específicas.

Uma instituição da dimensão do IICA não pode ter equipes formadas com pessoal regular da dimensão e diversidade de conhecimentos necessárias para enfrentar com êxito os desafios de uma cooperação técnica eficaz e bem-sucedida. Conseqüentemente, a estratégia central do Instituto será a de ser um eficiente organizador e gestor de

⁵⁰ World Bank. 2018. Future of food: maximizing finance for development in agricultural value chains (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América. Consultado em 31 de maio de 2018. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29686/125295-WP-PUBLIC-futureoffoodpaperweb.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

capacidades disponíveis para dar respostas concretas às necessidades de cooperação técnica expressas pelos países membros.

Para aplicar essa nova estratégia institucional serão utilizados três mecanismos principais:

- a) **A organização de redes de especialistas** das mais altas qualificações profissionais, da região e também de fora dela, que estarão vinculados a cada um dos cinco programas. Essas redes de especialistas estarão à disposição dos diretores dos programas para realizar atividades, incluindo sua integração, de forma seletiva, às equipes interdisciplinares que se organizem para responder aos pedidos de cooperação técnica dos países membros.
- b) **O desenvolvimento de parcerias estratégicas com instituições afins.** Essas parcerias estratégicas serão projetadas para: a) gerar atividades complementares com instituições especializadas na investigação e criação de conhecimentos, como por exemplo, os centros do CGIAR e universidades; b) impulsionar a complementação temática com organizações especializadas em áreas temáticas diversas às do IICA, como por exemplo a CEPAL; e c) desenvolver atividades conjuntas com organizações cujas funções e objetivos são semelhantes aos do IICA, como por exemplo a FAO, a fim de que isso contribua para aumentar a massa crítica.
- c) **Um trabalho colaborativo com as instituições do setor privado e as organizações da sociedade civil** que permita utilizar o conhecimento e a capacidade organizativa dessa institucionalidade para o desenvolvimento de uma agricultura mais eficiente e inclusiva.

4.5.2. Identificação e gestão de recursos externos

No capítulo II é apresentada uma análise do difícil contexto internacional que a região enfrentará na próxima década e se identifica um conjunto de oportunidades e desafios que devem ser enfrentados para assegurar o crescimento econômico e o aumento do bem-estar nos territórios rurais.

Para que se obtenha êxito, será necessária a mobilização de importantes recursos humanos e financeiros. Parte deles, particularmente os recursos humanos, estão disponíveis na região e serão a base para expandir as capacidades operacionais do IICA e promover a cooperação sul-sul. No entanto, dada a magnitude dos problemas que

devem ser enfrentados e a situação dos países mais pobres da região, é imprescindível mobilizar outros recursos adicionais, especialmente financeiros, que estão disponíveis no mundo.

Para isso o Instituto trabalhará em cooperação com os países membros na criação de pontes que vinculem os diferentes atores da comunidade internacional, ajudando a identificar oportunidades e na formulação de propostas e projetos que facilitem e acelerem a obtenção de recursos financeiros e técnicos. Existem vastos e valiosos conhecimentos dentro dos países, tanto membros como observadores, e de um amplo número de organizações internacionais que contribuem para o desenvolvimento da região. Isso inclui a socialização das muitas e valiosas experiências na região, e fora dela, que, apesar do desenvolvimento da tecnologia das comunicações, permanecem invisíveis.

O IICA inicia uma nova etapa com uma inovadora e desafiante concepção da cooperação técnica, que se respalda na ideia de que a cooperação técnica oferecida pelo Instituto se apoia na identificação, mobilização e gestão de recursos humanos e financeiros úteis para fornecer essa cooperação. Nesse sentido, o lema “o IICA conhece quem conhece”, relacionado aos recursos humanos que têm os conhecimentos técnicos necessários, também pode se estender para incluir o conhecimento dos lugares e instituições com recursos financeiros que podem ser mobilizados para a cooperação técnica nas Américas.

Para mobilizar e gerir com êxito grandes recursos externos, é necessária uma série de capacidades específicas e uma organização institucional ajustadas a tal tarefa.

As principais capacidades necessárias são as seguintes:

- a) Um conhecimento detalhado e preciso do universo de países e instituições que são fontes potenciais de recursos humanos, conhecimentos e recursos financeiros para a cooperação técnica na região.
- b) O desenvolvimento de relações pessoais e institucionais e da capacidade organizacional para ter acesso às instituições/organizações relevantes e negociar o acesso a esses recursos.
- c) A capacidade institucional para desenvolver e apresentar propostas de projetos solidamente justificadas, oferecer acompanhamento às atividades de cooperação técnica acordadas e fazer as apresentações/prestações que sejam necessárias.

- d) Alcançar uma articulação especial com o setor privado nacional e internacional interessado no mundo rural.

O IICA fará, no período de implementação deste PMP, um esforço especial para construir as capacidades institucionais necessárias e colocá-las a serviço da cooperação técnica que será oferecida aos países membros.

Para apoiar a captação de recursos externos, será constituído um fundo institucional de pré-investimento para a gestão de oportunidades de financiamento externo (FunPRI). Este será um instrumento de apoio financeiro; uma janela permanentemente aberta que contribuirá para a obtenção de novos recursos externos para o fortalecimento da cooperação técnica do Instituto e um mecanismo de pré-investimento para projetos com recursos externos.

As ações de resposta rápida também podem ser utilizadas como mecanismo de pré-investimento. Embora as ações de apoio do IICA aos países membros se concretizem mediante o plano de ação no nível de país, é comum que os países apresentem necessidades e oportunidades que demandam investimentos do Estado e que o Instituto pode contribuir para resolver, se agir rapidamente para preparar o projetos e os planos que o Governo se compromete a financiar, tendo ainda de reforçar a estratégia institucional de captação de recursos externos.

4.6. Gestão da cooperação técnica para alcançar os objetivos estratégicos selecionados

A enorme diversidade nas características geográficas e físicas, modelos de desenvolvimento, tipos de agricultura e raízes culturais fazem das Américas uma região única no globo. Essa pluralidade de características dos Estados membros, somadas ao permanente dinamismo das mudanças globais e seus impactos diferenciados nos países, define um contexto complexo e variável para as atividades de cooperação técnica.

Frente a essa variabilidade dos países membros quanto a suas necessidades e capacidades de ação, a presença física do IICA nos 34 Estados membros, com capacidades técnicas e administrativas implantadas, é um de seus grandes pontos fortes institucionais. Estas capacidades implantadas em cada um dos países permitem um conhecimento e proximidade com os governos, que é a base para oferecer intervenções de cooperação técnica diferenciadas, tanto no nível de priorização de demandas como dos instrumentos a serem empregados para atendê-las.

O Instituto fará um esforço explícito para se converter em uma plataforma de cooperação técnica baseada na gestão do conhecimento e, em particular, no intercâmbio de experiências e lições aprendidas entre regiões e países (cooperação horizontal e cooperação sul-sul).

O PMP 2018-2022 propõe um renovado estilo de gestão da cooperação técnica que incorpora os três elementos conceituais e operacionais descritos a seguir:

4.6.1. Cooperação técnica diferenciada em resposta às necessidades e demandas concretas de países e regiões

O IICA fortalecerá sua capacidade institucional para apoiar os países membros em seus esforços para alcançar seus objetivos de desenvolvimento relacionados à agricultura e ao bem-estar rural. Nesse âmbito, o trabalho desenvolvido nos âmbitos do país, regional, multinacionais e hemisférico será construído com base nas necessidades e demandas concretas priorizadas pelos próprios países e mecanismos de integração regional. Essas necessidades e demandas serão identificadas por equipes técnicas do Instituto, que trabalharão em estreita coordenação e comunicação com as contrapartidas públicas, privadas e acadêmicas dos Estados membros.

Âmbito nacional

No nível nacional, os escritórios do IICA desempenham um papel fundamental para a construção das agendas de trabalho e a permanente atualização de seus alcances e conteúdo. A experiência dos escritórios baseada na marcada heterogeneidade de visões e modelos de desenvolvimento constitui uma riqueza para fomentar a interação entre países e regiões.

Cada escritório, em estreita consulta com as principais contrapartidas públicas, privadas e acadêmicas, construirá uma agenda nacional de cooperação técnica que reflete de maneira prospectiva as necessidades e as prioridades de cada um dos Estados membros. A Gerência de Cooperação Técnica, com a participação de outras unidades da Sede Central, fornecerá aos escritórios dos países membros o apoio técnico necessário para a construção das respectivas agendas nacionais.

As agendas nacionais apresentarão uma síntese das prioridades de trabalho dos programas identificadas em conjunto e orientadas para o cumprimento dos objetivos estratégicos em apoio à realização dos ODS. Essas agendas serão a manifestação operacional das principais ações de cooperação técnica acordadas pelos países membros

e o IICA e servirão como quadro estratégico para as ações desenvolvidas no nível de país.

Para o cumprimento das ações de cooperação técnica acordadas, o IICA organizará equipes técnicas encarregadas de sua execução. Essas equipes serão compostas por pessoal dos programas e/ou escritórios do IICA e reforçadas por membros das redes de profissionais.

Âmbitos regional e multinacional

A coincidência de interesses dos países é a base para o desenvolvimento de atividades de intercâmbio e cooperação entre eles. Essa coincidência pode ocorrer em uma mesma região geográfica ou em um grupo de países afins que não necessariamente fazem parte da mesma região (multinacional). Essas ações de apoio a atividades e processos de colaboração e integração regional serão planejadas, acordadas e executadas em estreita relação com as secretárias dos mecanismos de cooperação e integração regional. Far-se-á um esforço especial para reconhecer e adaptar as ações de cooperação técnica às especificidades de cada situação e dos países ou regiões participantes.

O hemisfério tem progredido nos últimos anos na concretização de uma nova geração de acordos regionais e esforços de cooperação em diferentes campos da integração regional na ALC. Exemplos disso são a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Parceria do Pacífico, que complementam mecanismos tradicionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o MERCOSUL, o SICA, o Fórum do Caribe (CARIFORUM) e a Comunidade Andina (CAN), bem como outros mecanismos voltados à colaboração técnica, entre eles os programas cooperativos de pesquisa e transferência voluntária de tecnologia (PROCI), o Fórum das Américas para a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (FORAGRO) etc.

Esses mecanismos de cooperação e integração regional, amplos e diversos, são um extraordinário capital social e político para consolidar uma visão regional e hemisférica e se vincular ao resto do mundo com maior força. O IICA acompanhará os países membros e suas instituições regionais e apoiará, em suas áreas específicas de competência, o desenvolvimento dos programas de intercâmbio bilateral comercial e as agendas de cooperação horizontal entre países.

4.6.2. Responsabilidade compartilhada

A gestão da cooperação técnica é uma responsabilidade corporativa, compartilhada entre todas as unidades do IICA relacionadas à execução de programas, projetos e atividades de cooperação técnica. Inclui as unidades diretamente envolvidas na provisão das ações de cooperação técnica, as responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação e as de apoio administrativo e financeiro.

Nesse sentido, a Sede Central desempenhará um papel básico de orientação e coordenação estratégica em aspectos técnicos e de facilitação dos processos e mecanismos administrativos para garantir a provisão de uma cooperação técnica oportuna e de excelência nas regiões e nos países.

4.6.3. Descentralização operacional

Pela gestão administrativa e financeira descentralizada, os escritórios nos países membros gerenciam e executam projetos e ações de cooperação técnica em estreita coordenação com contrapartidas públicas, privadas e acadêmicas nacionais.

O IICA delegará gradualmente funções e atribuirá responsabilidades operacionais a todas as unidades da organização e, em particular, aos escritórios nos países para que, em estreita colaboração com as contrapartidas nacionais e com o apoio permanente da Sede Central, sejam alcançados os resultados esperados.

Esse princípio implica na revisão e na modernização das normas e procedimentos institucionais, que darão espaço a processos mais ágeis e eficientes de coordenação, apoio técnico, programação, administração financeira, gestão do talento humano e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

4.6.4. Comunicação pública e informações

Uma política de comunicação pública ativa que tenha como princípio diretor a divulgação de informações em tempo real e com formatos que sejam atraentes para uso por meios de comunicação de massa é fundamental para que o IICA exerça uma liderança renovada e aproveite as oportunidades oferecidas pelo crescente reconhecimento do papel central da agricultura na agenda global.

Nesse sentido, e para apoiar a realização plena do potencial que oferecem os programas hemisféricos, os quais focarão na ação institucional, a Unidade de

comunicação social e institucional, subordinada aos objetivos de gestão da administração, sustentará a crescente exposição pública do Instituto, seus posicionamentos, atividades e realizações mediante o aumento da publicação de notas de imprensa, artigos de autoridades, bem como de uma maior vinculação com jornalistas influentes e um trabalho de posicionamento do IICA como insumo estratégico dos países membros.

Para o cumprimento dessas metas será necessária a divulgação de conteúdos relevantes sobre ações concretas do Instituto em matéria de promoção do desenvolvimento rural e agropecuário e sua interação com a política, a ciência, a tecnologia, a sociedade civil e o setor privado, a fim de aumentar a influência, o prestígio e a visibilidade do IICA; ampliar o conhecimento sobre o Instituto e robustecer sua autoridade técnica.

V. PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O IICA continuará desenvolvendo e otimizando processos focados na melhoria contínua, na racionalidade, na prestação de contas e na transparência que facilitem a provisão de uma cooperação técnica de excelência, com resultados mensuráveis e avaliáveis. A experiência acumulada ao longo dos anos e os importantes avanços alcançados em matéria de tecnologias da informação e comunicação e gestão institucional permitirão a modernização organizacional e dos processos internos. O objetivo é aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços de cooperação que o Instituto oferece aos países, para assegurar que os resultados obtidos contribuam para alcançar os objetivos estratégicos deste Plano de Médio Prazo (PMP).

No período 2018-2022, o IICA empregará o enfoque da **gestão integrada da cooperação técnica** orientada para alcançar resultados em resposta às demandas e necessidades dos Estados membros nos âmbitos nacional, multinacional e hemisférico. Em conformidade com este enfoque, o sistema de gestão do instituto se apoiará em seis processos inter-relacionados e integrados: planejamento, programação e orçamentação, monitoramento, avaliação, prestação de contas e aprendizado institucional, os quais estão resumidos no diagrama a seguir:

Diagrama 2. Ciclo de processos de gestão integrada da cooperação institucional.



A referência será um conjunto de conceitos relacionados à cooperação técnica, os quais incluem a identificação do problema, as etapas necessárias para alcançar as mudanças desejadas (teoria da mudança⁵¹) e os conhecimentos necessários para uma adequada gestão de projetos baseada em resultados.

5.1. Planejamento

Na etapa de planejamento serão definidas as linhas gerais da atividade institucional, tanto no plano estratégico como no operacional, nos curto e médio prazos, de acordo com as diretrizes deste PMP.

O processo de planejamento é também parte integrante dos processos institucionais que levam à elaboração das estratégias do IICA nos países e às ações regionais ou multinacionais, em função dos grandes objetivos estratégicos que orientam a atuação institucional.

Os programas e os projetos de cooperação técnica de natureza programática serão o veículo que articularão o planejamento estratégico com o planejamento operacional, que inclui a programação de resultados e a orçamentação atribuída às ações de cooperação técnica.

5.2. Programação e orçamentação

Para a execução deste PMP, será implementado um processo de programação de quatro níveis. O primeiro deles será uma programação bienal, em que se atribuem os recursos do Fundo regular para dar operabilidade ao PMP e alcançar suas contribuições. O segundo nível implica na programação da execução dos recursos próprios do IICA, bem como dos recursos externos nos projetos conjuntos definidos com os Estados membros, doadores e outros parceiros. O terceiro nível constitui a programação anual, em que se especificam os resultados a serem obtidos, os produtos, os indicadores e o orçamento para esse período calendário nos diversos âmbitos de ação do Instituto: hemisférico, regional e nacional. Finalmente, o quarto nível corresponde à programação do trabalho de cada um dos funcionários do Instituto, que relacionará suas responsabilidades e atividades principais com os diferentes instrumentos de cooperação e os recursos alocados a eles.

⁵¹ É um enfoque que permite elaborar, executar, monitorar e avaliar as intervenções especificadas para cada programa do IICA. É o mapa para que um conjunto de ações lógicas derive na mudança desejada.

Este PMP de quatro anos será o quadro estratégico e o roteiro desta administração. O IICA preparará, para os órgãos de governo, um orçamento-programa bienal onde serão detalhados a operação e o investimento do Instituto pelo seu Fundo regular e seu talento humano, do qual se desprenderá o plano de ação anual.

5.3. Monitoramento

As atividades de monitoramento coletarão informações sobre o avanço da compleição física e da execução financeira dos planos de ação, usando os indicadores ou metas estabelecidas na etapa de programação.

O monitoramento institucional, tanto técnico como financeiro, será realizado de forma automatizada a partir dos planos aprovados e em estrito acompanhamento em tempo real da execução de todos os projetos ou ações de cooperação técnica, bem como de todas as unidades de gestão. Seu objetivo é coletar informações, detectar situações de ajuste oportuno e garantir o uso eficiente e efetivo dos recursos.

Além disso, permitirá a elaboração de relatórios, a prestação de contas aos países, a recomendação de ações corretivas, a retroalimentação do processo de planejamento, a identificação de lições aprendidas e boas práticas e a geração de informações para os órgãos diretores do Instituto [Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e Comitê Executivo], a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) e os aliados estratégicos que assim o demandem. Mas também, e não menos importante, permitirá promover o aprendizado individual e organizacional, bem como o reconhecimento externo do Instituto.

5.4. Avaliação

É definida como “a avaliação sistemática e objetiva de uma unidade, programa, projeto ou ação por realizar, em processo de implementação ou finalizada, bem como seus resultados” (*Política institucional de avaliação do IICA*). Nessa etapa, que é permanente, será verificado se os produtos e serviços planejados estão produzindo os efeitos esperados, elemento chave para as dotações orçamentárias. Serão comparados os resultados alcançados com relação aos resultados programados ou planejados; desta forma, será possível identificar desvios e adotar medidas corretivas que garantam o cumprimento adequado das metas programadas.

A avaliação permite: a) realimentar os processos estratégicos, b) orientar os processos operacionais, c) evidenciar resultados, d) gerar confiança e e) enriquecer a cultura de aprendizado organizacional e o conhecimento da cooperação técnica⁵².

Nesta tarefa, será incluída a avaliação dos avanços do próprio PMP, dos programas e das unidades (principalmente os escritórios dos países membros), bem como dos instrumentos da cooperação técnica que o Plano define. Para isso é necessário desenvolver o conjunto de ferramentas que serão utilizadas no processo avaliativo, bem como desenvolver os critérios que devem ser contemplados na formulação dos programas, projetos e ações para tornar possível a avaliação de impactos (*outcomes*).

5.5. Prestação de contas

Nesta etapa serão transportados os resultados técnicos alcançados tanto na parte qualitativa e quantitativa, como no exercício da despesa do exercício orçamentário correspondente. Todos os escritórios do IICA em seus Estados membros realizam prestações de contas junto ao mandante principal, que é o Ministério da Agricultura e os parceiros, os doadores, os cooperantes, a academia e a sociedade civil, mediante as quais são apresentados os resultados institucionais obtidos no país. Isso permite tornar as ações transparentes, identificar os obstáculos que impedem o cumprimento de determinadas metas e propor os ajustes demandados pelas estratégias.

Além disso, o Instituto presta contas permanentemente a seus órgãos diretores e apresenta um relatório ao Conselho Permanente da OEA.

5.6. Aprendizado institucional

Essa etapa estará voltada para capitalizar a experiência e retroalimentar o processo de planejamento institucional e de gestão do conhecimento.

⁵² Para obter mais informações sobre os objetivos, os princípios, os critérios e as responsabilidades institucionais dessa etapa, consulte: IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Costa Rica). 2016. Política institucional de avaliação do IICA. São José, Costa Rica.

Com a avaliação dos resultados e realizações das ações institucionais, será possível derivar lições aprendidas, identificar boas práticas e proporcionar material para o diálogo, a reflexão e a retroalimentação dos processos de gestão, o ajuste das estratégias e o foco dos programas e ações, tudo isso possibilitará a melhoria do desempenho institucional.

VI. SERVIÇOS CORPORATIVOS

No período de vigência deste plano de médio prazo (PMP), trabalharemos para alcançar uma gestão administrativa mais dinâmica, eficiente e moderna, cujos propósitos são acompanhar e complementar a condução estratégica e operacional da cooperação técnica, assegurar a viabilidade econômica institucional e criar as melhores condições internas para propiciar parcerias sob um enfoque de melhoria contínua da cooperação técnica oferecida pelo IICA.

Ante os novos desafios e as circunstâncias resultantes do entorno econômico-financeiro global e partindo das cotas aportadas pelos Estados membros, será imperativo fortalecer uma política de gestão estrita, racional, austera e transparente dos recursos disponíveis. O Instituto enfatizará o uso dos recursos na cooperação técnica, para o que serão propostos novamente os critérios de atribuição descentralizada, o que melhorará a eficiência operacional da gestão institucional.

Para melhorar sua eficiência operacional, o IICA adotará uma cultura de trabalho por processos, incluindo sua sistematização e promovendo a melhoria dos serviços que oferecem as unidades administrativas. Os processos devem estabelecer uma clara definição dos alcances de cada uma delas, a fim de evitar duplicidades, melhorar a precisão e oportunidade das informações e definir as responsabilidades que correspondem a cada uma, de maneira que as unidades administrativas possam contribuir positivamente ao trabalho técnico.

O enfoque de uma organização no trabalho por processos supõe a agregação de valor em termos de serviços de informações para os clientes internos e externos. Este esquema procura orientar todas as ações para a satisfação do cliente e a melhoria significativa da eficiência.

Neste contexto de gestão de sistemas geradores de valor, o novo desenho organizacional é concebido a partir das exigências dos processos, o que permite à instituição implementar as mudanças de estrutura e infraestrutura que sejam necessárias.

6.1. Princípios da gestão administrativa

A gestão administrativa se sustentará nos seguintes princípios:

- a) Transparência e prestação de contas,
- b) Descentralização e flexibilidade operacional,
- c) Administração orçamentária,
- d) Suporte à cooperação técnica com eficiência e eficácia,
- e) Informações oportunas,
- f) Cultura de processos,
- g) Orientação à busca de resultados.

Quanto à **transparência**, os processos de planejamento, monitoramento e avaliação descritos anteriormente são fundamentais para a melhoria contínua, a efetividade dos resultados alcançados, a transparência de nossa prestação de contas e a realização dos objetivos institucionais.

A **descentralização operacional** deve existir em todos os níveis do IICA, principalmente em relação a seus escritórios nos países. Para facilitar a descentralização e, ao mesmo tempo, assegurar uma visão e ação integradas do Instituto, serão fortalecidos os sistemas de planejamento e programação.

A **administração orçamentária** será um elemento central. As normativas e os procedimentos do IICA serão implementados em estrito cumprimento do estabelecido, mas poderão ser revistos para sua atualização, quando assim se exija.

Além disso, as normativas orçamentárias incluirão cláusulas especiais para os projetos e as atividades com recursos externos, com o propósito de explicitar mecanismos que forneçam **flexibilidade operacional** e, conseqüentemente, permitam uma efetiva e eficiente captação e administração dos recursos externos.

A gestão administrativa deve ter como objetivo principal fornecer **apoio à cooperação técnica** oferecida pelo Instituto, proporcionando os meios necessários e oportunos para que a instituição seja reconhecida por sua **eficiência e eficácia** na provisão da cooperação técnica aos Estados membros. Para alcançar esse objetivo, a administração orçamentária estará baseada em uma atribuição transparente a cada uma das unidades operacionais no começo do exercício orçamentário e em um acompanhamento cuidadoso da utilização desses recursos ao longo de todo esse exercício.

As **informações oportunas** são fundamentais para a tomada de decisões. Dispor de informações oportunas, confiáveis, precisas e completas é de vital importância para o IICA. As tecnologias da informação e comunicação desempenham um papel vital como mecanismo para dispor das informações no devido momento e lugar para a tomada de decisões vinculadas à gestão da cooperação técnica.

O Instituto deve continuar o processo de automatização de processos e integração de seus sistemas para a tomada de decisões. Além disso, deve oferecer informações que permitam tomar decisões oportunas e relevantes, às quais devem agregar valor para transformá-las em conhecimento institucional.

O IICA continuará com seus esforços voltados para uma migração ou transformação digital que permita automatizar totalmente os processos institucionais. Isso permitirá reduzir o uso do papel, acelerar a tomada de decisões e oferecer ferramentas que propiciem o trabalho colaborativo pela Internet, de modo que os funcionários e suas contrapartidas possam interagir, colaborar e socializar informações em tempo real.

O Instituto realizará uma busca permanente para que o conjunto dos processos administrativos apoie e contribua para a obtenção de **resultados** efetivos nas ações de cooperação técnica.

6.2. Arquitetura financeira

O financiamento do IICA está sustentado, fundamentalmente, na contribuição dos Estados membros mediante o pagamento de cotas anuais, bem como nos ajustes determinados pelos órgãos de governo para conservar um mínimo de poder aquisitivo, buscando que o Instituto conte com os recursos necessários para fortalecer os serviços de cooperação.

Para robustecer as finanças institucionais e impulsionar a qualidade e a cobertura dos serviços de cooperação técnica, o IICA se ocupará diligentemente de:

- a) Promover que os Estados membros mantenham o pagamento de suas cotas em dia, de acordo com a escala das contribuições aprovada pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA).

- b) Identificar projetos de interesse especial dos Estados membros para obter financiamento por contribuições especiais dos países e impulsionar o aumento relativo das contribuições.
- c) Revisar a atual Política institucional de recuperação de custos indiretos (RCI), de tal maneira que os programas e os projetos financiados com recursos externos possam adotar outros mecanismos que cobram totalmente os custos indiretos incorridos pelo IICA por sua administração.
- d) Identificar novas fontes de financiamento que permitam potencializar as contribuições dos países membros do Instituto, no âmbito dos objetivos estratégicos deste PMP, pela participação em consórcios para concursos e licitações, venda de serviços, gestão administrativa de programas e projetos e outras modalidades, respeitando os mandatos do IICA e sua condição de organismo internacional.
- e) Desenvolver uma intensa tarefa para identificar e estabelecer relações institucionais francas e transparentes com doadores bilaterais e multilaterais.

6.3. Talento humano

Para a bem-sucedida implementação desta estratégia, é necessário um novo enfoque da gestão do talento humano que, com ênfase na descentralização, acompanhe a Direção Geral na geração e modernização de políticas e procedimentos para essa gestão, alinhados à nova estratégia institucional.

Promover-se-á um estilo de liderança participativo e horizontal, que promova o desenvolvimento e potencie as capacidades dos funcionários em um ambiente de colaboração, harmonia, respeito e eficiência. Parte-se da premissa de que a efetiva gestão do talento humano é uma responsabilidade compartilhada por todas as pessoas que cumprem a função de gerir o recurso humano em todo o Instituto.

No âmbito de uma cultura de processos e trabalho colaborativo, será impulsionada a realização dos objetivos institucionais pelo trabalho de redes e equipes multidisciplinares que atuem eficaz e eficientemente, multiplicando esforços e aproveitando ao máximo as capacidades internas.

O novo modelo de cooperação técnica baseada na gestão do conhecimento exigirá a organização de redes de profissionais do mais alto nível técnico que possam participar, em colaboração com os funcionários do IICA, da implementação das ações de cooperação técnica. Para isso o Instituto fará um esforço sistemático, a fim de identificar profissionais de alto nível que estejam disponíveis e que mostrem interesse em colaborar nas atividades do IICA.

LISTA DE SIGLAS

ALC	América Latina e Caribe
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BPA	Boas práticas agrícolas
BPP	Boas práticas pecuárias
CAC	Conselho Agropecuário Centro-Americano
CAESPA	Centro de Análise Estratégica da Agricultura (IICA)
CAN	Comunidade Andina
CARDI	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe
CARICOM	Comunidade do Caribe
CARIFORUM	Fórum do Caribe
CAS	Conselho Agropecuário do Sul
CATIE	Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino
CCAD	Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento
CCEAG	Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (IICA)
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COP	Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
COP21	XXI Conferência Internacional sobre Mudança do Clima
COSAVE	Comitê Regional de Sanidade Vegetal do Cone Sul
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CVP	Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul
DR-CAFTA	Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana
DVE	Desempenho, Visão e Estratégia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FONTAGRO	Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária
FORAGRO	Fórum das Américas para a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário
FunPRI	Fundo Institucional de Pré-Investimento para a Gestão de Oportunidades de Financiamento Externo (IICA)
G20	Grupo dos 20
GEE	Gases de efeito estufa
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IPCC	Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Mudança do Clima
JIA	Junta Interamericana de Agricultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NIMF	Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECO	Organização dos Estados do Caribe Oriental
OIE	Organização Mundial de Sanidade Animal
OIRSA	Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
OTC	Obstáculos Técnicos ao Comércio
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PE	Plano Estratégico (IICA)
PIB	Produto interno bruto
PMP	Plano de Médio Prazo (IICA)
PROCI	Programa cooperativo de pesquisa e transferência de tecnologia
RAM	Resistência antimicrobiana
RCI	Recuperação de custos indiretos
SAIA	Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos
SICA	Sistema da Integração Centro-Americana
SIECA	Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TPP	Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica
TTIP	Acordo Transatlântico de Comércio e Investimentos entre os Estados Unidos e a União Europeia
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-americanas

Impresso na Gráfica do IICA
Sede Central, São José, Costa Rica
A edição consta de 10 exemplares impressos e
2 cópias digitais



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
SEDE CENTRAL / Caixa Postal 55-2200 San José,
Vázquez de Coronado, San Isidro 11101, Costa Rica
Tel.: (+506) 2216-0222 / Fax: (+506) 2216-0233
Endereço eletrônico: iicahq@iica.int / Site na internet: www.iica.int